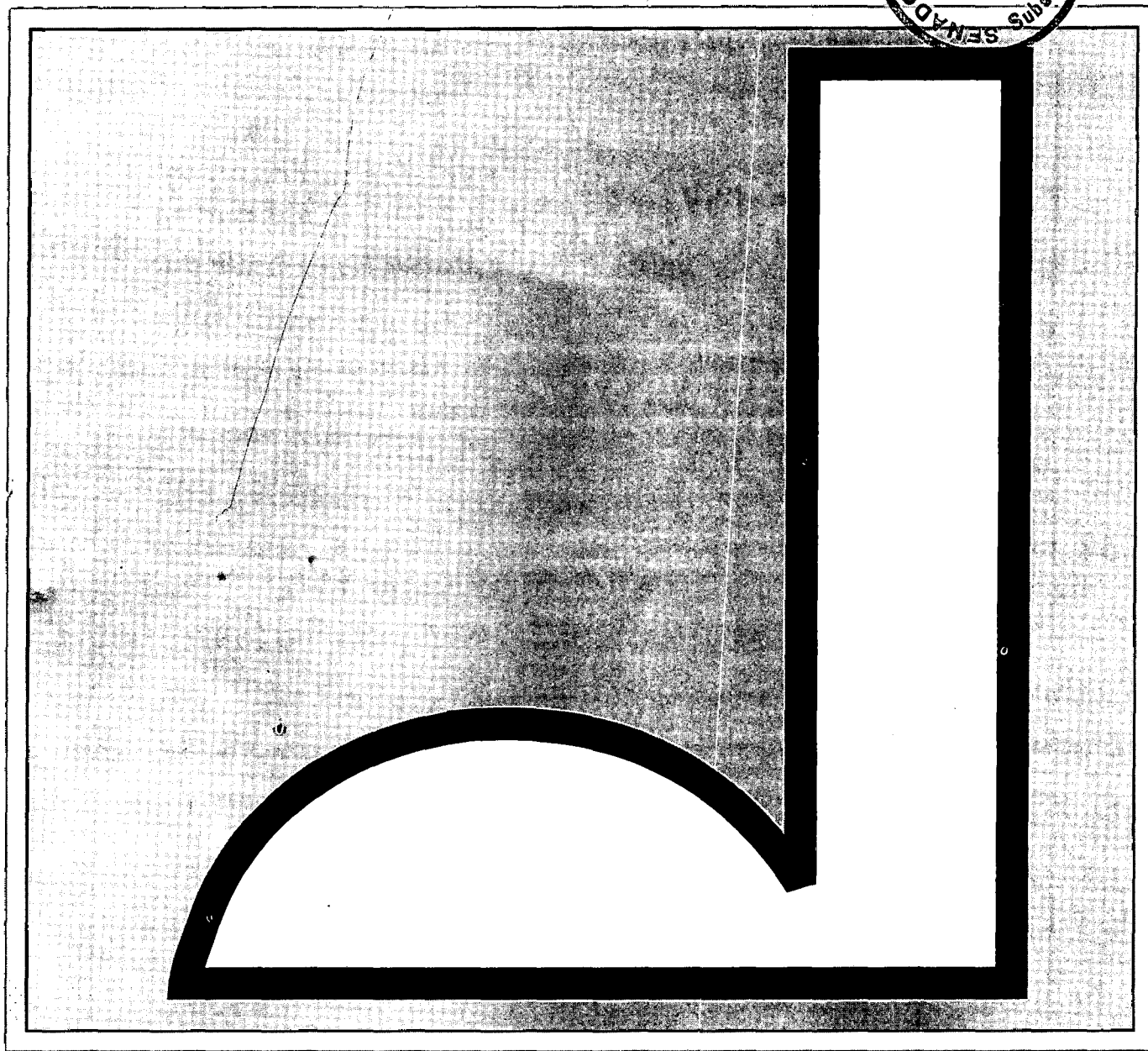
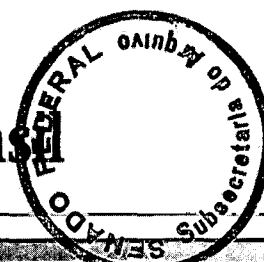


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LIII - Nº 120

TERÇA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 1998

BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p>2ª Vice-Presidente Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO</p>		<p>3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Emilia Fernandes - Bloco - RS 2º Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º Joel de Hollanda - PFL - PE 4ª Marluce Pinto - PMDB - RR</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) Romeu Tuma - PFL - SP Corregedores Substitutos(1) Ramez Tebet - PMDB - MS Joel de Hollanda - PFL - PE Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) Nabor Júnior - PMDB - AC Djalma Bessa - PFL - BA Emilia Fernandes - Bloco - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - ES Lauro Campos - Bloco - DF</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Vilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos (3)</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jader Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Fernando Bezerra Gilvan Borges</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder Eduardo Suplicy</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire José Eduardo Dutra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sergio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Péres José Ignácio Ferreira</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Odacir Soares</p>

(1) Reeleitos em 2-4-97.

(2) Designação: 16 e 23-11-95.

(3) Licenças nos termos do art. 56, § II, da Constituição Federal

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Claudianor Moura Nunes Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações Júlio Werner Pedrosa Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Marcia Maria Corrêa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 90ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE OUTUBRO DE 1998

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 221, de 1998 (nº 983/98, na origem), de 24 de agosto último, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Granada. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional..... 13145

Nº 222, de 1998 (nº 1.074/98, na origem), de 9 de setembro último, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Carlos Alberto de Azevedo Pimentel, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional..... 13152

Nº 223, de 1998 (nº 1.063/98, na origem), de 4 de setembro último, submetendo à apreciação do Senado a recondução do Senhor Leonaldo Silva, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001, decorrente do término de sua investidura. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 13163

Nº 224, de 1998 (nº 1.064/98, na origem), de 4 de setembro último, submetendo à apreciação do Senado o nome da Senhora Maria de Fátima Montandon Gonçalves, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 13171

Nº 225, de 1998 (nº 1.065/98, na origem), de 4 de setembro último, submetendo à apreciação

do Senado a recondução do Senhor Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001, decorrente do término de sua investidura. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 13174

Nº 226, de 1998 (nº 1.066/98, na origem), de 4 de setembro último, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor José Alberto Rossi, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001, decorrente do término de sua investidura. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 13177

Nº 227, de 1998 (nº 973/98, na origem), de 17 de agosto último, submetendo à apreciação do Senado o nome da Senhora Thereza Maria Machado Quintella, Ministra de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Casaquistão. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 13185

Nº 232, de 1998 (nº 1.054/98, na origem), de 1º de setembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1998 (nº 330/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, sancionado e transformado na Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998..... 13198

Nº 233, de 1998 (nº 1.057/98, na origem), de 2 de setembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1998 (nº 4.200/98, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 2ª Região da Justiça do Trabalho, define jurisdição e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.697, de 2 de setembro de 1998..... 13198

Nº 234, de 1998 (nº 1.058/98, na origem), de 2 de setembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1998 (nº 3.362/97, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento na 15ª Região da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1998.

13198

Nº 235, de 1998 (nº 1.071/98, na origem), de 8 de setembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1998 (nº 2.595/96, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, alterada pela Lei nº 8.407, de 10 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios e cria os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, sancionado e transformado na Lei nº 9.699, de 8 de setembro de 1998.

13198

1.2.2 – Aviso de Ministros de Estado

Nº 58/98, de 3 de setembro último, conjunto do Ministro de Estado da Aeronáutica e do Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, referente a Audiência Pública destinada ao processo licitatório das obras civis do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, realizada no último dia 7 de agosto. (Anexado ao Projeto de Resolução nº 35, de 1996, e encaminhado, em cópia, às Comissões de Assuntos Econômicos, Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Fiscalização e Controle).

13198

1.2.3 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 154/98, de 2 de setembro último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1995 (nº 2.318/96, naquela Casa), de autoria do Senador Freitas Neto, que cria área de livre comércio nos Municípios de Parnaíba e Luís Correia, no Estado do Piauí.

13198

1.2.4 – Ofício

Nº 254/98, de 17 de agosto último, do Líder do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Temporária Interna criada através do Requerimento nº 518/95, destinada a estudar a reforma político-partidária. Designação do Senador Ronaldo Cunha Lima para integrar, como titular, a referida Comissão.

13198

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Recebimento de comunicação do Senador Josaphat Marinho, referente à reassunção do exercício do seu mandato, a partir do dia 27 de setembro último.

13199

Assunção do Senador Bello Parga à titularidade do mandato de senatória, pela representação do Estado do Maranhão, em virtude do falecimento do Senador Alexandre Costa, no último dia 29 de agosto.

13199

Término do prazo, dia 14 de agosto último, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1997, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária. A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

13199

Recebimento dos Ofícios nºs 351 e 458, de 1998, na origem, de 17 de agosto e 21 de setembro último, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando as documentações referentes às ofertas públicas dos títulos emitidos em 3 de agosto e 1º de setembro do corrente ano, respectivamente (Anexados ao Projeto de Resolução nº 61, de 1998). À Comissão de Assuntos Econômicos.

13199

Recebimento da Mensagem nº 228, de 1998 (nº 1.051/98, na origem), de 1º de setembro último, do Senhor Presidente da República, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de julho de 1998, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. À Comissão de Assuntos Econômicos.

13199

Recebimento da Mensagem nº 229, de 1998 (nº 1.123/98, na origem), de 22 de setembro último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor em ienes equivalentes a cento e oitenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a União e o *The Export Import Bank of Japan – JEXIM*, destinada ao financiamento do Projeto de Modernização e Ampliação da Rodovia Fernão Dias II (BR-381). À Comissão de Assuntos Econômicos.

13199

Recebimento da Mensagem nº 230, de 1998 (nº 1.124/98, na origem), de 22 de setembro último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e sessenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a União e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Controle da AIDS e das Doenças Sexualmente Transmissíveis – AIDS II. À Comissão de Assuntos Econômicos.

13199

Recebimento da Mensagem nº 231, de 1998 (nº 1.175/98, na origem), de 25 de setembro último, do Senhor Presidente da República, encaminhando o demonstrativo das emissões do

real referente ao mês de agosto de 1998, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. À Comissão de Assuntos Econômicos. 13200

Recebimento da Mensagem nº 236, de 1998 (nº 1.193/98, na origem), de 30 de setembro último, pela qual o Presidente da República encaminha a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 1998. À Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência, que terá o prazo de dez dias para opinar sobre a matéria.. 13200

Recebimento da Mensagem nº 237, de 1998 (nº 1.196/98, na origem), de 1º do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cem milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto do "Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – VIGISUS". À Comissão de Assuntos Econômicos. 13200

Recebimento do Ofício nº S/74, de 1998 (nº 140/98, na origem), de 27 de agosto último, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópias do Decreto Legislativo nº 12, de 1990 (Lei Orgânica do Município de Cidreira/RS), do parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 172.004/98, no qual declarou a inconstitucionalidade do inciso XVIII do artigo 51, e respectivo parágrafo único da citada Lei, encaminhando ainda, cópia da decisão exarada por aquela Presidência nos embargos infringentes opostos pelos recorrentes, do acórdão e da certidão de trânsito em julgado do agravo regimental neles deduzido. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 13200

Recebimento do Ofício nº S/75, de 1998 (nº 2.412/98, na origem), de 3 de setembro último, do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele órgão acerca da operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, celebrado em 31 de março de 1998, entre a União, o Estado do Espírito Santo e o Banco do Estado do Espírito Santo S/A – Banestes, com a intervenção do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, pelo qual a União abre aquele Estado um crédito no valor de duzentos e oito milhões de reais, para saneamento e modernização do Banestes S.A. À Comissão de Assuntos Econômicos, que terá o prazo de quinze dias para sua apreciação. 13200

Recebimento do Ofício nº S/76, de 1998 (nº 2.411/98, na origem), de 3 de setembro último, do Banco Central do Brasil, referente à solicitação da Caixa Econômica Federal – CEF para incluir a operação de crédito firmada entre o Estado do Ceará e aquela instituição, autorizada pela Resolução nº 24, de 1998, no valor de vinte e quatro milhões de reais, no Contrato de Confissão, Assunção e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre o Estado e a União, autorizado pela Resolução nº 123, de 1997, esclarecendo que a referida operação só ocorreu em 19 de fevereiro de 1998. À Comissão de Assuntos Econômicos, que terá o prazo de quinze dias para sua apreciação. 13200

Recebimento do Ofício nº 2.462, de 1998, na origem, do Banco Central do Brasil, de 9 de setembro último, encaminhando a documentação relativa à rolagem da dívida mobiliária da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro – RJ, vencida no primeiro semestre de 1998 (Anexado ao Projeto de Resolução nº 179, de 1997). À Comissão de Assuntos Econômicos. 13201

Recebimento do Ofício nº 2.465, de 1998, na origem, do Banco Central do Brasil, de 9 de setembro último, encaminhando a documentação relativa à rolagem da dívida mobiliária da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro – RJ, vencível no segundo semestre de 1998 (Anexado ao Projeto de Resolução nº 68, de 1998). À Comissão de Assuntos Econômicos. 13201

Recebimento dos Ofícios nºs 2.551 a 2.553, de 1998, na origem, de 16 de setembro último, encaminhando ao Senado relações das operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) analisadas nos meses de maio, junho e julho de 1998, respectivamente, esclarecendo ainda, que houve indeferimento de três operações da espécie no mês de maio e de duas no mês de julho (Diversos nºs 25, 26 e 27, de 1998). À Comissão de Assuntos Econômicos. 13201

Recebimento do Aviso nº 544/98, de 17 de agosto último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 535, de 1998, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o acompanhamento dos fatos levantados no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sobre a dilapidação do Patrimônio Público dos Municípios do Estado do Ceará – CPI do Desmonte (Diversos nº 23, de 1998). À Comissão de Fiscalização e Controle. 13201

Recebimento do Aviso nº 956/98, de 31 de agosto último, do Presidente do Tribunal de Con-

tas da União, encaminhando o Relatório das Atividades do referido Tribunal, referente ao 2º trimestre de 1998 (Diversos n.º 24, de 1998). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 13201

1.2.6 – Discurso do Expediente

SENADOR JOSAPHAT MARINHO – Críticas aos reformistas da Constituição de 1988. Necessidade de reforma urgente no governo para dar base à Constituição Nacional..... 13201

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 281, de 1998, na origem, de 2 de setembro último, da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, encaminhando a documentação referente à oferta de Letras Financeiras daquele Município, emitidas no dia 1º de setembro do corrente ano (Anexado ao Projeto de Resolução nº 68, de 1998). À Comissão de Assuntos Econômicos..... 13203

Recebimento dos Avisos nºs 966 e 1.149, de 1998, de 2 e 28 de setembro último, respectivamente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando, em aditamento aos Avisos nºs 661/98 e 779/98, as inclusões verificadas na relação dos responsáveis com contas julgadas irregulares por aquele Tribunal, prevista no art. 91 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no período de 30 de julho a 28 de setembro do corrente ano, e ainda, as exclusões ocorridas nas referidas relações, no mesmo período, em virtude de interposição de recursos de reconsideração, bem como pelo provimento de recurso de revisão (Anexados ao Diversos nº 16, de 1998). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 13203

Prejudicialidade dos Requerimentos nºs 1.106, de 1996; 153, 347, 423, 916, de 1997, e 7, de 1998. Ao Arquivo..... 13203

1.2.8 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR LAURO CAMPOS – Solidariedade ao pronunciamento do Senador Josaphat Marinho. Análise da atual crise econômica mundial..... 13203

1.2.9 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR JOÃO ROCHA – Comentários ao relatório de avaliação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no qual o Brasil apresentou significativos avanços..... 13205

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 13207

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 15ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 20 de março de 1998 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente. Ata da 17ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 24 de março de 1998 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 13208

Ata da 88ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 13 de agosto de 1998 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 13211

Ata da 89ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 14 de agosto de 1998 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente... 13212

3 – EMENDAS

Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.463-30, 1.475-44, 1.477-53, 1.579-25, 1.599-49, 1.604-37, 1.605-28, 1.607-22, 1.609-18, 1.614-23, 1.615-33, 1.640-7, 1.656-5, 1.662-4, 1.663-14, 1.672-33, 1.673-31, 1.674-56, 1.675-42, 1.677-57, 1.680-10, 1.681-9, 1.683-5, 1.684-46 e 1.697-58 de 1998 (Publicadas em suplemento a este Diário)..... 13212

4 – ATA DE COMISSÃO

17ª Reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 12 de agosto de 1998..... 13224

5 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 54 a 57, de 1998..... 13227

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.716 a 1.718, de 1998..... 13230

7 – CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

Atas das 156ª e 157ª Reuniões, realizadas em 18 de fevereiro e 21 de julho de 1998, respectivamente..... 13234

Ato do Presidente nº 4, de 1998..... 13235

8 – ATOS DA DIRETORA-EXECUTIVA DO PRODASEN

Nºs 116 a 134, de 1998..... 13236

9 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS (Em liquidação)

Portaria nº 32, de 1998..... 13256

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 90ª Sessão não Deliberativa em 5 de outubro de 1998

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência do Sr. Lúdio Coelho

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Paiva, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Declaro aberta a sessão.

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

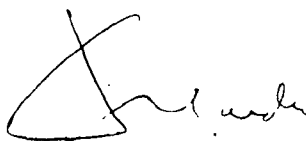
MENSAGEM Nº 221, DE 1998 (nº 983/98, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CLAUDIO MARIA HENRIQUE DO COUTO LYRA, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Granada.

Os méritos do Embaixador Claudio Maria Henrique do Couto Lyra, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de agosto de 1998.



Fernando Henrique Cardoso

EM Nº 323 /DP/DSE/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 19 de agosto de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **Claudio Maria Henrique do Couto Lyra**, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Granada.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum Vitae** do Embaixador **Claudio Maria Henrique do Couto Lyra**, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

Curriculum Vitae**Ministro de Segunda Classe CLAUDIO MARIA HENRIQUE DO COUTO LYRA**

Buenos Aires, 17 de outubro de 1940 (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946).

Filho de Heitor Lyra e Yolanda do Couto Lyra.

Curso de Preparação à Carreira Diplomática, 1964.

IV Curso de Economia Cafeeira do Instituto Brasileiro do Café, 1965.

Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, 1975.

CAE, IRBr, 1982.

Terceiro Secretário, 1 de fevereiro de 1965.

Segundo Secretário, antigüidade, 12 de novembro de 1967.

Primeiro Secretário, merecimento, 27 de julho de 1973.

Conselheiro, merecimento, 11 de dezembro de 1978.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 23 de dezembro de 1985.

Auxiliar do Chefe da Divisão da Europa Ocidental, 1965/66.

Auxiliar do Chefe do Cerimonial, 1966/67.

Auxiliar do Chefe da Divisão de Comunicações e Arquivo, 1967.

Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-I, 1976/77.

Assessor do Chefe do Departamento das Américas, 1978/79.

Chefe da Divisão da América Meridional-I, 1979/87.

Chefe, substituto, do Departamento das Américas, 1984/87.

Londres, Segundo-Secretário, 1968/71.

La Paz, Segundo-Secretário, 1971/73.

Lisboa, Primeiro-Secretário, 1973/76.

Montevideu, Ministro-Conselheiro, 1987/94.

Montevideu, Encarregado de Negócios, a.i., 1987/94.

Georgetown, Embaixador, 1995/98.

À disposição do Grão-Duque do Luxemburgo, do Presidente da Itália e dos Soberanos Belgas em visitas ao Brasil, 1965.

À disposição da OEA, por ocasião da II Conferência Interamericana Extraordinária, Rio de Janeiro, 1965.

À disposição do Presidente de Israel em visita ao Brasil, 1966.

À disposição do Grão-Mestre da Ordem Soberana e Militar de Malta e do Presidente da Bolívia em visitas ao Brasil, 1966.

À disposição do Rei da Noruega e dos Príncipes do Japão, em visitas ao Brasil, 1967.

À disposição da Missão Especial da República de Cabo Verde à Posse do Presidente da República do Brasil, 1979.

À disposição da Missão Especial da República da Guatemala à Posse do Presidente da República do Brasil, 1985.

À disposição do Ministro dos Negócios Estrangeiros da França por ocasião da visita do Presidente da República da França, 1985.

VIII e XIII Reuniões dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata em Brasília, respectivamente em 1976 e 1982.

Reuniões do Grupo de Trabalho sobre Recursos Hídricos e Outros Recursos Naturais dos Países da Bacia do Prata, Brasília, em 1977, 1980, 1981 e 1982.

IV, VI e VIII Reuniões da Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena (CEC) em Brasília, respectivamente em 1977, 1981 e 1985.

Visitas dos Presidentes da República da Argentina ao Brasil, 1980 e 1986.

Visita do Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai ao Brasil, 1980.

Membro da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, 1980/1987.

Visita do Ministro da Indústria e Comércio do Paraguai, 1980.
Comissão Mista Brasileiro-Argentina para a Construção da Ponte "Presidente Tancredo Neves" sobre o Rio Iguaçu, 1980/1985
Visitas dos Ministros das Relações Exteriores e Culto da Argentina, 1982 e 1984.
Visita do Ministro das Relações Exteriores do Chile, 1982.
Encontro dos Presidentes da República do Brasil e da Argentina, Porto Meira, 1983.
Visitas dos Presidentes da República Oriental do Uruguai, 1984 e 1986.
Visitas dos Ministros das Relações Exteriores do Paraguai, 1980, 1983, 1984, 1985 e 1986.
Encontros dos Presidentes do Brasil e do Paraguai, em Goiânia (1980) e Itaipu (1984, 1985 e 1987).
Reunião da Subcomissão Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento Conjunto de Zonas Fronteiriças, Brasília, 1985.
Reunião da Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguiaia, Brasília, 1986.
Reunião preliminar sobre a integração entre o Brasil e a Argentina, Itaipava, 1986.
Conferências na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (1979), Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986), Escola Superior de Guerra (1981, 1985, 1986), Escola de Guerra Naval (1982, 1983, 1984, 1985, 1986), Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (1984, 1985), Estado-Maior das Forças Armadas (1985, 1986, 1987).
IX, X, XI, XII, XIV, XV, XVI e XX Reuniões Ordinárias de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, respectivamente em Assunção (1977), Punta del Este (1978), Buenos Aires (1980), Santa Cruz de la Sierra (1981), Assunção (1983), Punta del Este (1984), Buenos Aires (1986) e Punta del Este (1992).
I e II Reuniões Extraordinárias de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, respectivamente em Buenos Aires (1986) e Punta del Este (1992).
V e VII Reuniões da Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena (CEC) em Santiago respectivamente em 1979 e 1983. Reuniões do Grupo de Trabalho sobre Cooperação em Setores Sociais dos Países da Bacia do Prata em Montevideu (1977) e Assunção (1978).
X Reunião da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC), Buenos Aires, 1979.
Reuniões do Grupo "ad hoc" sobre Interconexão Ferroviária entre o Brasil e o Paraguai, 1979 e 1980.
Comitivas dos Presidentes da República em visitas ao Paraguai (1980), a Argentina (1980), ao Chile (1980), ao Uruguai (1985) e à Argentina (1986).
Comitivas dos Ministros de Estado das Relações Exteriores em visitas ao Chile (1980 e 1984), à Argentina (1985), ao Paraguai (1986) e ao Uruguai (1986).
Conferência Inter-regional de Organismos Fluviais Internacionais, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), Dacar, 1981.
Encontros dos Presidentes do Brasil e da Argentina em Passo de los Libres (1981) e Puerto Iguazu/Foz de Iguaçu (1985).
Missão Especial para representar o Brasil na cerimônia de posse do Presidente da República do Paraguai, Assunção, 1983 (membro).

Reunião sobre Temas Econômicos Brasil-Argentina, Buenos Aires, 1984.

Reunião sobre Planejamento Político entre equipes das Chancelarias do Brasil e da Argentina, Buenos Aires, 1984.

Reunião dos Grupos de Apoio e de Contadora em Punta del Este, 1986.

Reuniões preliminares sobre a integração entre o Brasil e a Argentina, em Buenos Aires, 1986.

Reunião da Subcomissão Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento Conjunto de zonas Fronteiriças, Montevideu, 1986.

Comitiva do Secretário-Geral das Relações Exteriores em visita à Argentina, 1986.

Reunião dos Chanceleres do Brasil, da Argentina e do Uruguai para examinar a situação no Atlântico Sul, Punta del Este, 1986.

Reunião Técnica dos Assessores dos Chanceleres do Mecanismo de consulta e Concertação Política, Montevideu, 1987.

Encontro dos Presidentes do Brasil e do Uruguai em Quaraí e Artigas, 1991.

XXII Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, Montevideu, 1992 (Sub-chefe de delegação).

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Brasil.

Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil.

Medalha "Mérito Santos Dumont", Brasil.

Ordem de Maio ao Mérito (Argentina).

Ordem da Coroa (Bélgica).

Ordem do Condor dos Andes (Bolívia).

Ordem de Bernardo O'Higgins (Chile).

Ordem do Mérito (Chile).

Ordem Nacional do Mérito (França).

Estrela da Solidariedade Italiana (Itália).

Ordem da Coroa de Carvalho (Luxemburgo).

Ordem de Santo Olavo (Noruega).

Cruz "Pro Mérito Melitensi" (Ordem Soberana e Militar de Malta).

Ordem do Infante Dom Henrique (Portugal).



(José Borges dos Santos Júnior)
Diretor-Geral, substituto, do Departamento
do Serviço Exterior

I - Dados Básicos

Ilha vulcânica localizada ao norte da República de Trinidad e Tobago, tem relevo montanhoso, com as partes mais elevadas densamente cobertas por matas. Tem boa distribuição hidrográfica, e clima tropical.

Área: 344 km²

População: 97,9 mil (1996)

Governo: Monarquia parlamentarista, tendo como **Chefe de Estado a Rainha Elizabeth II**, do Reino Unido, representada pelo **Governador Geral Daniel Williams** (desde 1996)

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro **Keith Mitchell**, desde 1995.

Chanceler: Ministro **Raphael Fletcher**

O Legislativo é bicameral, sendo o Senado constituído por 13 membros indicados pelo Governador-Geral e a Casa dos Representantes por 15 Deputados eleitos por voto direto.

II - História

Cristóvão Colombo desembarcou em Granada em 1498, quando ali habitavam tribos de índios caribás. Em 1650, os franceses se apossam da ilha, batizando-a de St. George's. Em 1762, é ocupada por tropas britânicas. Sob o domínio inglês, a escravidão foi abolida em 1833. Em 1974, Granada conquista a independência, mantendo-se integrada à Commonwealth. Cinco anos mais tarde, uma aliança de esquerda liderada por Maurice Bishop derruba o Primeiro-Ministro Eric Gairy e instala no país o Governo Revolucionário do Povo, que estreita relações com Cuba e com o então "bloco soviético". Em outubro de 1983, um golpe de radicais de esquerda depõe e fuzila Bishop. Tropas norte-americanas invadem a ilha e depõem o regime, retirando-se gradualmente até 1985. Os envolvidos no fuzilamento de Bishop foram condenados à morte em 1986, sendo a pena comutada em prisão perpétua. Eleições realizadas em 1989 conduzem Nicholas Brathwaite ao cargo de Primeiro-Ministro, que não consegue combater o desemprego, que chega a atingir a taxa de 40% em 1995. Brathwaite renuncia ao cargo em fevereiro daquele ano, vindo a ser substituído por George Brizan. Em junho de 1995, o Novo Partido Nacional (NNP) vence as eleições e indica Keith Mitchell para Primeiro-Ministro.

III - Relações Bilaterais

A relações do Brasil com Granada podem ser qualificadas de corretas mas distantes. Os microestados do Caribe anglófono, por suas exíguas dimensões, em termos de território, população e economia, ocupam plano secundário na formulação da política externa brasileira. Cabe ter presente contudo que, tomado em conjunto, o Caribe representa um mercado nada desprezível e, ademais, relativamente aberto e receptivo a produtos brasileiros. Tais considerações vêm conduzindo a uma análise pelo Itamaraty dos meios para adensar as relações do Brasil com os países da sub-região, buscando estabelecer uma pauta que adote um enfoque integrado para as atividades brasileiras na América Central e no Caribe. Dentro dessa orientação, o Brasil aderiu à Associação dos Estados Caribenhos (AEC), na qualidade de observador, e tem procurado intensificar o fluxo de visitas recíprocas.

O Governo de Granada manifestou recentemente interesse em contar com a cooperação de um técnico brasileiro de futebol pelo período de um ano, a fim de treinar equipes locais. O pedido foi transmitido à Confederação Brasileira de Futebol para exame da possibilidade de se atender à referida solicitação.

Em julho último, o primeiro Embaixador não-residente de Granada, Samuel Vincent Orgias, apresentou credenciais ao Senhor Presidente da República, ocasião em que manifestou o interesse de seu Governo no sentido de estreitar as relações de cooperação com o Brasil. Foram então organizadas entrevistas do emissário granadino com os Senhores Ministro da Agricultura, Diretor-Geral do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores, Coordenadora-Geral de Ensino do Instituto Rio Branco e Diretora interina da ABC. Como resultado dos contatos mantidos, foram propostos ao visitante projetos de Acordo de Cooperação Técnica e de Cooperação no Campo da Educação, a serem negociados pelos dois países.

O comércio entre os dois países registrou, em 1997, exportações brasileiras no montante de US\$ 728 mil, e importações da ordem de US\$ 107 mil.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM Nº 222, DE 1998
(nº 1.074/98, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea "a", e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS ALBERTO DE AZEVEDO PIMENTEL, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

Os méritos do Ministro de Primeira Classe Carlos Alberto de Azevedo Pimentel, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de setembro de 1998.



Fernando Henrique Cardoso

EM Nº 355 /DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 02 de setembro de 1998

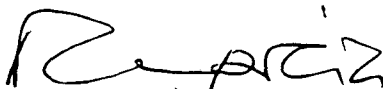
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea "a", e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 06 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de

Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **Carlos Alberto de Azevedo Pimentel**, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum vitae** do Ministro de Primeira Classe **Carlos Alberto de Azevedo Pimentel**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

I N F O R M A C Ã O

Curriculum Vitae

Ministro de Primeira Classe **CARLOS ALBERTO DE AZEVEDO PIMENTEL**

São Paulo/SP, 19 de dezembro de 1937.

Filho de Archimedes de Barros Pimentel e Dirce de Azevedo Soares Barros Pimentel.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, USP.

CPCD, IRBr.

Professor de Prática Diplomática e Consular, IRBr, 1975.

Terceiro Secretário, 07 de novembro de 1963.

Segundo Secretário, antigüidade, 22 de novembro de 1966.

Primeiro Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973.

Conselheiro, merecimento, 14 de maio de 1978.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 16 de junho de 1982.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 18 de dezembro de 1992.

Assessor do Chefe da Divisão de Política Financeira, 1963/66.

Auxiliar do Chefe do Departamento Econômico, 1974.

Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1974/75.

Assessor do Chefe do Departamento Econômico, 1976/77.

Assessor do Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceânia, 1977/78.

Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, 1978/83.

Chefe, substituto, do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, 1982/83.

Agregado, 1983.

Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, 1991/98.

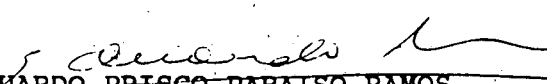
Washington, OEA, Terceiro Secretário, 1966/67.
Washington, OEA, Segundo Secretário, 1967/69.
Georgetown, Segundo Secretário, 1969/71.
Georgetown, Encarregado de Negócios, 1970 e 1971.
Moscou, Segundo Secretário, 1972/73.
Moscou, Primeiro Secretário, 1973/74.
Hong Kong, Cônsul-Geral, 1986/91.

II Reunião Anual do CIES, São Paulo, 1963 (assessor).
Negociações do Acordo com a República Federal da Alemanha sobre Fomento e Garantia de Investimentos Privados, 1964. (assessor).
II CIE, rio de Janeiro, 1965 (assessor).
VI e VII Sessões da Assembléia Geral de Governadores do BID, Assunção e México, 1965 e 1966 (assessor).

V Reunião do CIES, Viña del Mar, 1967 (assessor).
Reunião da Comissão Cultural Brasileiro-Guianense, Georgetown, 1971 (assessor).
VI Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia e Reuniões Preparatórias de Peritos Financeiros e de Peritos em Tecnologia Energética, Cidade do México, 1975 (delegado).
Reuniões de negociações do III Programa Nacional de Cooperação Técnica Brasil-República Federal da Alemanha, Bonn, 1978 (chefe).
XXVI Sessão do Conselho de Administração do PNUD, Nova York, 1979 (delegado).
Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do PNUD, procedida por Reunião do Grupo Latino-Americano, e a Reunião do Comitê de Orçamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York, 1980 (delegado).
Encontro de alto nível para a revisão da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (TCDC), 1980 (delegado).
I Reunião da Comissão Mista Permanente Brasil-Moçambique para a Cooperação Econômica, Técnica e Científica, Maputo, 1982 (delegado).
X Reunião do Grupo de Trabalho Franco-Brasileiro de Cooperação Científica e Técnica, Paris, 1991 (chefe de delegação).
Negociações Intergovernamentais Teuto-Brasileiras, Bonn, 1992 (chefe de delegação).
XI Reunião do Grupo de Trabalho Brasileiro-Francês de Cooperação Científica e Técnica, Brasília, 1992 (chefe de delegação).

Chefe do Cerimonial do Governo do Estado de São Paulo, 1982/86.

Ordem de Rio Branco, Comendador, Brasil.
Ordem do Mérito Naval, Brasil.
Ordem do Mérito Civil, Espanha.


EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
Diretor-Geral do Departamento do
Serviço Exterior

Ministério das Relações Exteriores

Brasília, 11 de agosto de 1998

Informação Geral sobre a Polônia

***Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos
Departamento da Europa
Divisão da Europa-II***

I. Apresentação

A Polônia vem assumindo importância cada vez maior no cenário internacional, onde tem procurado diversificar a sua atuação. Inscrevem-se nessa política a aproximação com os países industrializados do Ocidente (Estados Unidos e Europa Ocidental) e a adesão do país às estruturas euro-atlânticas (União Europeia e OTAN). Dentre os países da Europa Central, a Polónia é o que vem apresentando os melhores indicadores sociais e índices econômicos. Atualmente, exerce a presidência da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa – OSCE.

A presença de uma *comunidade de origem polonesa no Brasil*, estimada em cerca de 800 mil pessoas e concentrada particularmente no Estado do Paraná, confere ao relacionamento bilateral uma dimensão especial. No século XIX, o Brasil recebeu diversas levas de imigrantes daquela nacionalidade: primeiramente, refugiados políticos e, a partir de 1869, camponeses à procura de trabalho.

As *relações diplomáticas* entre os dois países remontam ao princípio do século. O Governo de Epitácio Pessoa reconheceu o Estado polonês em 1920 e a primeira Legação brasileira em Varsóvia foi aberta em 1921. Em 1961, a representação diplomática do Brasil na Polónia foi elevada ao nível de Embaixada.

A despeito de um longo *período de divergências ideológicas* entre os dois Governos, as relações entre os dois países mantiveram-se sempre cordiais. No período de 1979 a 1981, a grande expansão havida no intercâmbio comercial favoreceu maior aproximação entre o Brasil e a Polónia. A partir de 1981, contudo, o relacionamento bilateral sofreu um esfriamento causado pela *inadimplência de vultosos débitos* contraídos pela parte polonesa junto ao Governo brasileiro.

Assim, o principal obstáculo à expansão do relacionamento bilateral foi, até 1992, a falta de um acordo satisfatório sobre a dívida polonesa. Em 28 de julho de 1992, com a assinatura, em Brasília, do *Acordo de Pagamento da Dívida Polonesa com o Brasil* foi possível *retomar e expandir as relações entre os dois países*. O Brasil é o principal parceiro comercial da Polónia na América Latina.

II. Política Interna

O Poder Executivo na Polônia é constituído por um Conselho de Ministros chefiado pelo Primeiro-Ministro, atualmente Jerzy Buzek; que é escolhido, por uma coalizão entre os partidos majoritários da Câmara Baixa do Parlamento. O atual Presidente e Chefe de Estado é Aleksander Kwasniewski. O Poder Legislativo é exercido pelo Parlamento, composto pela Câmara Baixa ou *Sejm* (460 membros) e pelo Senado (100 membros).

O novo Governo polonês, cujo gabinete assumiu há cerca de seis meses, vem procurando assegurar de que dispõe, em sua própria composição, de um mecanismo de proteção para sua política de orientação liberal. Em 1989-90, quando a Polónia adotou medidas de choque e foi por isso criticada em muitos meios ocidentais, a chamada "blindagem de proteção" era o entusiasmo da sociedade pela liberdade reconquistada. Oito anos mais tarde, não se pode mais contar com tal entusiasmo. Contudo, a coalizão formada "Ação Eleitoral Solidariedade" (AWS) - agremiação de direita centrada em torno do sindicato *Solidariedade* - e a "União pela Liberdade" (UW - Partido Liberal) pretende se constituir em uma nova carcaça protetora.

A UW, ligada a um programa económico liberal, dispondo de orçamento estatal equilibrado, tem como parceiro uma formação política cujo cimento é sindical. Assim, é natural que, de quando em quando, haja choques entre as tendências liberais e um certo modelo social planificador. Esses choques não deixam de frear a ação quotidiana do Governo. Têm, entretanto, o efeito positivo de obrigar a adoção de posições conciliatórias mais eficazes, em que reformas audaciosas são suavizadas em seus efeitos sociais.

O atual Governo, que tem como carro-chefe a condução da reforma administrativa, envida esforços para se manter até o final de seu mandato legislativo. Cada partido da coalizão estabeleceu, no entanto, suas próprias prioridades, assim é que, para a UW, o mais importante parece ser a reforma das estruturas do Estado, enquanto que para a AWS, o principal é a reforma do sistema de saúde. Em vista dessas divergências e da lentidão com que as decisões são tomadas, a coalizão parece aproximar-se do fim, embora isso não signifique um rompimento imediato. Afigura-se, todavia, mais provável uma antecipação de eleições.

Nos primeiros seis meses de sua existência, a união AWS-UW desafiou todas as expectativas, proeza que se deveu, em grande parte, à decisão do Primeiro-Ministro Jerzy Buzek de deferir ao Ministro das Finanças Leszek Balcerowicz, da social-liberal UW, a condução da política económica do país. Consciente de que essa liberdade de ação não lhe seria franqueada por muito tempo, o grande mentor da "terapia de choque" que introduziu o capitalismo na Polónia, aproveitou a oportunidade para avançar reformas que se impunham há muito tempo. Todavia, no seio da direita AWS, há os que vêem em Balcerowicz o "extremista da economia de mercado" e que, portanto, tem instado o Primeiro-Ministro a deter essa facilidade de manobra do titular das finanças.

III. Economia

A Polónia iniciou a década de noventa com grandes projetos de transformações: além da mudança sistema político, destacam-se as alterações promovidas com a implementação da economia de mercado e a aplicação de um plano de estabilização (Plano Balcerowicz), nos moldes do FMI, a fim de controlar a hiperinflação, causada, sobretudo, pela liberalização dos preços, sem planeamento prévio, em 1989. No escopo do plano, foram tomadas medidas como a elevação de impostos sobre variações positivas de salários

no setor público, a desvalorização da moeda seguida de fixação de câmbio, limitação de subsídios contidos no orçamento e contenção dos investimentos públicos.

O plano econômico fundamentou a racionalização econômica do país e, em pouco tempo, reduziu enormemente as taxas de inflação, ao introduzir uma estrutura real de preços. Sustentou, também, a taxa de câmbio e o fluxo de divisas; instaurou o equilíbrio entre oferta e procura em vários setores e, dessa forma, abriu caminho para a liberalização econômica. Não obstante, houve efeitos negativos, como a queda dos rendimentos reais, recessão econômica entre 1990/91, pela redução do tamanho do setor público e pelo avanço do desemprego, já que o setor privado não podia absorver mão-de-obra no ritmo em que era dispensada pelo setor público. Entre 1993-96 a economia polonesa obteve razoável recuperação, ao manter taxas de crescimentos em torno de 5%, valendo ressaltar o desempenho da produção industrial e o início da retomada agrícola.

Em termos gerais, a economia polonesa continua a crescer em 1998, mas tem enfrentado desafios, como a necessidade urgente de reduzir o déficit comercial e de proceder à reforma dos setores de saúde e previdência social. De acordo com o escritório central de estatísticas (GUS), o PIB polonês cresceu, em 1997, 6,9 %, mantendo-se, assim, seu ritmo ascendente dos últimos anos. O comércio exterior continua, no entanto, a ser o setor mais frágil da economia do país. O Déficit da balança comercial em 1997 atingiu US\$ 16,6 bilhões, valor bem superior ao do ano anterior (US\$ 12,7 bilhões). As Exportações, no valor de quase US\$ 26 bilhões, cresceram 5,4 %, enquanto as importações (US\$ 42,5 bilhões) aumentaram 13,9 %. O volume das reservas externas não sofreu maiores alterações, situando-se no patamar de US\$ 20 bilhões. Já o déficit em conta corrente, de US\$ 4,3 bilhões, praticamente triplicou em relação a 1996.

As previsões do GUS para 1998 são otimistas em quanto ao crescimento econômico, apesar de a elevação da taxa de inflação no primeiro trimestre de 1998 ter evidenciado a dificuldade do país em poder chegar ao final do presente exercício com o planejado índice inflacionário de um único dígito (9,5%). Dados do Banco Mundial sobre a economia polonesa indicam que o rendimento do trabalho na Polônia cresceu 40% desde a queda do regime comunista em 1989 e que a Polônia absorve atualmente um quarto dos investimentos estrangeiros na Europa Centro-Oriental.

Embora os resultados de março do desempenho da economia polonesa tenham sido melhores dos que os obtidos no início do ano, pairam ainda dúvidas sobre a possibilidade de se reduzir a inflação. Quanto ao desemprego, em queda gradual, poderá se situar neste ano em torno de 10%. No tocante ao déficit orçamentário, espera-se que possa ficar na faixa de 1,3% do PIB, inferior, portanto, aos 1,5% originalmente planejados. Acredita-se que em 1998, a economia polonesa cresça 6,5%. No campo das trocas comerciais, o déficit da balança comercial foi de 3,2 bilhões de dólares no primeiro trimestre do ano, de acordo com dados do Banco Nacional da Polônia. Já as reservas de divisas, segundo a mesma fonte, alcançaram no final de março a soma de US\$ 23.1 bilhões.

Em relatório do FMI, divulgado em abril do corrente, a Polônia foi identificada como líder entre os países com economias em transformação. Não obstante o elogio do desempenho econômico polonês, o FMI alerta os responsáveis governamentais sobre o preocupante crescimento do déficit comercial, a persistência de uma taxa inflacionária ainda elevada e, também, sobre o déficit em conta corrente registrado nos dois últimos anos. No referido relatório, o FMI sugere a fórmula clássica: maior controle da demanda através da busca de um equilíbrio orçamentário e de política salarial vigilante. Propõe, ademais, para o caso específico de uma economia em transição como a polonesa, que se acelere os processos de privatizações e de reforma dos sistemas previdenciário e de saúde.

IV. Política Externa

Após 1989, a Polônia tornou-se particularmente ativa em sua diplomacia regional, buscando parcerias e acordos de cooperação com todos os seus vizinhos. O principal objetivo da política externa da Polônia, entretanto, tem sido a integração aos sistemas de segurança e instituições econômicas ocidentais, sobretudo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Européia (UE).

Em 8 de julho de 1997, a OTAN convidou a Polônia, a Hungria e a República Tcheca a iniciarem negociações para o acesso, que culminou com a aceitação, por parte daquela Organização, da participação, como membros associados, dos três países mencionados. Resta, contudo, para serem aceitos como membros plenos, obter a ratificação por parte do Poder Legislativo dos países-membros daquela Organização. Até o momento, houve ratificação de oito países, entre eles os EUA e a Alemanha. A expansão da OTAN, em direção à Europa do Leste, é a mais importante transformação do sistema de segurança europeu desde o fim da Guerra Fria.

Em 16 de julho de 1997, a Comissão Européia publicou relatório sobre os países que firmaram acordos com a UE para futura integração, entre eles a Polônia. A Polônia havia apresentado sua candidatura, oficialmente, em abril de 1994. Politicamente, o país é um dos principais candidatos para a integração à UE: em termos de população e geografia, é o maior dos países selecionados; possui uma população de 38,6 milhões de habitantes e uma população economicamente ativa de 17,1 milhões; cerca de 3,9 milhões de pessoas (26% da população ativa) trabalha no setor agrícola (7% do PIB). O comércio entre a Polônia e a UE é intenso, sendo que nos últimos três anos, a UE foi o destino de 66,6% das exportações da Polónia e supriu a Polónia com 64% das importações. A Alemanha é o principal parceiro da Polónia, responsável por 34,6% das exportações e 24,9% das importações polonesas no mesmo período. Contudo, o desnível entre a UE e a Polónia com relação à população empregada pelo setor agrícola (na UE a média é de 5,7% da população ativa) tem criado certa dificuldade para a integração. Varsóvia conta, ainda, a seu favor, com forte apoio externo, principalmente da Alemanha e dos Estados Unidos.

Em fins de março último, o Primeiro-Ministro Buzek dirigiu-se à Nação com o objetivo de tranquilizar o contingente católico agrário do país de que o futuro ingresso na UE não significaria qualquer dano à identidade, à cultura e aos interesses econômicos poloneses. A Polónia, como o maior dos países aspirantes à integração, não poderá deixar de estar entre os primeiros a serem admitidos. Independentemente dos complexos problemas com que tem se defrontado a Polónia no processo de negociação em curso para o ingresso na UE, dois temas sobressaem e provavelmente exigirão acordos de postergação quando da adesão formal polonesa à UE: a compra de terras por estrangeiros e o acesso ao mercado de trabalho europeu.

Cumprе ressaltar que este ano a Polónia assumiu a Presidência da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que possui mais de 50 membros, e tem por objetivo evitar problemas étnicos e de direitos humanos na Europa e manter a segurança e a paz no Continente.

V. Relações Brasil-Polónia

Em 1995, o então *Presidente Lech Walesa* realizou visita oficial ao Brasil, aceitando convite formulado pelo Governo brasileiro. Em junho de 1997, o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty participou, em Varsóvia, da *1 Reunião de Consultas Políticas Brasil-Polónia*, realizadas no âmbito do Acordo assinado em 1995,

durante a visita do Presidente Walesa. A referida reunião permitiu o desenvolvimento de um diálogo produtivo sobre ampla gama de interesses comuns.

O Brasil participou do *I Foro Econômico Polônia-América Latina*, realizado em Varsóvia, em novembro último, tendo à frente da sua delegação o ex-Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, Francisco Dornelles. Em janeiro último, à margem do *Foro Econômico Mundial, em Davos, Suíça*, o Presidente Fernando Henrique Cardoso reuniu-se com o Presidente Aleksander Kwasniewski. As conversações transcorreram em clima amistoso e cordial e o Presidente polonês reiterou o convite para que o Presidente da República visite a Polônia. Há convite formulado pelas autoridades polonesas, também, para que o Vice-Presidente da República, Marco Maciel, visite o país. Ambos os convites foram aceitos e poderão realizar-se após as eleições em datas a serem definidas de mútuo acordo pelos canais diplomáticos.

O relacionamento entre o Brasil e a Polônia tem-se caracterizado pelo dinamismo e pela fluidez, sobretudo no que se refere ao intercâmbio comercial, que ganhou decisivo impulso a partir do equacionamento, em 1992, dos problemas relativos à dívida polonesa. *O Brasil é o principal parceiro econômico da Polônia na América Latina*. O intercâmbio bilateral chegou a atingir a cifra de US\$ 325 milhões em 1996, tendo sofrido pequeno decréscimo em 1997, quando o comércio bilateral ficou em US\$ 282 milhões.

Há interesse da *Companhia Vale do Rio Doce* em participar do projeto de modernização do porto de Gdansk, para estocagem e escoamento ferroviário de minério de ferro. A eventual participação da CVRD nesse projeto poderá contribuir para a rápida expansão das relações entre os dois países e para a intensificação dos negócios com os demais países da região.

Outro projeto importante que vincula os dois países é o da instalação da *PZL-Mielec do Brasil* em Anápolis (GO). A fábrica da *PZL-Mielec* deverá montar e depois fabricar aeronaves "Dromader" com tecnologia e componentes poloneses a serem introduzidos nos mercados brasileiro e latino-americano. Ainda está pendente de solução definitiva a questão da concessão de fundos para o pré-financiamento pelo Governo polonês. O longo processo decisório para a concessão do pré-financiamento já estaria quase concluído, faltando, apenas, a aprovação do Ministério do Trabalho, receptivo, ainda, a pressões dos sindicatos da indústria aeronáutica, uma das mais atingidas pela grande queda na produção de material de emprego militar com o fim da Guerra Fria. Os aviões "Dromader" são de pequeno porte e deverão ser utilizados na *agricultura* e no *combate a incêndios*. Já a *PZL-Okecie* está em negociações para a exportação (aviões-ambulância) e futura montagem de aviões no Brasil, em Arapongas, Estado do Paraná.

Na área da defesa, há grande interesse da Polônia na operação "*debt for trade*", envolvendo a redução da dívida e a aquisição de material de emprego militar polonês. A operação cubriria o equivalente a 10% do montante total da dívida orçada em US\$ 3,663 bilhões pelo Banco Central do Brasil (US\$ 366 milhões), máximo permitido pelas normas estabelecidas pelo *Clube de Paris*.

Existem dois instrumentos jurídicos bilaterais já prontos para assinatura: *Acordo sobre Serviço Aéreo* e *Acordo sobre Dispensa de Vistos*.

Entre 18 a 22 de maio último realizou visita ao Brasil missão do Governo polonês liderada pelo Vice-Ministro da Economia e Secretário do Comércio Exterior, Bernard Blaszczyk, que se fez acompanhar de vários assessores dos Ministérios da Economia e das Relações Exteriores. O Vice-Ministro encontrou-se com várias autoridades brasileiras, entre elas, o Secretário Executivo do Ministério da Indústria e do Comércio, Paulo Jobim, o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos, Embaixador Ivan Cannabrava.

Na visita, o Vice-Ministro salientou que a Polônia deseja buscar novas possibilidades de intercâmbio com o Brasil, além dos produtos tradicionais (trilhos e carvão, do lado Polonês, e café e soja, do lado brasileiro) e diversificar a pauta de exportações. Há interesse no minério de ferro brasileiro e na participação de empresas brasileiras na reestruturação dos portos poloneses. A Polônia pode, por outro lado, oferecer ao Brasil aviões e produtos das indústrias químicas e de armamentos. A proposta do Ministério da Economia, segundo o Vice-Ministro, é de passar da simples troca de mercadorias para a cooperação na área de transferência de produtos de alta tecnologia.

No Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, o Vice-Ministro ressaltou a importância e os benefícios recíprocos que adviriam da dinamização do comércio bilateral, sobretudo nas seguintes áreas: investimentos poloneses no estaleiro naval do Rio de Janeiro; possível instalação de montadora de caminhões 'Star' no Brasil; instalação da montadora de aviões 'Dromader'; possível instalação de montadora de helicópteros; participação brasileira (Companhia Vale do Rio Doce) na reestruturação do porto de Gdansk; elevação da penetração do café brasileiro, que hoje representa 5% do café consumido na Polônia; e aproveitamento do mercado polonês como ponte para os mercados do Leste Europeu.

O Brasil tem interesse político-estratégico na elevação de suas relações políticas e econômicas com a Polônia, uma vez que é fundamental contrabalançar o envolvimento brasileiro no hemisfério com o envolvimento com outros parceiros, entre eles a Europa. No processo de aproximação com a União Européia, a presença da Polônia no grupo é extremamente positiva para o Brasil. Não há nenhuma dificuldade política com a Polônia, temos uma importante colônia de descendentes de poloneses no Brasil e ambos os países têm tradições democráticas e estão comprometidos com a modernização.

A visita do Vice-Ministro da Economia, Bernard Blaszczyk, propiciou excelente oportunidade para estreitar os laços e identificar os diversos pontos de convergência entre os dois países, bem como formas concretas de intensificar os negócios e o relacionamento bilateral de forma geral, que se encontra ainda muito aquém do potencial e da riqueza dos dois países.

V. Ciência e Tecnologia

Realizou-se, em Brasília, no período de 29 a 30 de abril passado, a *1 Sessão da Comissão Mista de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-Polônia* em conformidade com o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado, em Varsovia, em 5 de setembro de 1996. A delegação brasileira foi chefiada pelo Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos, Comércio Exterior e Integração do Ministério das Relações Exteriores e a delegação polonesa, pelo Ministro do Comitê Estatal para a Pesquisa Científica, Andrzej Wyszniowski.

A Primeira Sessão da Comissão constituiu um ponto de partida para uma cooperação oficial nos campos científico e tecnológico, que deverá incluir também a participação do setor privado. Nessa oportunidade foi estabelecido Programa Executivo de Cooperação para o biênio 1998-1999, que inclui projetos específicos nas seguintes áreas: Radiação, Física, Pesquisa Antártica, Saúde, Mineração, Ciências Sociais, Química, Matemática, Engenharia e Engenharia Florestal.

ANEXO – DADOS BÁSICOS**Dados do País**

Nome do País : República da Polônia

Nome Local: Rzeczpospolita Polska

Capital: Varsóvia

Divisões Administrativa: 49 províncias (województwa, singular - województwo);

Biala Podlaska, Bialystok, Bielsko Biala, Bydgoszcz, Chelm, Ciechanow,

Czestochowa, Elblag, Gdansk, Gorzow, Jelenia Gora, Kalisz, Katowice, Kielce,

Konin, Koszalin, Krakow, Krosno, Legnica, Leszno, Lodz, Lomza, Lublin, Nowy

Sacz, Olsztyn, Opole, Ostroleka, Pila, Piotrkow, Plock, Poznan, Przemysl, Radom,

Rzeszow, Siedlce, Sieradz, Skierniewice, Slupsk, Suwalki, Szczecin, Tarnobrzeg,

Tarnow, Torun, Walbrzych, Warszawa, Wloclawek, Wroclaw, Zamosc, Zielona Gora

Independência: 11 de Novembro de 1918

Feriado Nacional : Dia da Constituição, 3 de Maio (1791)

Área:

total: 312,683 km²

Parte Terrestre: 304,510

Parte Aquática: 8,173 km²

Fronteiras: 2,888 km

Países: Bielorrússia 605 km, Republica Tcheca 658 km, Alemanha 456 km,

Lituânia 91 km, Rússia 206 km, Eslováquia 444 km, Ucrânia 428 km

Costa: 491 km

Recursos Naturais: carvão, enxofre, cobre, gás natural, prata, sal

Terras aráveis: 47%

plantações permanentes: 1%

pastos permanentes: 13%

florestas: 29%

outros: 10% (1993 est.)

População: 38,615,239 (julho 1997 est.)

Estrutura Etária:

0-14anos: 21% (homens 4,235.659; mulheres 4.038.016)

15-64 anos: 67% (homens 12,842,909; mulheres 13,020,736)

65 anos: 12% (homens 1,698,505; mulheres 2,779,414) (Júlio de 997 est.)

Taxa de Crescimento da População : 0% (1997 est.)

Taxa de Natalidade : 10.18 nascimentos/1,000 (1997 est.)

Taxa de Mortalidade : 9.82 mortes/1,000 (1997 est.)

Mortalidade Infantil: 13.6 mortes/1,000 (1997 est.)

Expectativa de vida: 72.47 anos

homens: 68.27 anos

mulheres: 76.91 anos (1997 est.)

Fertilidade: 1.43 crianças/mulher (1997 est.)

Dados Políticos

Poder Executivo:

Presidente Kwasniewski, Aleksander

Primeiro Ministro Buzek, Jerzy

Vice-Primeiro-Ministro..... Balcerowicz, Leszek
Vice-Primeiro-Ministro Tomaszewski, Janusz
Min. da Agricultura Janiszewski, Jacek
Min. das Comunicações Zdrojewski, Marek
Min. da Cultura e Arte Wnuk-Nazarowa, Joanna
Min. da Economia Steinhoff, Janusz
Min. da Educação Handke, Mirosław
Min. da Proteção Ambiental Szyszko, Andrzej
Min. das Finanças Balcerowicz, Leszek
Min. dos Negócios Estrangeiros Geremek, Bronisław
Min. da Saúde Wiesław, Maksymowicz
Min. dos Negócios Internos e da Administração..... Tomaszewski, Janusz
Min. da Justiça Suchocka, Hanna
Min. do Trabalho e de Política Social Komolowski, Longin
Min. da Defesa Nacional Onyszkiewicz, Janusz
Min. dos Transportes Morawski, Eugeniusz
Min. do Tesouro Wasacz, Emil

Dados Econômicos

PIB: US\$ 246,3 bilhões (1996 est.)

PIB - crescimento: 6% (1996 est.)

PIB - per capita: \$6,400 (1996 est.)

PIB - por setor da economia:

agricultura : 6%

indústria: 40%

serviços: 54% (1996 est.)

Taxa de Inflação - 18.8% (1996 est.)

Força de Trabalho:

total: 17.662 milhões (1996 est.)

Taxa de Desemprego : 13.3%

Orçamento:

receitas: \$37.1 bilhões

despesas: \$40.6 bilhões

Indústrias: máquinas, aço e ferro, carvão, química, construção naval, processamento de alimentos, vidro, bebidas, têxteis

Taxa de produção Industrial: 8.5% (1996 est.)

Electricidade - capacidade: 29.64 milhões de kWh (1994)

Exportações:

valor total: \$30.9 bilhões (f.o.b., 1995)

commodities: bens intermediários 38%, maquinário e equipamento de transporte 23%, bens de consumo 21%, alimentos 10%, combustíveis 7% (1996 est.)

Principais Parceiros: Alemanha 35.7%, Países Baixos 5.9%, Rússia 5.4%, Itália 4.9% (1994)

Importações:

Valor Total: \$34.6 bilhões (f.o.b., 1995)

commodities: máquinas e equipamentos de transporte 32%, bens intermediários 20%, química 15%, bens de consumo 9%, alimentos 9%, combustíveis 8% (1996 est.)

Dívida Externa: \$45.8 bilhões (1996 est.)

Taxa de Câmbio: zlotych (Zl) por US\$1 - 2.8158 (1997), 2.4250 (1995);

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM Nº 223, DE 1998
(nº 1.063/98, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do § 1º, "in fine", do artigo 111, da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a recondução de **LEONALDO SILVA**, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001, decorrente do término de sua investidura.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 4 de setembro de 1998.



Fernando Henrique Cardoso

LEONALDO SILVA

CURRICULUM VITAE

BRASÍLIA

1998

CURRICULUM VITAE**1. DADOS PESSOAIS**

Nome: LEONALDO SILVA
Data de Nascimento: 18 de novembro de 1944
Local de Nascimento: Ponta Grossa - Paraná
Estado Civil: Casado
Filiação: Leonardo de Paula e Silva e Zelinda Lacerda da Silva

1.1. Endereços

Residencial: SQS 308 Bl. A aptº 108 - Brasília-DF
Telefone: (061) 242-6781
Comercial: Tribunal Superior do Trabalho
Praça dos Tribunais Superiores
Brasília/DF
70097-900

1.2. Documentação

Cédula de Identidade: 539.241-1 - PR
Título Eleitoral: 2664780604 - 2ª Zona - Curitiba - PR
CPF/Ministério da fazenda: 171.032.319-15
Cart. Nac. de Habilitação: 0311401
OAB - Secção do Paraná: 10.566

2. FORMAÇÃO ESCOLAR**2.1. Superior: Direito**

Faculdade: Faculdade de Direito de Curitiba
Local: Curitiba - Paraná
Conclusão: 15 de julho de 1982

2.2. Curso Colegial

Escola: Colégio Novo Ateneu
Local: Curitiba - Paraná
Conclusão: Dezembro de 1967

2.3. Curso Ginásial

Escola: Colégio Regente Feijó
Local: Ponta Grossa - Paraná
Conclusão: Dezembro de 1960

2.4. Curso Primário

Escola: Grupo Escolar "Professor Júlio Teodorico"
Local: Ponta Grossa - Paraná
Conclusão: Dezembro de 1956

3. CURSOS EXTRACURRICULARES

3.1. Curso de Ami Pró Básico

Promoção: Tribunal Superior do Trabalho
Local/Época: Brasília - DF - 1994
Duração: 17 horas

3.2. Curso de Treinamento em Microensino

Promoção: Faculdade Católica de Administração e Economia
Local/Época: Curitiba - PR - 1985
Duração: 60 horas

3.3. Curso sobre Execuções no Processo do Trabalho

Promoção: Faculdade de Direito de Curitiba
Local/Época: Curitiba - PR - 1983
Duração: 04 dias

3.4. Habilitação Específica em Direito do Trabalho

Promoção: Faculdade de Direito de Curitiba
Local/Época: Curitiba - PR - 1982
Duração: 180 horas

3.5. Estágio Universitário

Promoção: Congresso Nacional
Local/Época: Brasília - DF - 1982
Duração: 15 dias

3.6. Curso de Oratória Média

Promoção: Centro Vicentino de Formação Permanente
Local/Época: Curitiba - PR - 1981
Duração: 40 horas

3.7. Curso Residencial de Educação Sindical

Promoção: Instituto Cultural do Trabalho
Local/Época: São Paulo - SP - 1981
Duração: 45 dias

3.8. Curso de Noções de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional

Promoção: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo
Local/Época: São Paulo - SP - 1981
Duração: 01 mês

3.9. Curso de Oratória Básica

Promoção: Centro Vicentino de Formação Permanente
Local/Época: Curitiba - PR - 1980
Duração: 40 horas

3.10. Curso de Técnicas de Estudo

Promoção: Faculdade de Direito de Curitiba
Local/Época: Curitiba - PR - 1979
Duração: 54 dias

3.11. Curso sobre Aplicação Tributária, Imposto de Renda, ICM, IPI, FGTS, etc

Promoção: Sindicato dos Contabilistas do Paraná
Local/Época: Curitiba - PR - 1976
Duração: 40 horas

3.12. Curso sobre Previdência Social e Acidente do Trabalho

Promoção: Instituto Nacional de Previdência Social
Local/Época: Curitiba - PR - 1975
Duração: 10 horas

3.13. Curso sobre Prática da Aplicação da Nova Sistemática de Correção do Ativo Imobilizado

Promoção: COAD - Atualizadora Fiscal Ltda.
Local/Época: Curitiba - PR - 1974
Duração: 01 mês

3.14. Curso de Análise de Balanço, Recursos Humanos e Administração de Pessoal

Promoção: Sociedade Paranaense de Estudos de Administração -
Federação das Indústrias do Paraná
Local/Época: Curitiba - PR - 1973
Duração: 40 horas

3.15. Curso de Psicologia - Avaliação Pessoal na Administração

Promoção: Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil
Local/Época: Curitiba - PR - 1972

3.16. Curso de Chefia e Liderança

Promoção: Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil -
ADVB
Local/Época: Curitiba - PR - 1972
Duração: 04 dias

3.17. Curso de Organização de Cadastro, Crédito e Cobrança

Promoção: Instituto de Organização Racional do Trabalho
Local/Época: São Paulo - SP - 1971
Duração: 04 dias

4. CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS**4.1. II Encontro Nacional das Federações de Trabalhadores**

Promoção: Coordenação Confederativa dos Trabalhadores
Local/Data: Luziânia - GO - 09 a 11.09.1997

- 4.2. Encontro Nacional de Trabalhadores no Comércio - Jubileu de Ouro (1946 - 1996)**
Promoção: Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Local/Data: Brasília - DF - 25 a 27/11/1996
- 4.3. X Seminário sobre Normas Internacionais do Trabalho**
Promoção: Organização Internacional do Trabalho
Local/Data: Brasília - DF - 07 e 08/11/1996
- 4.4. Encontro dos Profissionais de Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Rio de Janeiro**
Promoção: Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Rio de Janeiro
Local/Data: Rio de Janeiro - RJ - 31/03/1996
- 4.5. Conferência Internacional do Trabalho**
Promoção: Organização Internacional do Trabalho
Local/Data: Genebra - Suíça - 6 a 24 de junho de 1994
- 4.6. Congresso Comemorativo do Cinquentenário da CLT**
Promoção: Tribunal Superior do Trabalho
Local/Data: Brasília - DF - outubro 1993
- 4.7. Congresso Nacional dos Trabalhadores no Comércio**
Promoção: Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Local/Data: Brasília - DF - 20 a 22/05/1993
- 4.8. I Encontro Paranaense de Juizes Classistas**
Promoção: Associação dos Juizes Classistas da 9ª Região
Local/Data: Curitiba - PR - 21/09/1991
- 4.9. Congresso do Cinquentenário da Justiça do Trabalho**
Promoção: Tribunal Superior do Trabalho
Local/Data: Brasília - DF - 1º a 03/05/1991
- 4.10. 1º Seminário de Direito do Trabalho de Curitiba**
Promoção: T.R.T. da 9ª Região, AMATRA e JURUA Editora
Local/Data: Curitiba - PR - 22 a 24/04/1991
- 4.11. IV Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho e V Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho**
Promoção: LTr
Local/Data: São Paulo - SP - 21 a 23/11/1990
- 4.12. 1º Congresso Internacional de Direito do Trabalho no Paraná**
Promoção: T.R.T. da 9ª Região, AMATRA e JURUA Editora
Local/Data: Curitiba - PR - 1º a 04/05/1990

- 4.13. VII Seminário Nacional sobre Normas Internacionais do Trabalho**
Promoção: Organização Internacional do Trabalho
Local/Data: Curitiba - PR - 03 e 04/05/1988
- 4.14. I Encontro Estadual dos Trabalhadores no Comércio do Paraná**
Promoção: Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná
Local/Data: Curitiba - PR - 19 e 20/10/1984
- 4.15. Encontro dos Trabalhadores no Comércio**
Promoção: Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Local/Data: Brasília - DF - 19 a 23/11/1982
- 4.16. Encontro dos Advogados do Paraná**
Promoção: Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Paraná
Local/Data: Curitiba - PR - 11 a 14/08/1982
- 4.17. I Congresso Nacional de Trabalhadores no Comércio**
Promoção: Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Local/Data: Brasília - DF - 19 a 22/11/1981
- 4.18. Ciclo de Conferências Comemorativas aos 153 anos de Cursos Jurídicos**
Promoção: Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Paraná e D.A.C.P.
Local/Data: Curitiba - PR - 11 a 14/08/1980
- 4.19. Seminário sobre Cooperativas de Trabalho**
Promoção: Federação dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo
Local/Data: São Paulo - SP - 15/08/1977
- 4.20. Ciclo de Conferências sobre Legislação Trabalhista**
Promoção: Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Local/Data: Salvador - BA - 10 a 20/05/1975
- 4.21. II Encontro de Confraternização dos Trabalhadores no Comércio do Brasil**
Promoção: Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Local/Data: Salvador - BA - 09 a 13/05/1975

5. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 5.1.** Ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 25 de junho de 1992. Atualmente cumpre o seu segundo mandato, tendo em vista sua recondução para o triênio 1995/1998.
- 5.2.** Suplente de Juiz Temporário no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, empossado em novembro de 1988, convocado para atuar em novembro e dezembro/1988, de janeiro a maio/1989, de maio a dezembro/1990, em fevereiro/1991 e de junho a julho/1991. Reconduzido na mesma função em dezembro/1991.

- 5.3. Suplente de Vogal na 5ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba. Convocado para atuar nos meses de setembro e outubro de 1988.
- 5.4. Integrante da Representação Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC, eleito em 30 de dezembro de 1991.
- 5.5. Integrante da Diretoria da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná na qualidade de Primeiro Secretário, eleito em 1987.
- 5.6. Integrante da Diretoria do Sindicato dos Empregados no Comércio de Curitiba, na qualidade de Vice-Presidente, de 1973 a 1979 e, após, Secretário-Geral até 1990.
- 5.7. Integrante do corpo docente da Faculdade Católica de Administração e Economia, nas cadeiras de "Instituições de Direito Público e Privado" e "Legislação Social", até março de 1987.
- 5.8. Integrante do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, de junho de 1987 a 1992.
- 5.9. Administrador do Grupo Médico Instituto de Endocrinologia e Doenças Metabólicas, de 1975 a 1979 - Curitiba - PR.
- 5.10. Gerente Administrativo e Contador da Ótica Boa Vista Ltda., de 1971 a 1975 - Curitiba - PR.
- 5.11. Contador-sócio da Empresa de Contabilidade Assessoria Jurídica Contábil, de 1968 a 1971 - Curitiba - PR.
- 5.12. Contador da Empresa Nilo Gasparetto & Cia. Ltda., de 1961 a 1968 - Curitiba - PR.

6. TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES EM PALESTRAS

- 6.1. Participação na II Jornada de Vendas do Estado do Espírito Santo, em 1997, oportunidade em que apresentou o estudo "Capital e Trabalho", publicado nas Revistas Genesis (edição de outubro/97), LTr e Síntese Trabalhista (edições de novembro/97).
- 6.2. Representante Internacional da CNTC, desde 28/02/1996 com mandato até 28/02/2000;
- 6.3. Diploma do grau de Grã-Cruz, conferido por indicação do Conselho da Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho - 23ª Região, em 1995 - Cuiabá-MT;
- 6.4. Participação como Debatedor no Seminário Nacional sobre os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, promovido pelo Ministério do Trabalho, em Brasília - DF, de 16 a 18/11/1994;

- 6.5. Diploma referente à Medalha Comemorativa do 30º Aniversário da Fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade - CONTCOP, conferido por sua Diretoria em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados em prol dos trabalhadores em Comunicações e Publicidade do Brasil, em 1994 - Brasília-DF;
- 6.6. Diploma do grau de Grande Cruz, conferido pela Ordem do Mérito de Dom Bosco do Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região, em 1993 - Brasília-DF;
- 6.7. Participação no III Ciclo de Palestras de Direito do Trabalho de Cuiabá - MT, promovido pela AMATRA XXIII, AMAM e IADPT, em 1993;
- 6.8. Diploma no grau de Grã-Cruz, conferido pelo Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho do Tribunal Superior do Trabalho, 1992 - Brasília-DF;

7. REFERÊNCIAS

7.1. Pessoais

- a) Professor Milton Luiz Pereira
Ministro do Superior Tribunal de Justiça
Brasília - DF
- b) Doutor Luiz de Lacerda Filho
Médico e Professor da Universidade Federal do Paraná
Rua Manoel Eufrásio, nº 750 - Ap. 13
Curitiba - PR
- c) Doutor Indalécio Gomes Neto
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho
Rua Pedro Demeterco, 82 - Jardim Santa Bárbara
Curitiba - PR

7.2. Bancárias

- a) Banco do Brasil S/A
Agência Central
Brasília - DF
- b) Banco do Brasil S/A
Agência Central
Curitiba-PR

Brasília, 23 março de 1998.

LEONALDO SILVA

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

MENSAGEM Nº 224, DE 1998

(nº 1.064/98, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal.

Nos termos do § 1º, "in fine", do artigo 111, da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001, o nome de **MARIA DE FÁTIMA MONTANDON GONÇALVES**.

Os méritos da indicada, que me induziram a escolhê-la para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 4 de setembro de 1998.



Fernando Henrique Cardoso

CURRICULUM

MARIA DE FÁTIMA MONTANDON GONÇALVES

I. DADOS PESSOAIS

Nascimento: 08 de maio de 1955

Filiação: Walter Campos Montandon e Luíza de Melo Montandon

Estado Civil: casada

Esposo: Dalmo José Gonçalves

Residência: AOS - 06, Bloco "C" - Aptº 111

70660-063 - Brasília DF - Fone: (061) 361.1525 e 234.8695

Carteira de Identidade RG no. 325.870 - SSP/DF

CPF/MF: 113.146.051-00

Título de Eleitor: 6399120/54 Zona: 001 Seção: 0200

— Carteira Profissional: 125.00677.06.2

II. ESCOLARIDADE

- Superior: Bacharel em Secretariado Executivo - UPIS-União Pioneira de Integração Social - 1997 - Brasília/DF
- 2º Grau: Técnico em Contabilidade - Centro Educacional 02 - 1974 - Brasília/DF
- 1º Grau: Colégio Madre Carmem Salles - 1971 - Brasília/DF

III. CURSOS COMPLEMENTARES DE ATUALIZAÇÃO

- Datilografia - Escola Sarmiento de Datilografia - 1973 - Brasília/DF
- Recepção e Atendimento a cliente - VASP - 1974 - São Paulo/SP
- Reserva Mecanizada - VASP - 1974 - São Paulo/SP
- Comissária de Bordo - VASP - 1974 - São Paulo/SP
- SOCILA - Etiqueta, Postura, Manequim, maquiagem - 1975 - Rio de Janeiro
- Técnico em Secretariado Executivo - SENAC - 1982 - Brasília/DF
- Operador de Telex - Telebrasil/Embratel - 1983 - Brasília/DF
- Organização de Eventos - Marcondes Machado - 1983 - São Paulo/SP
- Guia de Turismo e recepção a turistas - WERA ASSESSORIA - 1983 - Brasília/DF
- Computação (DOS, Excell, Access, Windows 95/97, Carta Certa, Fácil, etc) - 1993 - Brasília/DF
- Inglês - Casa Thomas Jefferson - nível básico - 1996
- Atualização de conhecimentos através da Internet, leituras e participação em seminários, cursos, simpósios, congressos

IV. ATIVIDADES PROFISSIONAIS

- CNTC-Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - Secretária da Presidência - desde 1982 até esta data
- WERA ASSESSORIA DE CONGRESSOS, E EVENTOS LTDA - Coordenadora de Serviços de Secretaria e Recepção - 1979/1981
- VASP-Viação Aérea São Paulo S/A - Recepcionista e Secretária chefe do Serviço de Expediente no Aeroporto Internacional de Brasília - 1973/1979
- DROGAFARMA LTDA - Balconista e Monitora dos Produtos de Beleza Helena Rubinstein - 1972/73
- CASA DOS CABELEIREIROS LTDA - Balconista - 1971/1972

V. OUTRAS ATIVIDADES

- Diretora de Captação de Recursos da Federação Nacional das Secretárias e Secretários, mandato 1997/2000
- 1ª Vice-Presidente do Conselho Regional de Secretariado do Distrito Federal-CRS, eleita em março/98

VI. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Domínio das atividades profissionais relacionadas à profissão de Secretaria Executiva, tais como: planejamento, organização e direção de serviços secretariais, assistência e assessoramento direto a executivos, coleta de informações para consecução de objetivos e metas de empresas, redação de textos profissionais especializados, interpretação e sintetização de textos e documentos, registro e distribuição de expedientes e outras tarefas correlatas, orientação da avaliação e seleção da correspondência para fins de encaminhamento à chefia, organização e manutenção dos arquivos, classificação, registro e distribuição da correspondência, redação e digitação de documentos de rotina, execução de serviços típicos de escritório tais como recepção, registro de compromissos, informações e atendimento telefônico. Organização de eventos em geral, conhecimento de cerimonial, protocolo e etiqueta. Ampla experiência em assuntos relacionados às entidades sindicais junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

VII. REFERÊNCIAS PESSOAIS e BANCÁRIAS

- Doutor *ANTÔNIO ALVES DE ALMEIDA* - Ministro Aposentado do Tribunal Superior do Trabalho e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - fone: (061) 321.2549
- BANCO DO BRASIL, agência Venâncio 2000 - Sr. Francisco Dias - Fone: 224.8926

Brasília-DF, março de 1998


MARIA DE FÁTIMA MONTANDON GONÇALVES

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

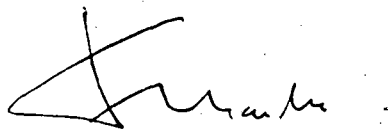
MENSAGEM Nº 225, DE 1998 (nº 1.065/98, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do § 1º, "in fine", do artigo 111, da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a recondução de **ANTONIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO**, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001, decorrente do término de sua investidura.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 4 de setembro de 1998.



Fernando Henrique Cardoso

CURRICULUM VITAE

ANTONIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO

Jornalista Profissional (DRT - BA 469)

Radialista Profissional (DRT - BA 63)

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Presidência da República - Membro da Comissão Consultiva da Secretaria de Imprensa (1985/198) e Assessor da Subsecretaria para Assuntos de Imprensa e Divulgação do Gabinete Civil (1988/1990)

Governo do Distrito Federal - Assessor de Imprensa da Secretaria de Serviços Públicos (1974/1975)

Governo do Estado da Bahia - Assessor de Imprensa da Secretaria da Agricultura (1968/1972)

Radiobrás - Redator (1972/1975) - Diretor do Departamento de Jornalismo (1975/1976) -

Repórter Setorista do Congresso Nacional (1976/1986) - Assistente do Diretor de Programação (1986/1987) - Redator Pleno licenciado para atividade sindical (1991/1998)

Rádio Sociedade da Bahia - Radioator (1963/1967) - Redator (1969/1972) - Redator Correspondente (1972/1975) - Locutor Noticiarista, licenciado para atividade sindical (1975/1998)

Televisão Itapua - Redator (1967/1969)

Jornal Estado da Bahia - Reporter, Colunista de economia e automobilismo (1968/1970)

Rádio Marconi (São Paulo) - Correspondente (1971/1974)

ATIVIDADES SINDICAIS**OIT - Organização Internacional do Trabalho:**

- Suplente dos trabalhadores no Conselho de Administração, eleito pelos delegados do trabalhadores dos Países membros, em Genebra, Suíça, para os seguintes mandatos: 1984/1987 - 1987/1990 - 1990/1993

Ministério do Trabalho:

- Membro Efetivo da Comissão de Enquadramento Sindical, representante dos Trabalhadores (1974/1977 - 1977/1980) e suplente (1980/1983)

CONTCOP - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade:

- Secretário de Relações Públicas (1972/1975)
- Secretário Geral (1975/1978 - 1978/1981 - 1981/1984)
- Secretário de Relações Internacionais (1984/1987)
- Secretário de Finanças (1987/1990)
- Presidente (1990/1993 - 1993/1997 - 1997/2001)

Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Federação Nacional dos Radialistas):

- Conselheiro do Conselho Fiscal (1969/1972)
- Vice-Presidente (1975/1978)
- Secretário de Finanças (1981/1984)
- Presidente (1972/1975 - 1984/1987 - 1987/1990)

Sindicato dos Radialistas da Bahia:

- Secretário (1965/1967)
- Presidente (1967/1969)
- Instituto Cultural do Trabalho-ICT(São Paulo) Presidente do Grêmio "Salvador Tolesano" (1971)

OUTRAS ATIVIDADES**Ministério da Justiça:**

- Conselheiro do Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e de Expressão (1988/1990)

Ministério da Saúde:

- Conselheiro do Conselho Nacional de Saúde (1991/1992)

EBN - Empresa Brasileira de Notícias:

- Conselheiro do Conselho Fiscal (1985/1986)

Tribunal Regional Eleitoral-Bahia:

- Mesário nas Eleições de 1970

Tribunal Regional do Trabalho 10ª região:

- Suplente de Juiz Classista Representante dos Trabalhadores (1990/1991)
- Suplente de Juiz Classista Representante dos Trabalhadores 7ª JCI (1991/1992)

Tribunal Superior do Trabalho:

- Ministro Classista Representante dos Trabalhadores (1992/1995; 1995/1998)

Representação no Exterior - designado por Decretos presidenciais para integrar delegações brasileiras na qualidade de Delegado dos Trabalhadores (1978 e 1981) e na qualidade de Conselheiro Técnico dos Trabalhadores (1984, 1987, 1988, 1989, 1990, 1993, 1994, 1996) nas Conferências Internacionais do Trabalho - OIT - em Genebra, Suíça).

CURSOS

- Curso Básico de Educação Sindical - USP/ICT - São Paulo (1971)
- Curso de Oratória - São Paulo - (1971)
- Curso de Interpretação da Previdência Social - INPS - São Paulo - (1971)
- Curso Interamericano de Novos Métodos e Técnicas em Educação Sindical - UNESCO/OIT - México - (1972)
- Curso de Monitor de Imposto de Renda - Secretaria da Receita Federal - Bahia - (1972)
- Curso de Aperfeiçoamento de Locutores - RADIOBRAS - Brasília - (1980)
- Curso sobre Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho - Sindicato dos Radialistas - Brasília - (1983)

CONGRESSOS

1966 - IV Congresso Brasileiro de Radiodifusão - Bahia; 1967 - I Congresso Brasileiro de Trabalhadores em Telecomunicações e Publicidade - São Paulo; 1975 - II Congresso Nacional de Radialistas - Santa Catarina; 1976 -

VXI Congresso Nacional dos Radialistas Profissionais - Parana: 1977 - IV Congresso Brasileiro de Radialistas - Brasília: 1978 - V Congresso Brasileiro dos Radialistas - Bahia: 1979 - VI Congresso Nacional dos Radialistas - Ceara: 1980 - XVIII Congresso Nacional dos Jornalistas - Brasília: 1982 - VII Congresso Nacional dos Radialistas - Bahia: 1984 - XI Congresso Interamericano da Internacional do Pessoal de Correios e Telégrafos e Telefones - Amazonas: 1984 - I Congresso Estadual de Radialistas - Alagoas: 1984 - VIII Congresso Nacional dos Radialistas - Ceara: 1984 - 3º Encontro dos Radialistas do Ceara - Ceara: 1985 - IX Congresso Nacional dos Radialistas - Alagoas: 1993 - Congresso Internacional da IPTT - Lisboa, Portugal

OUTROS EVENTOS

1973 - IX Conferência Nacional dos Jornalistas - Ceara: 1977 - XI Conferência Nacional dos Jornalistas - Amazonas: 1977 - Conferência sobre Direitos Humanos e Liberdade Sindical nas Americas - México: 1979 - Palestrante no I Simposio Goiano de Imprensa - Goiás: 1980 - II Simposio Nacional de Trânsito - Câmara dos Deputados - Brasília: 1982 - I Seminario Nacional sobre Finanças Sindicais - Bahia: 1983 - Seminario sobre Estado Atual e Perspectivas da Educação Obreira no Brasil - OIT - Brasília: 1985 - Conferência do ENAI - Encontro Nacional das Associações de Imprensa - Brasília: 1986 - Palestrante na III Semana Paraense de Informática - Pará: 1991 - Palestrante no Encontro Internacional sobre Sindicalismo e Democracia - México: 1991 - Conferência Internacional sobre Integração, Desenvolvimento e Democracia - Costa Rica: 1992 - Congresso da LTR - São Paulo: 1993 - Expositor no Congresso Comemorativo do Cinquentenário da CLT, promovido pelo TST e Academia Nacional de Direito do Trabalho: 1998 - Palestrante no workshop "CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO" promovido pelo Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Sistemas de Televisão por Assinatura - São Paulo

CONDECORAÇÕES

- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho no Grau Oficial, do Tribunal Superior do Trabalho - 11 de agosto de 1988;
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Grã Cruz, por promoção - 26 de junho de 1992;
- Ordem do Mérito Dom Bosco, no Grau Grande Cruz, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - 15 de abril de 1993;
- Diploma de Bons Serviços Prestados a Radiodifusão do Parana - 1988;
- Diploma de Sócio Honorário do Sindicato dos Radialistas do Ceara

FORMAÇÃO ESCOLAR

Primário - Escola Getulio Vargas da Bahia

Ginasial - Ginásio estadual Góes Calmon - Bahia

2º Grau - incompleto

Superior - equiparado nos termos do Decreto Lei 972/69 que regulamenta a Profissão de Jornalista

DADOS PESSOAIS:

Nome:	ANTONIO MARIA THAUMATURGO CORTIZO
Estado Civil:	casado
Filiação:	Jose Manoel Cortizo Bouzas (falecido) Esmeralda Dativa Thaumaturgo
Naturalidade:	Salvador - Bahia
Cédula de Identidade nº:	009.659 SEP/DF 23.10.72
CPE/MF nº:	007.139.535-00
Registro Profissional:	Jornalista Profissional - DRT - BA 469 Radialista Profissional - DRT - BA 63
Endereço:	SHUN QI 07 conjunto 1 casa 8 - Lago Norte - Brasília - DF
Telefone:	(061) 368 1139 / 368 2750

Brasília, 3 de abril de 1998
H. M. F.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

MENSAGEM Nº 226, DE 1998
(nº 1.066/98, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do § 1º, "in fine", do artigo 111, da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001, o nome de **JOSÉ ALBERTO ROSSI**.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo "curriculum vitae".

Brasília, 4 de setembro de 1998.



Fernando Henrique Cardoso

CURRICULUM VITAE

JOSÉ ALBERTO ROSSI

SETEMBRO DE 1998

1 - DADOS PESSOAIS

Nome: José Alberto Rossi.

Sexo: masculino

Filiação: José Rossi e Adélia Rossi.

Nascimento: 19 de março de 1945 - Videira, Santa Catarina.

Nacionalidade: brasileira.

Estado civil: casado.

Filhos: Juliano, 05.12.1974.

Vinicius, 01.08.1976.

Carteira de identidade: n.º 527.678 - Inst. Id. do Paraná.

Certificado de dispensa de incorporação: n.º 698061 - Série B - 5ª RM.

CPF: 083.082.099 -04.

Carteira de trabalho; n.º 50459 - série 000088-SC.

Registro Profissional: CRMV/SC - 0119.

Título de eleitor: n.º 50496309/65 - 12ª zona, 0087 secção Florianópolis - SC.

Endereço profissional: Rua Anita Garibaldi, 79/503 - 88010-500 -

Florianópolis - SC.

Endereço particular: Rua Walter de Bona Castelan, 256 - Jardim Anchieta -

88037-300 - Florianópolis - SC.

2 - HISTÓRICO ESCOLAR

FORMAÇÃO DE 1º e 2º Grau

1953/57- Curso primário. Escola Estadual Professora Adelina Regis em Videira - SC

1958/61- Curso ginásial, Ginásio Imaculada Conceição em Videira - SC.

1962/64- Curso colegial. Escola Técnica de Contabilidade Imaculada Conceição em Videira - SC.

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA - GRADUAÇÃO

1967/70- Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná - Curso de Medicina Veterinária.

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA - PÓS-GRADUAÇÃO

1976- Certificado de participação no 1º Curso de Comunicação do Centro Pan Americano de Febre Aftosa.

1981- Certificado de participação no curso Administration for Seamen's Education Tokyo - Japão.

OUTROS CURSOS

1971- Curso de Pré-Serviço para Médicos Veterinários da Secretaria da Agricultura de Santa Catarina na cidade de Florianópolis Santa Catarina.

1973- Treinamento em Educação Sanitária para Médicos Veterinários, Ministério da Agricultura e Secretaria da Saúde de São Paulo.

1974- Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, adestramento em Febre Aftosa, no Estado do Rio Grande do Sul.

1988/89- Curso de Língua Inglesa, na Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis. Santa Catarina.

1989- Curso de operador em Microcomputador no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. em Florianópolis. Santa Catarina.

3 - ATIVIDADES ACADÊMICAS

- 1968/69- Diretório Acadêmico Lycio Vellozo, certificado de eleição e participação da gestão como 1º Secretário.
- 1970- MUDES - Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico Social. certificado de participação como instrutor.
- 1970- Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, membro da Comissão Julgadora de Provas Técnicas. da XI Reunião Anual de Clubes Agrícolas 4-P do Paraná. na cidade de Rio Negro- Paraná.
- 1969- Ministério do Interior - Projeto Rondon 4 - Federal, em julho de 1969, na cidade de Itamarandiba- MG., Certificado de relevantes serviços a integração nacional.
- 1969/70- Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná - Curitiba. Certificado de eleição e participação da diretoria, como Secretário Geral.

4 - ATIVIDADES PROFISSIONAIS

- 1960/62- Como Servente da INDUSTRIAL MADEIREIRA S. A., em Videira - SC.
- 1963/65- Como auxiliar de escritório da SEF-SERVIÇOS DE ENGENHARIA FERROVIÁRIA LTDA, em Videira - SC.
- 1965/66- Como auxiliar de Contabilidade da ARGRAS LTDA em Curitiba- Paraná.
- 1966/67- Como auxiliar de escritório da PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ADRIA S.A. filiar de Curitiba- Paraná.
- 1988- Certificado de participação no XXI Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, na cidade de Salvador - BA. (duas participações).

- 1988- Certificado de participação no XVI Encontro de Médicos Veterinários do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo.
- 1994 - Certificado de participação no XXIII Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, na cidade de Recife - PE.
- 1995 - Certificado de participação no Seminário "O Mercado de Trabalho e o Médico Veterinário, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina.

7 - FUNÇÕES COM MANDATO:

- 1975/78- Conselheiro do Conselho Regional de Medicina Veterinária da 2ª Região - SC.
- 1980/83- Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários no Estado de Santa Catarina, sócio fundador e primeiro presidente eleito.
- 1984- Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, eleito em 06.09. 84.
- 1984/86- Presidente da Diretoria Provisória para constituição da Federação Nacional dos Médicos Veterinários, em julho de 1984.
- 1986/98- Presidente da Federação Nacional dos Médicos Veterinários (em exercício).
- 1993/96- Tesoureiro Geral da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

8 - OUTRAS FUNÇÕES

- 1993 -Designado Executor do Convênio Sudepe/Acarpesc, portaria n.º 6389 de 17.11.83.

9 - PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS

- 1972 - Sociedade Catarinense de Medicina Veterinária, certificado de participação no I Encontro de Avanços em Medicina Veterinária, Florianópolis, Santa Catarina.
- 1973- Certificado de participação no II Encontro de Atualização em Medicina Veterinária - Florianópolis. Santa Catarina.
- 1974 - Certificado de participação da Exposição Industrial e Agropecuária de São Bento do Sul.
- 1974- Certificado de participação no I Encontro de Médicos Veterinários. na cidade de Chapecó - SC.
- 1976- Certificado de participação no II Encontro Regional de Médicos Veterinários, realizado em Chapecó, Santa Catarina.
- 1977- Certificado de participação no III Encontro Estadual de Medicina Veterinária, realizado em Florianópolis, Santa Catarina.
- 1979 - Certificado de frequência no Curso Transplantes de Embriões em Animais Domésticos e de Laboratórios.
- 1980- Certificado de participação no II Simpósio do Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves e I Simpósio Catarinense de Sanidade Suína. realizado em Concórdia Santa Catarina.
- 1980- Certificado de participação no Simpósio Internacional sobre Associativismo e Cooperativismo, realizado em Florianópolis, Santa Catarina.
- 1981 - Certificado de participação no Curso de Planejamento. Administração e Economia em Medicina Veterinária, na cidade de Videira - SC.
- 1982 - Certificado de participação no Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária -Balneário Camboriu, Santa Catarina.

1983- Certificado de participação no I ENPROL - Encontro das Entidades Sindicais de Profissionais Liberais, realizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

1983 - Certificado de participação no III' Seminário Catarinense de Colônia de Pescadores, realizado na cidade de Penha - SC.

1983- Certificado de participação no Simpósio "A Problemática Atual da Agropecuária, Rio do Sul, Santa Catarina.

1983- Certificado de participação no II Encontro Municipal dos Grupos de Mães, das Comunidades de Araranguá e, I Encontro Intermunicipal, de Comunidades Pesqueiras do Litoral Extremo Sul Catarinense.

1984 - Certificado de participação no I Seminário de Política Agrícola de SC, Sociedade Brasileira de Economia Rural - SOBER.

1984 - Certificado de participação no III Encontro de Mães e II Encontro de Comunidades Pesqueiras do Litoral Sul Catarinense.

1986 - Certificado de participação do XX Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, em Cuiabá - Mato Grosso.

1988- Certificado de participação no II Encontro Nacional das Entidades de Profissionais Liberais na cidade de Niterói - RJ.

1992- Certificado de participação na IX Conferência de Saúde, em Brasília - DF.

1994- Certificado de participação da "Cumbre Latino-americana sobre Desarrollo Social", na cidade San Antonio de Los Altos, Venezuela.

1994- Certificado de participação no IV Encontro Nacional de Entidades de Profissionais Liberais, São Paulo - SP.

1995- Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Coordenador da palestra Avanços do Programa Hemisférico da Erradicação da Febre Aftosa.

1995- Certificado de Participação no XVIII - Contesc, Convenção Estadual dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina.

10- APROVAÇÃO EM CONCURSOS

Ministério da Agricultura, certificado de habilitação e classificação em concurso publico.

11- HOMENAGENS

1982 - Título de Sócio Benemérito por relevantes serviços prestados a Medicina Veterinária.

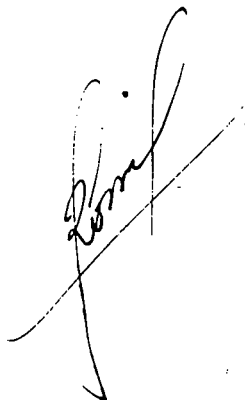
1979- Título de Sócio Benemérito, face aos relevantes serviços prestados a Colônia de Pescadores Z-6ª Navegantes.

1996 - Título da Ordem do Mérito da Medicina Veterinária. Grau de Comendador.

12- PARTICIPAÇÃO EM PROVAS E SELEÇÃO DE PESSOAL

1975- Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura em Santa Catarina. designado pela Portaria n.º 00044, para aplicação de provas e seleção de pessoal.

1976- Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura em Santa Catarina. designado pela Portaria n.º 00398, para aplicação de provas e seleção de pessoal.



Florianópolis, setembro de 1998.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

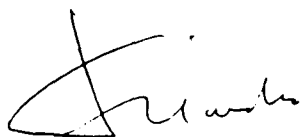
MENSAGEM Nº 227, DE 1998
(nº 973/98, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 40, § 1º, do Anexo I do Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora THEREZA MARIA MACHADO QUINTELLA, Ministra de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão.

Os méritos da Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de agosto de 1998.



Fernando Henrique Cardoso

EM Nº 321 /DP/DSE/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 12 de agosto de 1998

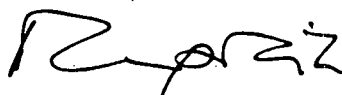
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de

1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Senhora Thereza Maria Machado Quintella, Ministra de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Casaquistão.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e Curriculum Vitae da Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, que juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

Curriculum Vitae

Embaixadora THEREZA MARIA MACHADO QUINTELLA

Rio de Janeiro/RJ, 27 de maio de 1938.

Filha de Moacyr Machado e Clélia Mendes Machado.

Licenciatura em Letras Neolatinas, Instituto Santa Úrsula.
CPCD, IRBr.

Terceira Secretária, 06 de outubro de 1961.

Segunda Secretária, merecimento, 03 de novembro de 1965.

Primeira Secretária, merecimento, 30 de junho de 1972.

Conselheira, merecimento, 14 de julho de 1977.

Ministra de Segunda Classe, merecimento, 26 de junho de 1980.

Ministra de Primeira Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1987.

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1961.
Chefe, interino, da Divisão de Transportes e Comunicações, 1963.
Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1963.
Assistente do Chefe da Divisão da Ásia e Oceania, 1967.
Assessora do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1977.
Chefe da Divisão da ALALC, 1978.
Chefe da Divisão de Imigração, 1979.
Chefe da Coordenadoria Técnica, do Departamento de Comunicações e Documentação, 1980/82.
Diretora do Instituto Rio Branco, 1987/91.

Baia Blanca, Vice-Cônsul, 1964/65.
Baia Blanca, Cônsul, 1965/66.
Baia Blanca, Encarregada, 1964 e 1965.
Bruxelas, CEE, Segunda Secretária, 1969/72.
Bruxelas, CEE, Primeira Secretária, 1972/73.
Montevidéu, ALALC, Primeira Secretária, 1973/77.
Montevidéu, ALALC, Encarregada de Negócios, 1974 e 1975.
Londres, Cônsul-Geral, 1982/86.
Londres, Representação junto aos Organismos Econômicos Multilaterais, Ministra Conselheira, 1986.
Viena, Embaixadora, 1991/95.
Viena, Representante Residente junto à AIEA, 1991/95.
Viena, Representante Permanente junto à UNIDO, 1991/95.
Viena, Representante Permanente junto aos órgãos das Nações Unidas ali sediados, 1991/95.
Moscou, Embaixadora, 1995/98.

XIV Assembléia Geral da OACI, Roma, 1962 (membro).
Comissão de Estudos Relativos à CERNAI, Rio de Janeiro, 1963 e 1964 (representante-suplente do MRE).
II Reunião de Consulta do Acordo sobre Transportes Aéreos Brasil-Espanha, Rio de Janeiro, 1964 (delegada).
Seminário da ONU sobre a Participação das Mulheres na Vida Pública de seus Países, Moscou, 1970 (representante).
Reunião Preparatória das Negociações Coletivas da ALALC, Montevidéu, 1974 (delegada).
I, II, III e IV Reuniões de Negociações Coletivas da ALALC, Buenos Aires, (1974), Quito (1974), Montevidéu (1974 e 1975), (delegada).
XIV, XV, XVI e XVIII Períodos de Sessões Ordinárias da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, 1974, 1975, 1976 e 1978 (delegada).
Reunião do Comitê com Representantes dos Governos, Montevidéu, 1975 (delegada).
Comissão Nacional para os Assuntos da ALALC (CNAALALC), do MRE, Brasília, 1978/79 (Secretária Executiva).
Conferência Mundial de Revisão e Avaliação dos Progressos Alcançados na Década das Nações Unidas para a Mulher, Nairóbi, 1985 (chefe da delegação).
XXXVIII Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia, Malmö, Suécia, 1986 (chefe da delegação).
Sessão Especial da Comissão das Nações Unidas sobre a situação da Mulher, Nova York, 1987 (chefe da delegação).

XVI, XVII, XVIII e XIX Reuniões Anuais de Diretores de Escolas Diplomáticas e de Institutos de Relações Internacionais, Viena, 1987, Genebra 1988, Washington 1989 e Cairo, 1990. (representante).

XXXII, XXXIV e XXXV Sessões da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher: Viena, 1988, 1990 e 1991.

II Reunião de Diretores de Escolas Diplomáticas da América Latina, Buenos Aires, 1988.

XXIV, XXV e XVI Assembléias Gerais de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres da OEA, Washington, 1988, 1990 e 1992 (delegada titular).

IV Conferência Geral da UNIDO, Viena, 1991 (chefe da delegação).

XXXV e XXXVI Conferências Gerais da AIEA, Viena, 1991 e 1992.

IX e X Sessões da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, 1992 (chefe da delegação).

Publicações:

"Teoria da Integração Econômica" - Coleção Gerson Augusto da Silva, Escola de Administração Fazendária, Ministério da Fazenda, Brasília, 1982.

"O Tratado de Montevidéu" - Coleção Gerson Augusto da Silva, Escola de Administração Fazendária, Ministério da Fazenda, Brasília, 1982.

Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito de Brasília, Comendador, Brasil.


Medalha Mérito Tamandaré.

Medalha Mérito Santos Dumont.

Ordem Nacional "Al Mérito", Grã-Cruz, Equador.

Ordem de Bernardo O'Higgins, Grã-Cruz, Chile.

Ordem do Tesouro Sagrado, Cavaleiro, Japão.



(José Borges dos Santos Júnior)
Diretor-Geral, substituto, do Departamento do
Serviço Exterior

Ministério das Relações Exteriores

Brasília, 6 de agosto de 1998

Informação sobre o Casaquistão

*Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos
Departamento da Europa
Divisão da Europa – II*

Índice

I. APRESENTAÇÃO	3
II. AVALIAÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS	4
PERSPECTIVAS	4
ATOS BILATERAIS	4
COMÉRCIO BILATERAL	5
III. CONJUNTURA POLÍTICA	6
ANTECEDENTES HISTÓRICOS	6
O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA	6
IV. CONJUNTURA ECONÔMICA	8
V. MAR CÁSPIO: A QUESTÃO JURÍDICA DA REPARTIÇÃO	10
VI. DADOS GERAIS	11
GOVERNO	11
INDICADORES SOCIAIS	12
INDICADORES ECONÔMICOS	12

I. Apresentação

O Casaquistão é uma das maiores e mais importantes ex-Repúblicas soviéticas. Por sua localização estratégica, com longas fronteiras com a Rússia e com a China, extensão territorial, recursos naturais (petróleo, gás, ferro, carvão, cobre, chumbo e outras reservas minerais) e influência sobre os demais países da Ásia Central, aliados à estabilidade política interna, o Casaquistão representa uma importante liderança regional.

As relações entre Brasil e Casaquistão apresentam boas perspectivas de incremento, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico e comercial. Entre todas as Repúblicas centro-asiáticas, surgidas do desmembramento da ex-URSS, o Casaquistão foi o país que tomou mais iniciativas de aproximação em relação ao Brasil. O Brasil reconheceu a independência do Casaquistão em dezembro de 1991. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1993. Foi proposta recentemente a criação, em caráter não-residente, da Embaixada do Brasil em Astana, cumulativa com a missão diplomática em Moscou.

Em razão do processo de transição pós-independência e das prioridades do cenário político regional, só a partir de 1995 o Governo casaque começou a voltar sua atenção para América Latina e, em especial, para o Brasil. Nesse contexto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Casaquistão esteve no Brasil para as cerimônias de posse do Senhor Presidente da República e, posteriormente, o Governo casaque propôs a realização de visita do Presidente Nursultan Nazarbaiev ao Brasil.

Por motivos de ordem interna, a visita do Presidente Nazarbaiev teve que ser adiada em mais de uma oportunidade. Os dois Presidentes, entretanto, mantiveram encontro em Nova York, à margem da Sessão Especial da AGNU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e, mais recentemente, em janeiro passado, em Davos, Suíça, à margem do Foro Econômico Mundial. Nessa oportunidade, o Presidente da República reiterou o convite para que o Presidente casaque visitasse o Brasil e anunciou o envio a Akmola (atual Astana) de Missão de Alto Nível, chefiada pelo Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty, Embaixador Ivan Cannabrava.

A Missão realizou-se em março último e logrou obter resultados positivos no aprofundamento do diálogo político com o Casaquistão e na avaliação das possibilidades concretas de cooperação e intercâmbio econômico e comercial entre os dois países. O Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos anunciou, naquela oportunidade, a criação da Embaixada do Brasil junto ao Governo do Casaquistão, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Moscou.

II. Avaliação das relações bilaterais

Perspectivas

Como elemento de especial interesse econômico para o Brasil, encontra-se a possibilidade de participação da **BRASPETRO** na exploração das reservas petrolíferas e de gás natural do Casaquistão. A **BRASPETRO** apresentou proposta de participar no consórcio formado pela **Enterprise**, inglesa, e a **Repsol**, espanhola, para exploração petrolífera no Mar Cáspio.

Além das promissoras perspectivas no setor de petróleo de gás, poderia haver possibilidade de presença brasileira nas áreas de serviços e de construção civil (oleodutos, gasodutos, pontes, estradas etc.).

O Presidente Nursulatan Nazarbaiev, no último encontro que manteve com o Senhor Presidente da República, propôs, além da cooperação com o Brasil no setor petrolífero, cooperação no campo da agricultura, possibilidade que poderia ser avaliada por esta Missão. Foi mencionado ainda pelo Presidente casaque interesse de seu país quanto ao sistema previdenciário brasileiro e com relação à construção de Brasília, uma vez que a nova capital casaque deverá ser inaugurada em junho próximo.

O Casaquistão poderia constituir-se ainda em interessante mercado e possível plataforma para os produtos brasileiros, facilitando sua entrada na China, na Rússia e demais países da Ásia Central.

Atos Bilaterais

Há três instrumentos jurídicos em negociação com o Casaquistão, que poderiam ser assinados por ocasião da visita ao Brasil do Presidente Nursultan Nazarbaiev:

“Declaração sobre os Princípios Básicos das Relações Bilaterais”:

O texto definitivo já está acordado entre as partes, aguardando oportunidade para sua assinatura

“Acordo de Comércio e Cooperação Econômica”:

Foi apresentada contraproposta brasileira que se encontra em exame pelo lado casaque

“Protocolo de Consultas Políticas”:

O lado casaque apresentou propostas de emendas ao texto que se encontram em exame pelo lado brasileiro

O Casaquistão sugeriu também a assinatura de acordos para evitar a bitributação e para a promoção e proteção recíproca de investimentos. Estas duas propostas poderiam ser negociadas em etapa posterior, quando o adensamento do intercâmbio entre os dois países o justifique.

Comércio Bilateral

Intercâmbio Comercial Brasil/Casaquistão (US\$ mil-fob)	1996	1997
Exportações	374,58	521,70
Importações	1.347,59	456,72
Balança Comercial	-973,01	64,98
Intercâmbio Comercial	1.722,17	978,41
Participação no total do comércio exterior brasileiro (%)	0,00%	0,00%

Principais produtos:

-Exportações: preparações alimentícias diversas, tabaco, vestuário e seus acessórios, café, chá, mate e especiarias, cacau e suas preparações, ferramentas, artefatos de cutelaria, talheres e instrumentos e aparelhos de ótica e médicos.

-Importações: papel e cartão, produtos químicos inorgânicos, pólvora e explosivos, fósforos, caldeiras, máquinas e aparelhos e instrumentos mecânicos, minérios, escórias e cinzas.

III. Conjuntura Política*Antecedentes históricos*

A história do Casaquistão esteve ligada, desde cedo, à da Rússia e, ainda hoje, os laços políticos e econômicos entre os dois países permanecem sólidos.

Os casaques, palavra que significa "cavaleiros das estepes", descendem de tribos nômades de origem turca e religião muçulmana. No século XVII, face à ameaça de uma invasão mongol, os casaques solicitaram proteção ao czar russo. O perigo logo desapareceu, com a tomada dos territórios mongóis pelos manchus em 1758, mas os russos ficaram. O Império Russo retirou o poder dos chefes tribais e absorveu gradualmente o Casaquistão (século XIX). A abolição da servidão, em 1861, levou milhões de camponeses russos e ucranianos a se instalarem em terras casaques doadas pelo governo central, provocando ressentimentos na população nativa. Em 1916, uma grande rebelião contra o domínio russo foi brutalmente reprimida pelo Exército do czar.

Em 1936, o Casaquistão tornou-se uma República à parte dentro da URSS, depois de haver estado unida por dezesseis anos, desde 1920, a cinco outras nações da periferia do extinto Império Russo, formando o Turquestão. A imigração russa voltou a ser estimulada, de tal forma que, ao fim dos anos 30, já havia mais

habitantes russos do que casaques no país. A etnia casaque só conseguiu superar novamente a população russa em 1989, graças a suas altas taxas de natalidade.

O processo de Independência

O Casaquistão foi palco da primeira explosão de nacionalismo no período da abertura soviética, depois da posse de Mikhail Gorbatchov, em 1985. A substituição, em dezembro de 1986, do chefe comunista local **Dinmukhamed Kunaev** por um burocrata russo, **Genadi Kolbin**, desencadeou uma onda de protestos. Conflitos étnicos irromperam no sul da república em junho de 1989. Nesse contexto, Kolbin foi transferido para Moscou e substituído pelo Primeiro-Ministro da República, **Nursultan Nazarbaiev**.

Defensor das reformas de Gorbatchov, **Nazarbaiev** assumiu a presidência em fevereiro de 1990, sendo confirmado, em abril, como resultado das primeiras eleições multipartidárias. Mantém o apoio a Gorbatchov contra a linha dura do Partido Comunista.

Com a derrota dos golpistas em agosto de 1991, o Partido Comunista do Casaquistão deixou de fazer parte do PC da União Soviética e mudou seu nome para Partido Socialista.

O Casaquistão foi, assim, a última das ex-repúblicas soviéticas a proclamar a independência, tendo esperado até a criação da CEI, em dezembro de 1991, para dar esse passo. No mesmo mês, **Nazarbaiev** foi reeleito Presidente.

Em março de 1995, **Nazarbaiev** dissolveu o Parlamento, depois que o Tribunal Constitucional declarou inválidas as eleições de 1994, abrindo, assim, uma grave crise institucional. Nessas eleições, o partido do Presidente, o Congresso da Unidade Popular, havia conquistado maioria graças a fraudes, segundo o tribunal. **Nazarbaiev** passou, então, a governar por decreto, prometendo novas eleições.

No entanto, em abril o Presidente convocou um referendo sobre a extensão de seu mandato até o ano 2000. Vencendo o referendo por grande maioria, afirmou, na ocasião, que a extensão de seu mandato daria novo dinamismo às reformas. Em agosto, **Nazarbaiev** venceu outro referendo por larga margem desta vez sobre a nova Constituição que lhe outorga poderes mais amplos.

O alto grau de abertura ao capital estrangeiro é o traço mais marcante da economia do Casaquistão sob o governo de **Nazarbaiev**. O país tem atraído empresas ocidentais interessadas na exploração do petróleo do Mar Cáspio. As boas relações com o Ocidente foram facilitadas pela disposição do país em abrir mão do arsenal nuclear que herdou da extinta URSS, com sua adesão aos acordos do Start para eliminação de armas atômicas.

IV. Conjuntura Econômica

A economia do Casaquistão enfrenta as dificuldades de uma economia em fase de transição para uma economia de mercado. O programa em curso, prevê reformas estruturais que incluem privatizações e a reestruturação dos setores empresarial e financeiro, entre outras medidas. Até o momento, o Banco Mundial

já aprovou US\$ 1.189 milhões para 14 projetos no Casaquistão (4 operações de ajuste, 3 empréstimos de assistência técnica e 7 empréstimos de investimento/infra-estrutura).

O Casaquistão possui o segundo maior território entre as antigas repúblicas soviéticas. Com uma população pouco superior aos 17 milhões de habitantes, ou cerca de 6.2 habitantes por km², é um dos países mais escassamente povoados do mundo. Mais de 100 nacionalidades convivem no Casaquistão, sendo a maioria de casaques (40%) e eslavos (40%). A renda per capita é da ordem de US\$ 1.310 (1996).

Os principais recursos naturais encontrados no país são o petróleo, gás, e minérios, como o ouro, minério de ferro, carvão, cobre, cromo e zinco. Possui ainda uma vasta área para a produção agrícola, que representa 15% do PIB, enquanto o setor industrial representa 30%. O setor industrial caseiro está praticamente todo voltado para o beneficiamento dos abundantes recursos naturais do país. A economia do Casaquistão mantém estreitos vínculos com as economias das ex-repúblicas soviéticas, e, em particular, com a Rússia. Desde a independência do país, entretanto, o comércio exterior foi rapidamente redirecionado para mercados fora da antiga URSS.

Em 1993, o Casaquistão deu início a um amplo programa de reformas econômicas com vistas à constituição de uma economia de mercado. Esse programa vem sendo apoiado pelos principais organismos financeiros internacionais, incluindo o Banco Mundial e o FMI. Como resultado, a inflação caiu de 1.160% (ano), em 1994, para 29% (ano), em 1996, e 12% (ano), em 1997.

Depois de haver sofrido queda ininterrupta em anos recentes, a produção estabilizou-se em 1996 e começou a crescer novamente. Conquanto a produção industrial tenha se estabilizado em 1995, a pior colheita de grãos no país em 30 anos e o virtual congelamento do investimento público contribuíram para a queda de 9% do PIB, em sequência aos dois anos anteriores em que o PIB sofrera quedas ainda mais profundas. Em 1996, o crescimento do PIB foi de 0.5%. A taxa de desemprego está em torno de 12%.

A política fiscal também tem sido bem sucedida. A arrecadação fiscal caiu de 29% do PIB, em 1993, para 24% em 1996. O Governo logrou, todavia, uma queda geral do déficit fiscal de 7.2% do PIB, em 1994, para 2.5% do PIB, em 1996. Ademais, em novembro de 1993, foram implementadas medidas de ajuste monetário com a introdução da moeda nacional, o *tenge*.

Reagindo à deterioração das condições econômicas, o Governo passou a acelerar as reformas. Foi adotado um programa anti-crise em julho de 1994 que introduziu um pacote revisto de reformas estruturais. A estabilização da economia associada às reformas estruturais no regime de comércio, levaram à melhora da situação externa. Em 1995, as exportações recuperaram-se levando a uma diminuição do déficit de US\$ 750 milhões, ou 4.2 % do PIB, em 1994, para US\$ 520 milhões, ou 2.9% do PIB, em 1995. Em 1996, o déficit cresceu para US\$ 750 milhões, ou 3.6 % do PIB. As reservas externas aumentaram para US\$ 2.0 bilhões em Dezembro de 1996, equivalente a mais de três meses de importações.

O programa de reformas está, atualmente, em sua segunda fase, com a privatização de mais de 2/3 das pequenas e médias empresas e as privatizações,

na área rural, de terras públicas e de uso coletivo. São crescentes os investimentos externos nas áreas do petróleo, gás e recursos minerais.

Segundo avaliação do Banco Mundial, as perspectivas econômicas do Casaquistão são altamente promissoras devido à abundância de recursos naturais (hidrocarbonos e minérios), dívida externa reduzida e mão-de-obra bem capacitada. A nova legislação referente a investimentos estrangeiros, impostos, petróleo e usufruto do subsolo deverá melhorar o ambiente para as inversões externas nos próximos anos. Prevê-se que, já no início do próximo século, o Casaquistão tenha os meios para financiar sua balança de pagamentos com os investimentos estrangeiros, eliminando, assim, a necessidade de recorrer a fontes oficiais de crédito.

V. Mar Cáspio: a questão jurídica da repartição

Um dos principais elementos do quadro caspiano é a questão jurídica do *status* do Mar Cáspio, cuja repartição terá efeitos sobre a forma de exploração dos recursos naturais entre os cinco Estados ribeirinhos. A situação jurídica tornou-se indefinida com o colapso, em 1991, da antiga URSS. Os ricos depósitos situados no Cáspio, que eram no passado um recurso compartilhado entre a URSS e o Irã, passaram a ser reivindicados pelos novos Estados ribeirinhos independentes, a saber o Azerbaijão, o Turcomenistão e o Casaquistão, além da Federação da Rússia e do Irã.

A posição de princípio da Rússia é a de que o Cáspio teria as características de um lago, a ser controlado em condomínio pelos Estados ribeirinhos, enquanto que o Casaquistão deseja dividir o mar em zonas territoriais. Na disputa pelos importantes recursos, o Casaquistão vem advogando o estabelecimento de setores nacionais no Mar Cáspio, em oposição à tese defendida pela Rússia. A posição do Casaquistão é apoiada pelo Azerbaijão, enquanto o Turcomenistão se inclina pela posição russa, endossada pelo Irã. Os Estados Unidos da América apoiam a posição do Casaquistão e Azerbaijão, concedendo respaldo aos importantes interesses de suas companhias petrolíferas naquela região.

As tratativas sobre o *status* do Cáspio encontram-se num impasse há, já, bastante tempo. Uma vez que esse impasse não impediu a conclusão de diversos importantes contratos internacionais de parceria, inclusive com a decidida participação de empresas russas, tudo parece indicar existir um equilíbrio de forças estável na região e que a questão jurídica deverá encontrar caminhos para uma solução negociada.

VI. Dados Gerais

- Nome oficial: República do Casaquistão
- Capital: Astana
- Área: 2.717.300 km²

- **Divisões administrativas:** 19 “oblistar” (singular: oblis) e 1 cidade (“calalar”, singular: cala)
- **Localização:** Ásia central, a noroeste da China
- **Fronteiras:** total 12.012 km, sendo 1.533 km com a China, 1.051 km com a Quirguízia, 6.846 km com a Rússia; 379 km com o Turcomenistão e 2.203 km com o Uzbequistão.
- O Casaquistão é banhado pelo Mar Aral (1.015 km) e pelo **Mar Cáspio** (1.894 km).
- **Disputas Internacionais:** disputas relativas à delimitação de fronteiras do **Mar Cáspio**
- **População:** 16.916.463 (1996)
- **Nacionalidade:** casaque
- **Idiomas:** casaque (40%) e russo (2/3 da população)
- **Moeda:** tenge

Governo

- **Sistema de Governo:** República Parlamentarista
- **Chefe de Estado:** Presidente Nursultan Nazarbaiev, desde 22 de fevereiro de 1990 (últimas eleições realizadas em dezembro de 1991, a próxima deverá ocorrer no ano 2000)
- **Chefe de Governo:** Primeiro-Ministro **Akezhan Kazhegeldin**, desde outubro de 1994
- **Gabinete:** indicado pelo Primeiro-Ministro
- **Poder Judiciário:** Suprema Corte
- **Poder Legislativo:** bicameral. Senado (eleições indiretas em dezembro de 1995, próximas em 1999) e “Majilis”(últimas eleições dezembro de 1995)
- **Constituição:** adotada em janeiro de 1993. Sofreu emendas em abril e agosto de 1995.
- **Sistema eleitoral:** sufrágio universal para maiores de 18 anos
- **Principais partidos políticos:** Partido da Unidade Popular (PUP), Partido Democrata, Congresso Popular do Casaquistão (PCK), Partido Socialista do Casaquistão (SPK), Partido Comunista, Partido Democrático Nacional, Partido Azat, União Camponesa do Casaquistão (KPU), Movimento Eslavo LAD, Partido da Justiça Social e da Recuperação Econômica “Tagibat”, Partido Social-Democrata, Partido Republicano.

Indicadores sociais

- **Religião:** muçulmanos (47%), russos ortodoxos (44%), protestantes (2%) e outras (7%)
- **Estrutura etária:** 0-14 anos: 30%
15-64 anos: 63%
maiores de 65 anos: 7%

- **Taxa de crescimento populacional:** -0.15%
- **Taxa de natalidade:** 19,02 nascimentos/1000 pop.
- **Taxa de mortalidade:** 9,65 mortes/ 1000 pop.
- **Mortalidade infantil:** 63,2 mortes/ 1000 nascidos
- **Expectativa de vida:** homens 58,56 anos
mulheres 69,9 anos
- **Composição étnica:** casques (41.9%), russos (37%), ucranianos (5.2%), alemães (4.7%), uzbequis (2.1%), tártaros (2%) e outros (7.1%).
- **Alfabetização:** 98% da população

Indicadores econômicos

- **PIB:** US\$ 46.9 bilhões
- **Taxa de crescimento do PIB:** -8.9 %
- **PIB per capita:** US\$ 2.700
- **Moeda:** tenge (introduzida em novembro de 1993)
- **Câmbio:** US\$ 1 = 64 (1995) 54 (1994)
- **Taxa de inflação:** 60.3%
- **Taxa de desemprego:** 1.4%
- **Força de trabalho:** 7.356 milhões
- **Recursos naturais:** petróleo, gás natural, ouro, minério de ferro, cromo, zinco
- **Terra cultivável:** 15%
- **Produtos agropecuários:** grãos, trigo, algodão, lã e carne
- **Taxa de crescimento da produção industrial:** -8%
- **Principais indústrias:** petróleo, carvão, minério de ferro, manganês, cimento, zinco, cobre, bauxita, ouro, prata, fosfatos, tratores e equipamentos agrícolas, motores elétricos, materiais de construção. Parte significativa das indústrias está fechada ou necessitada de reparos.
- **Exportações:** US\$ 5.1 bilhões (1995)
- **Principais produtos exportados:** petróleo, metais ferrosos e não-ferrosos, produtos químicos, grãos, lã, carne e carvão
- **Principais parceiros:** Rússia, Ucrânia e Uzbequistão
- **Importações:** US\$ 3.9 bilhão (1995)
- **Principais produtos importados:** máquinas e suas partes, petróleo e gás
- **Principais parceiros:** Rússia e as outras ex-repúblicas soviéticas, China
- **Dívida externa:** US\$ 2.5 bilhões (dos quais, US\$ 1.3 bilhões com a Rússia)

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Nº 232, de 1998 (nº 1.054/98, na origem), de 1º de setembro último, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1998 (nº 330/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação física, sancionado e transformado na Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998;

Nº 233, de 1998 (nº 1.057/98, na origem), de 2 de setembro último, restituindo autógrafos, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1998 (nº 4.200/98, na Casa de Origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 2ª Região da Justiça do Trabalho, define jurisdição e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.697, de 2 de setembro de 1998;

Nº 234, de 1998 (nº 1.058/98, na origem), de 2 de setembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1998 (nº 3.362/97, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento na 15ª Região da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1998;

Nº 235, de 1998 (nº 1.071/98, na origem), de 8 de setembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1998 (nº 2.595/96, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, alterada pela Lei nº 8.407, de 10 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios e cria os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, sancionado e transformado na Lei nº 9.699, de 8 de setembro de 1998.

(Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados).

AVISO

DE MINISTROS DE ESTADO

Aviso Conjunto nº 58/SAEPR

Brasília, 3 de setembro de 1998

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência a respeito da Resolução nº 37 do Senado Federal, de 13 de maio de 1996, que trata de Audiência Pública destinada a ini-

ciar o processo licitatório para as obras civis do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM.

2. Sobre o assunto, informo a Vossa Excelência que, em cumprimento ao disposto na Resolução acima, a Comissão Para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia – CCSIVAM, fez realizar, no auditório do III Comando Aéreo Regional, no Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1998, a Audiência Pública destinada a iniciar o processo licitatório supracitado.

Atenciosamente, – **Lélio Viana Lôbo**, Ministro de Estado da Aeronáutica – **Archimedes de Castro Faria Filho**, Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em exercício.

O Aviso que acaba de ser lido será anexado ao Processado do Projeto de Resolução nº 35, de 1996, e encaminhado, em cópia, às Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Fiscalização e Controle.

OFÍCIO

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 154/98, de 2 de setembro último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1995 (nº 2.318/96, naquela Casa), de autoria do Senador Freitas Neto, que "cria área de livre comércio nos Municípios de Parnaíba e Luís Correa, no Estado do Piauí".

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Leonel Paiva..

É lido o seguinte:

OFÍCIO

OF. GLPMDB Nº 254/98

Brasília, 17 de agosto de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ronaldo Cunha

Lima, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Lucena, na Comissão Temporária Interna, criada através do Requerimento nº 518/95, "destinada a estudar a reforma político-partidária", e prorrogada até 15 de dezembro do corrente ano, através do Requerimento nº 430/98, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador José Fogaça
Senador Ronaldo Cunha Lima
Senador Jader Barbalho

Suplentes

Senador Casildo Maldaner
Senador Mauro Miranda
Senador Fernando Bezerra

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência designa o Senador Ronaldo Cunha Lima para integrar a Comissão Temporária criada por intermédio do Requerimento nº 518, de 1995, nos termos do ofício da Liderança do PMDB, que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência informa ao Plenário que recebeu comunicação do nobre Senador Josaphat Marinho de que reassumiu o exercício do seu mandato, a partir do dia 27 de setembro do corrente ano, após o término das licenças concedidas nos termos dos Requerimentos nºs 248 e 249, de 1998-M.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência comunica ao Plenário que, em virtude do falecimento do Senador Alexandre Costa, ocorrido no dia 29 de agosto, o primeiro suplente em exercício, Senador Bello Parga, passa a titularidade do mandato da senatória, a partir daquela data, pela representação do Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Encerrou-se no dia 14 último o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 62, de 1997 (nº 4.340/93 da Casa de origem), que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída na Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu do Governo do Estado do Rio de Janeiro os Ofícios nºs 351 e 458/98, de 17 de agosto e 21 de setembro último, encaminhando, nos termos do § 2º do art. 2º a Resolução nº 52, de 1998, as documentações referentes às ofertas públicas dos títulos emitidos em 03 de agosto e 1º de setembro do corrente ano, respectivamente.

Os expedientes anexados ao Processo do Projeto de Resolução nº 61, de 1998, vão à Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu Mensagem nº 228/98 (nº 1.051/98, na origem), de 1º de setembro último, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do Real referente ao mês de julho de 1998, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 229, de 1998 (nº 1.123/98, na origem), de 22 de setembro último, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor em lenes equivalentes a cento e oitenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a União e o **The Export Import Bank of Japan JEXIM**, destinada ao financiamento do Projeto de Modernização e Ampliação da Rodovia Fernão Dias II (BR-381).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 230, de 1998 (nº 1.124/98, na origem), de 22 de setembro último, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalentes a até cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a União e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – **BIRD**, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Controle da

AIDS e das Doenças Sexualmente Transmissíveis – AIDS II.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 231, de 1998 (nº 1.175/98, na origem), de 25 de setembro último, do Presidente da República, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de agosto de 1998, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 236, de 1998 (nº 1.193/98, na origem), de 30 de setembro último, pela qual o Presidente da República, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminha a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 1998.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência, tendo em vista o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que preceitua: "O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o **caput** deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento."

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 237, de 1998 (nº 1.196/98, na origem), de 1º do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cem milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto do "Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – VIGISUS".

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/74, de 1998 (nº 140/98, na origem), de 27 de agosto último, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição

Federal, cópias do Decreto Legislativo nº 12, de 1990 (Lei Orgânica do Município de Cidreira/RS), do parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 172.004/98, no qual declarou a inconstitucionalidade do inciso XVIII do art. 51 e respectivo parágrafo único da citada Lei.

Encaminha, ainda, cópia da decisão exarada por aquela Presidência nos embargos infringentes opostos pelos recorrentes, do acórdão e da certidão de trânsito em julgado do agravo regimental neles deduzido.

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/75, de 1998 (nº 2.412/98, na origem), de 3 de setembro último, encaminhando parecer daquele Órgão acerca da operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, celebrada em 31 de março de 1998, entre a União, o Estado do Espírito Santo e o Banco do Estado do Espírito Santo S/A – Banestes, com a interveniência do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, pelo qual a União abre àquele Estado um crédito no valor de duzentos e oito milhões de reais, para saneamento e modernização do Banestes S.A.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, que terá o prazo de quinze dias para sua apreciação, nos termos do art. 4º da Resolução nº 78, de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício S/76, de 1998 (nº 2.411/98), na origem), de 3 de setembro último, referente à solicitação da Caixa Econômica Federal – CEF, para incluir a operação de crédito, firmada entre o Estado do Ceará e aquela Instituição, autorizada pela Resolução nº 24, de 1998, no valor de vinte e quatro milhões de reais, no Contrato de Confissão, Assunção e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre o Estado e a União, autorizado pela Resolução nº 123, de 1997.

Esclarece o referido expediente que, à época da autorização do contrato de refinanciamento, a referida operação não havia sido contratada junto à Caixa Econômica Federal, sendo que tal contratação só ocorreu em 19 de fevereiro de 1998.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, que terá o prazo de quinze dias para sua

apreciação, nos termos do art. 4º da Resolução nº 78, de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 2.462/98, na origem, de 9 de setembro último, encaminhando, nos termos do § 3º do art. 3º da Resolução nº 1, de 1998, a documentação relativa à rolagem da dívida mobiliária da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro – RJ vencida no primeiro semestre de 1998.

O expediente, anexado ao processado do Projeto de Resolução nº 179, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 2.465/98, na origem, de 9 de setembro último, encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 62, de 1998, a documentação relativa à rolagem da dívida mobiliária da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – RJ, vencível no segundo semestre de 1998.

O expediente, anexado ao processado do Projeto de Resolução nº 68, de 1998, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, os Ofícios nºs 2.551 a 2.553/98, na origem, de 16 de setembro último, encaminhando ao Senado relações das operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), analisadas nos meses de maio, junho e julho de 1998, respectivamente.

Esclarece, ainda, que houve indeferimento de três operações da espécie no mês de maio e de duas no mês de julho. (Diversos nº 25, 26 e 27, de 1998)

Os expedientes vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu o Aviso nº 544, de 1998, de 17 de agosto último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 535, de 1998, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre o acompanhamento dos fatos levantados no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, sobre a dilapidação do Patrimônio Público dos Municí-

pios do Estado do Ceará – CPI do Desmonte. (Diversos nº 23, de 1998)

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu o Aviso nº 956, de 1998, de 31 de agosto último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório das Atividades do referido Tribunal, referente ao 2º trimestre de 1998. (Diversos nº 24, de 1998)

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Com a palavra o Senador Beni Veras. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a data de hoje assinala a promulgação, há dez anos, da Constituição de 1988. Elaborada por uma Assembléia Constituinte legitimamente eleita pelo povo, expressou os sentimentos do País naquele momento. Era, sobretudo, um produto da reação do povo brasileiro ao regime militar e aos seus abusos. Por isso mesmo a Constituição se traduziu num texto democrático e progressista: encerrou todos os direitos que a civilização moderna confere ao povo e aos cidadãos, e armou o Estado das normas e dos instrumentos indispensáveis a fazer do poder um instrumento disciplinado de ação a serviço da comunidade. Moderna e transparente, podia encerrar – e ainda pode – lapsos, equívocos. Todas as Constituições do mundo os encerram. Sendo assim, cumpria era prestigiá-la, executando-a, dando-lhe autoridade.

Infelizmente, durante todo esse largo período, houve mais preocupação de reformá-la do que de cumpri-la. Começaram a delinear defeitos na Constituição e a apresentá-la como superada. Imaginavam os corifeus das mudanças que seria enfraquecendo a Constituição, e conseqüentemente o Estado, que promoveriam a felicidade do povo brasileiro. Acusaram a Constituição de envelhecida. Na verdade, os reformadores é que a envelheceram, dela extraindo dispositivos e instrumentos que assegurariam ao Estado a intervenção devida no domínio social e econômico para conter os abusos da riqueza e do poder privado.

Além da revisão, as reformas sobrevieram e ainda estão em curso. Desde princípio, foi reformado

o capítulo da ordem econômica da Constituição. Extraíram-se as normas protetoras do capital nacional e da empresa genuinamente brasileira. Suprimiram-se normas que garantiam a presença do Estado nos conflitos sociais. Extinguiram-se ou limitaram-se monopólios criados para que o Estado exercitasse sua influência como elemento de equilíbrio ou de compensação no jogo dos interesses econômicos. Tudo foi feito — dizia-se — para facilitar a ação do Estado, para eliminar formalismos, para propiciar ao Governo a ação de modernização do Estado.

Outras reformas sobrevieram, como a Reforma Administrativa. Quase a concluir-se está a Reforma da Previdência. E ainda pouco antes da eleição, o Presidente da República declarou que outras reformas seriam necessárias.

Vale dizer: essa Constituição, que o povo recebeu com tanta confiança, serve para eleger, mas não tem servido para governar nem legislar. Temos sido cúmplices do Poder Executivo na mudança indevida da Constituição. Fomos, os que nos opúnhamos a essas mudanças, chamados de atrasados, de retrógrados. Estaríamos contra a modernidade, por meio da qual o poder realizaria a felicidade coletiva.

Suprimiram-se normas, enfraqueceu-se o Estado, tudo, repita-se, em nome do desenvolvimento, a que se opunham, segundo os portadores das mudanças, os que não acompanharam as transformações sociais e econômicas.

Por mais que ponderássemos, tanto aqui e fora do Parlamento, que o progresso social e econômico não poderia ser feito senão mediante a valorização do homem, dos seus direitos e de seus deveres, por mais que se mostrasse que a queda dos regimes comunistas no Leste Europeu não determinou a mudança das constituições naquele continente, por mais que se salientasse o exemplo do universo dentro do qual nenhum regime se prestigia se não for suficientemente forte para conter o poder dos ricos em favor dos pobres, por mais que tudo isso se argísse, o Governo insistiu nas reformas. Quase todas que pediu lhe foram dadas. Se a reforma tributária não está votada é porque o próprio Governo aquiesceu em paralisá-la na Câmara dos Deputados, pois não havia obtido o consenso entre a União, os Estados e os Municípios. Mas tudo quanto fora necessário para mudar a ordem econômica estava votado nas emendas inicialmente votadas no Congresso. Certo é que, e desgraçadamente, Sr. Presidente, mutilou-se a Constituição, mas não se adotaram as medidas necessárias ao resguardo da tran-

quilidade do povo brasileiro do ponto de vista social e econômico.

Consequência de tudo é que, aos primeiros abalos das bolsas no mercado internacional, o Poder ruiu no Brasil. Esta é a verdade: o Poder ruiu e perdeu as condições de ser o órgão de comando das soluções necessárias.

A esta hora, já estamos batendo à porta dos organismos internacionais de socorro ou de empréstimo. Que fizeram das mudanças na Constituição? Por que não se utilizaram das normas que pleitearam, das diretrizes que estabeleceram para proteger a sociedade brasileira contra os elementos externos?

Alegaram, então, que a globalização era a forma nova de se entenderem os povos, limitando a soberania, que muitos passaram a considerar um fato ultrapassado. Tanto admitiram a globalização sem limites que o próprio Poder Executivo, depois, reconheceu que era preciso opor-lhe embargos, para preservar as singularidades do País, os seus interesses, os seus direitos, os direitos da Nação. Mas, apesar de tudo isto, a idéia corrente é de que as reformas devam prosseguir.

O Congresso foi envolvido na onda reformadora. Esta Casa, infelizmente, das emendas constitucionais propostas pelo atual Governo, não interferiu a sua autoridade senão na emenda da Previdência, porque havia sido votada, pela Câmara dos Deputados, em forma contrária aos propósitos do Governo.

Todas as demais emendas por aqui passaram sem que o Senado exercitasse a sua soberania, o seu poder, a sua função de Órgão também reformador. Em nome da pressa, da necessidade de pôr em vigor as emendas, elas foram aqui votadas sem que o Senado efetivamente interviesse nas deliberações legislativas. Fomos Órgão de registro da opinião da Câmara dos Deputados. Diga-se melhor: o Senado foi reduzido à condição de Órgão sancionador da vontade do Poder Executivo.

Ao final dessas mudanças, a crise se abate sobre o País. Aguardam-se outras medidas que, seguramente, atingirão as condições de vida da população.

O caso, portanto, é de perguntar-se: que fizeram das reformas? Que destino lhes deram? Que vantagens delas extraíram para o Estado brasileiro e para a sociedade brasileira?

Não é mais hora de pedir a solidariedade de todos para as providências que se tornarem necessárias. Temos que ser solidários com a Nação, solidá-

rios com o povo. À medida que as proposições forem para servir ao povo e à Nação, aí deveremos dar a nossa solidariedade; mas não podemos dar solidariedade ao Governo contra os interesses do Estado e da sociedade. Esta é a hora de verificar que já erramos bastante e não podemos perseverar no erro decidindo e legislando contra os interesses coletivos.

Esta, portanto, é também a hora de defender a Constituição malferida, pedir a atenção do povo para o fato de que ela representou a resistência democrática contra o poder arbitrário e não pode agora ser transformada em instrumento de interesses momentâneos em prejuízo de sua autoridade. A hora é de invocarmos a Constituição para bem cumpri-la, para fazê-la respeitada, e não para que continuemos a aceitar todas as emendas, as que se fazem sem destino certo, como comprovadamente as que até aqui se adotaram.

É hora de o povo brasileiro atentar em que as suas garantias não estão no poder transitório, residem na Constituição como documento fundamental de resguardo de seu destino.

É isso, Sr. Presidente, que desejava assinalar nesta tarde, lamentando que muitos dos que são responsáveis pelo cumprimento da Constituição somente saibam argüir contra ela e pedir a sua reforma.

É hora de reformar o próprio Governo para dar estabilidade às instituições, com base na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro o Ofício nº 281/98, na origem, de 2 de setembro último, encaminhando, nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução nº 62, de 1998, a documentação referente à oferta de Letras Financeiras daquele Município, emitidas no dia 1º de setembro do corrente ano.

O Expediente, anexado ao processado do Projeto de Resolução nº 68, de 1998, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência recebeu os Avisos nºs 966 e 1.149/98, de 2 e 28 de setembro último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando, em aditamento aos Avisos nºs 661/98 e 779/98, as inclusões verificadas na relação dos responsáveis com contas julgadas irregulares por aquele Tribunal, prevista no art. 91 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no

período de 30 de julho a 28 de setembro do corrente ano.

Encaminha, ainda, as exclusões ocorridas nas referidas relações, no mesmo período, em virtude de interposição de recursos de reconsideração, bem como pelo provimento de recurso de revisão.

Os expedientes, anexados ao processado do Diversos nº 16, de 1998, vão à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A Presidência declara prejudicados, nos termos regimentais, os Requerimentos nºs 1.106, de 1996; 153, 347, 423, 916, de 1997; e 7, de 1998.

As matérias vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Está franqueada a palavra a qualquer Senador que dela queira fazer uso.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT-DF.) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT-DF.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não era meu propósito fazer uso da palavra nesta data, mas, ouvindo a oração do eminente colega Josaphat Marinho – para orgulho e engrandecimento meu –, não pude resistir ao impulso de solidarizar-me com S. Ex^a por suas palavras e de, mais uma vez, prestar-lhe uma homenagem por sua coragem, por seu desassombro, por seu compromisso intransigente com as necessidades, fraquezas e anseios do povo brasileiro e por sua vontade de transformar o mundo para melhor.

Sendo assim, quero apenas dizer que concordo inteiramente com o que foi mais uma vez colocado por este desassombrado companheiro, Senador Josaphat Marinho.

Poderia acrescentar muitos dados, mas seriam perfunctórios diante do quadro que S. Ex^a traçou. Poderia referir-me a absurdos como o processo de globalização, dominado pelo FMI e por seu patrão, o próprio Governo dos Estados Unidos, e pela necessidade desse mesmo FMI de livrar-se de suas contradições e problemas, exportando-os. Para reduzir a dívida pública dos Estados Unidos, que atingiu US\$ 5,3 trilhões, era preciso que o Governo reduzisse seus gastos, como nos mandam fazer aqui. Naquele país, o Governo reduz gastos, enquanto que, aqui, passamos a comprar de fornecedores, de produtores norte-americanos. Passamos

a importar, gerando um déficit comercial aqui, na Argentina, em todos os países dominados, para que a economia norte-americana permaneça em seu pleno emprego, sem perturbar-se com a crise mundial. O Governo norte-americano reduz seus gastos, equilibra o orçamento; desequilibramos nossas importações, nosso orçamento, nosso nível de emprego, nossa vida social.

A primeira vez que ouvi a palavra desconstitucionalização – essa palavra fantástica – foi de um economista que, tenho certeza, nunca leu a Constituição brasileira ou qualquer outra. E foi exatamente ele quem veio ao Brasil pregar a desconstitucionalização. Sabia ele ser necessário retirar da Constituição certas garantias e passá-las para uma legislação menor, mais facilmente manipulável pela vontade de Sua Excelência, o Presidente da República, que, há muito tempo, passou a ser uma vontade sombria, uma vontade delegada, uma vontade ajoelhada diante dos desígnios do FMI. Um FMI falido ao tentar prestar socorros que viriam tapar os buracos por ele provocados na sua tentativa de resolver os problemas da matriz sobre as agruras dos países e das sociedades satélites e pobres.

Uma das decisões tomadas na Argentina, por exemplo, foi inserir a taxa de câmbio na Constituição – que tem que ser flexível. Para que uma autoridade financeira altere a taxa de câmbio é preciso uma emenda constitucional. Mas, nesse ínterim, nesse processo de mudança da Constituição, permite-se uma série de manipulações e de especulações em torno dessa medida, que deveria ser tomada de forma quase oculta e rapidamente.

O Governo brasileiro não quis ver que estava sendo enleado. O problema não era, como o eminente Senador Josaphat Marinho acaba de dizer muito bem, de desconstitucionalizar, não era de retirar da Constituição algumas garantias que haviam sido conquistadas duramente e a longas penas pelo povo brasileiro, pela sociedade brasileira. Na realidade, o Governo não estava apenas retirando da Constituição esses direitos. Mais do que isso: visava à redução do custo Brasil por meio da diminuição da contribuição à Previdência; do décimo-terceiro salário, do aviso prévio, da legislação trabalhista e das despesas sociais. O custo Brasil que paga aos seus trabalhadores o salário de R\$130,00 por mês. Como se vai reduzir o custo Alemanha, por exemplo?

Na Alemanha, o que já se provou é que, se houver uma redução de 28 vezes o salário médio do trabalhador alemão, aquele país não conseguirá concorrer com Bangladesh e com a China, porque

nesses países os custos já estão de tal forma aviltados que as mercadorias lá produzidas conseguem penetrar no mercado mundial com um preço tão reduzido que é impossível concorrer com as mesmas.

A globalização é um engodo nesse sentido, quando coloca umas diante das outras mercadorias produzidas em situações econômicas, sociais e políticas totalmente diferentes.

Então, a catástrofe que deveria vir nesse processo só poderia resultar nesse fato a que estamos assistindo: uma crise que encontrou perplexo o Governo brasileiro, preocupado com reformas da Constituição, mas sem preocupar-se com as reformas que poderiam gerar garantias, salvaguardas à soberania nacional, à capacidade de produção e de trabalho da sociedade brasileira, à tranquilidade e estabilidade reais que essa sociedade pretende e exige.

De modo que, então, entre outras mudanças, a mais hedionda de todas, a que veio matar de vez a nossa democracia incipiente: a reeleição. Uma instituição, até então, inédita na história brasileira, e cujos efeitos nefastos já Tocqueville havia demonstrado sobre a democracia norte-americana, em meados do século passado, quando lá esteve. Tocqueville dizia que, em virtude da reeleição nos Estados Unidos, o Presidente da República deixava de se preocupar com o governo, com a administração pública, para se preocupar, única e exclusivamente, com sua própria campanha reeleitoral.

O que vemos no Brasil é isto: uma desmoralização total da democracia num processo de reeleição sem desincompatibilização. A democracia teria sido muito menos atingida se, em vez de uma reeleição nestas circunstâncias, distorcidas, desfavorecidas, desbalanceadas, como esta a que assistimos, houvesse havido uma recondução pura e simples do Senhor Presidente da República, a fim de que pudesse melhor satisfazer seus anseios, seus desejos, suas pulsões de poder.

Diante de tudo isso, aqui estou tentando agradecer ao eminente Senador Josaphat Marinho, professor de todos nós no Senado, o fato de, com suas palavras, ter me estimulado, ter me incitado de tal forma que não pude deixar de trazer esta minha modestíssima contribuição que só visa a secundar as suas palavras, agradecendo-lhe o fato de as ter pronunciado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – O Senador João Rocha enviou discurso à Mesa a ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. JOÃO ROCHA (PFL-TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a organização das Nações Unidas divulgou, no mês de setembro passado, o relatório de avaliação do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD. Entoaram-se alvíssaras Brasil afora, louvando os progressos feitos por nosso País, refletidos nos índices apresentados no relatório. Acho justo, muito justo mesmo, darmos vazão a esse júbilo, em face das indicações de que estamos progredindo. Faz bem ao ego coletivo dos brasileiros vermos que as organizações internacionais identificam o Brasil como um país em progresso e que seu povo vai, pouco a pouco, dele se beneficiando.

Repito, enfático! Temos do que nos orgulhar! O Brasil de hoje é sem dúvida, melhor do que o Brasil de ontem!

E agora, o que fazemos com os dados recolhidos e com o orgulho inchado! Precisamos olhar a realidade com os olhos de brasileiros cientes de nossas realizações, mas críticos diante de nossas deficiências. Assim é que o relatório do PNUD nos diz que ainda estamos longe de um Canadá, o primeiro da lista em desenvolvimento humano, ou até mesmo de alguns países latino-americanos, cuja classificação é nitidamente superior à nossa.

Comparar grandezas absolutas de qualidade de vida é, senhoras e Senhores Senadores, algo relativamente simples. Quantificar-se uma pessoa que tenha os anos de escolaridade suficientes para as exigências de qualificação de mercado atual pode ser mensurado com alguma facilidade. Difícil é medir o grau de adequação das políticas públicas necessárias e suficientes para elevar o IDH de um povo. E mais difícil, ainda, é colocá-las em funcionamento.

Esse é o grande desafio do Brasil e dos países de grandes populações e extensos territórios como os nossos. Nações como o Canadá ou os EUA, que lançaram as bases de seu atual estágio de desenvolvimento desde o século passado, se não antes, colhem os frutos de mais de um século de trabalho contínuo, dentro de condições mais favoráveis ao desenvolvimento individualizado das nações. Hoje, qualquer leigo sabe disso, a dependência das nações pobres e em processo de desenvolvimento das ações e reações da economia mundial, faz com que o esforço a ser despendido para galgar novas posições seja muito mais custoso e sujeito a bruscas quedas. Que o diga a atual crise econômica em que estamos metidos.

Voltemos, então, Senhor Presidente, à análise do relatório da ONU. O Brasil, pela primeira vez, ultrapassou a barreira de 0,80 no índice de desenvolvimento Humano, o IDH. Passamos para a lista dos 64 países ditos de alto desenvolvimento humano. Vejam, Senhoras e Senhores Senadores, como um simples índice pode significar situações tão contraditórias. Somos um País que, na média, está no grupo dos mais desenvolvidos do mundo. No entanto, essa média é feita com os altos índices de desenvolvimento do Sul e Sudeste brasileiros, contrabalançados pela extrema pobreza do Norte e Nordeste. Qual não teria sido nosso resultado se tivéssemos sido capazes de no período coberto pelo relatório – 1960 a 1995 – promover real e profundo desenvolvimento de nossas regiões setentrionais? Estaríamos, certamente, disputando, palmo a palmo, os primeiros lugares com o Canadá, Noruega, França, ou EUA.

O documento emitido pela ONU tem o grande mérito de colocar em discussão o que é desenvolvimento humano, e o que entendemos como projeto de desenvolvimento de um povo. O Doutor José Carlos Libânio, assessor da ONU no Brasil e um dos responsáveis pelo estudo, afirma, em entrevista à revista **Veja** de 16 de setembro passado:

A vantagem do índice (IDH) é que ele não se limita a observar os dados econômicos do país, como o crescimento do produto interno bruto. Mede, também, o aumento das potencialidades humanas, resumido em três fatores – a educação, a expectativa de vida e a renda. Com eles é possível aferir se as pessoas estão capacitadas a usufruir os benefícios mais subjetivos e imensuráveis do desenvolvimento, como o acesso à informação, à cultura e a participação política.

A afirmação do Doutor Libânio embute alguns aspectos interessantes, se tomarmos os diferentes componentes que geraram o índice brasileiro de 0,809. O primeiro deles é que o que fez o IDH do Brasil subir fortemente nos últimos 10 anos foi o progresso alcançado na educação. O relatório indica que temos hoje 83,3% dos adultos alfabetizados, quando tal índice é de 98,6% nos países desenvolvidos e de apenas 49,2% nos menos desenvolvidos. Tal porcentagem nos dá um índice educacional de 0,80, contra 0,93 do mundo desenvolvido. Todavia, ainda estamos atrás de países como Vietnã, Uzbequistão, México, Turquia e Mianmá, entre outros.

Senhor Presidente, podemos nos orgulhar do progresso obtido, principalmente por ele ter sido puxado pelos avanços na educação. Temos, porém,

que manter nosso espírito crítico, e reconhecer que estamos longe de um padrão educacional satisfatório que garanta que nossa gente esteja em condições de usufruir dos frutos do desenvolvimento, como disse o assessor da ONU.

Nesse campo educacional, gostaria de registrar o titanesco esforço que o atual Governo Federal vem fazendo para melhorar as escolas em todos os rincões do País. Os programas de reequipamento dos grupos escolares, de qualificação docente, de bolsa-escola para as famílias carentes, são todas iniciativas que visam dar ao desenvolvimento brasileiro a sustentabilidade necessária neste final de milênio. Espero que esse esforço encontre, ao longo do tempo, respaldo consistente nas ações municipais, em cuja esfera os resultados podem ser mais eficientes, com menores custos.

Senhoras e Senhores Senadores, nós somos, verdadeiramente um país de contrastes. Apesar da evolução marcante de 1960 até 1995, período em que o IDH brasileiro evoluiu de 0,394 para 0,809, as disparidades regionais continuam em nosso País. As regiões Norte e Nordeste são as que apresentaram, no período, o mais forte progresso. Contudo, são as regiões Sul e Sudeste que asseguram ao Brasil o índice elevado que apresenta. A cidade com maior índice de desenvolvimento humano no Brasil é, segundo o relatório da ONU, Feliz, na serra gaúcha. Seu IDH é 0,834. Contudo, a renda familiar **per capita** é de 1,43 salário mínimo, o que representa algo como 186 reais, o que, convenhamos, não é valor do qual possamos nos orgulhar. A escolaridade média em Feliz é de 5 anos, o que é muito pouco se comparado com os 12 anos dos países desenvolvidos ou, até mesmo, com os 8 anos de alguns vizinhos sul-americanos.

Senhor Presidente, o relatório que a ONU publica é, sem sombra de dúvidas, um elogio ao esforço que os brasileiros vêm fazendo para elevar nosso País. Ao mesmo tempo é um alerta para as enormes disparidades regionais que ainda temos que vencer, e o grande fosso que existe separando os países mais desenvolvidos do mundo dos demais.

Se temos estados, como o Rio Grande do Sul e o Distrito Federal, que apresentam os mais elevados índices do País, temos, também, o Piauí, Alagoas e Maranhão, onde miséria, ignorância e mortalidade precoce fazem desses estados símbolos de nosso atraso e alertas permanentes para nossa consciência social.

Na verdade, desequilíbrios e injustiças sociais existem em todos os países. Os EUA, um dos países de maior renda per capita do mundo, tem 16,5% de sua população vivendo na pobreza, 20% de analfabetos e 13% dos americanos não passam dos 60 anos de vida. Não são indicadores muito animadores, sobretudo para um país que criou o mito de superpotência, onde tudo vai sempre bem.

O Brasil tem, nos últimos anos, tentado dar a seu processo de desenvolvimento uma face mais humana, onde não só fatores econômicos sejam priorizados, mas, também, sobretudo, fatores humanos sejam valorizados. Esse redirecionamento de prioridades refletiu-se na mudança do índice de desenvolvimento humano do Brasil na últimas décadas: nos anos 70, foi o aumento da renda que prevaleceu; na década de 80, foram o aumento da longevidade e do nível educacional; nos anos 90 a universalização da educação e o aumento da escolaridade é que impulsionaram o Brasil.

Estou convencido que é chegada a hora de aproveitarmos a estabilização econômica que o Real proporcionou ao Brasil para impulsionar de modo definitivo novo desenvolvimento global. Acabou-se o tempo em que elevar a renda **per capita** por meio da concentração de renda permitia enganar o mundo, mesmo que a imensa maioria da população continuasse na miséria. Acabou-se o tempo em que o poder concentrado nas mãos de uns poucos letrados subjugando grandes massas ignorantes, asseguravam estabilidade política pelo paternalismo e pela força do dinheiro, ou das armas. Acabou-se o tempo em que uns poucos podiam dominar e sugar a maioria de miseráveis condenados a uma vida curta, de doenças e de trabalho duro.

Estamos no limiar de um novo milênio, que pode nos levar ao grupo de países desenvolvidos, e, para isso, devemos trabalhar solidariamente dentro do Brasil para que todos possamos desfrutar dos benefícios que vieram se acumulando.

Paralelamente a globalização nos obriga, e isso é bom, a sermos solidários com as demais nações. Ou vamos todos juntos para frente ou corremos o risco de afundarmos todos juntos. E isso vale particularmente para nossos vizinhos mais próximos do Mercosul e para nossos parceiros mais tradicionais.

Senhor Presidente, o desenvolvimento humano do Brasil é condição incontornável para seu progresso. Devemos educar e dar saúde a nossos compatriotas para que isso se traduza em aumen-

to de renda e poupança interna, verdadeiros sustentáculo de um desenvolvimento nacional sustentado.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa de amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 1998

Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Esperidião Amin, que altera o inciso VII do art. 29 da Constituição Federal (total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal), tendo

Parecer nº 473, de 1998-Plen, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-Plen (substitutivo), que apresenta.

– 2 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 1996

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1996 (nº 4.004/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, tendo

Parecer sob nº 478, de 1998, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido.

– 3 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 1997

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1997 (nº 2.859/97, na Casa de origem), que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis, tendo

Parecer sob nº 479, de 1998, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido.

– 4 –

REQUERIMENTO Nº 455, DE 1998

Votação, em turno único, do Requerimento nº 455, de 1998, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 81, de 1995, e 129, de 1998, por versarem sobre as sociedades cooperativas.

– 5 –

REQUERIMENTO Nº 473, DE 1998

Votação, em turno único, do Requerimento nº 473, de 1998, do Senador Vilson Kleinübing, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 1997, com os de nºs 51 e 137, de 1996, que já se encontram anexados, por versarem sobre legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas.

SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 35 minutos.)

(OS Nº 15472/98)

**ATA DA 15ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO
DE 1998**

(Publicada no DSF de 21 de março de 1998)

RETIFICAÇÃO

À página nº 04740, 1ª coluna, na fala da Presidência,

Onde se lê:

SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 1**, de 1998, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 215, de 1997, de autoria do Senador Júlio Campos, que acrescenta parágrafo ao art. 463 da CLT, assegurando ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, c, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

Leia-se:

SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 2**, de 1998, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 215, de 1997, de autoria do Senador Júlio Campos, que acrescenta parágrafo ao art. 463 da CLT, assegurando ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, c, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

É o seguinte o recurso apresentado:

**ATA DA 17ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 24 DE
MARÇO DE 1998**

(Publicada no DSF de 25 de março de 1998)

RETIFICAÇÃO

Trecho de ata, no final da página nº 04917 e nas páginas seguintes nºs 04918 e 04919, logo após a leitura do Requerimento nº 185, de 1998, na fala da Presidência, referente ao recebimento de recursos interposto no prazo regimental, que se republica por haver saído com incorreções:

.....

A Presidência recebeu o Recurso nº 3, de 1998, encaminhado no prazo regimental pelo Senador Beni Veras e outros Srs. Senadores, e oferecido nos termos do art. 91, §§ 3 e 4º, do Regimento Interno, ao Projeto de Lei do Senado nº 215, de 1997. Esclarece que a referida proposição já foi interposto o Recurso nº 2, de 1998, lido na sessão do dia 20 do corrente.

Os recursos vão à publicação.

São os seguintes os recursos apresentados:

RECURSO Nº 2, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 91, § 3º do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos a apreciação do PLS 215/97 pelo Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1998.

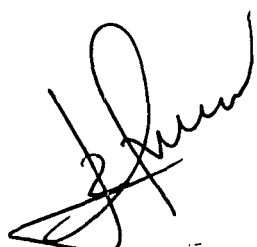
Leomar Quintanilha

José Fogaça

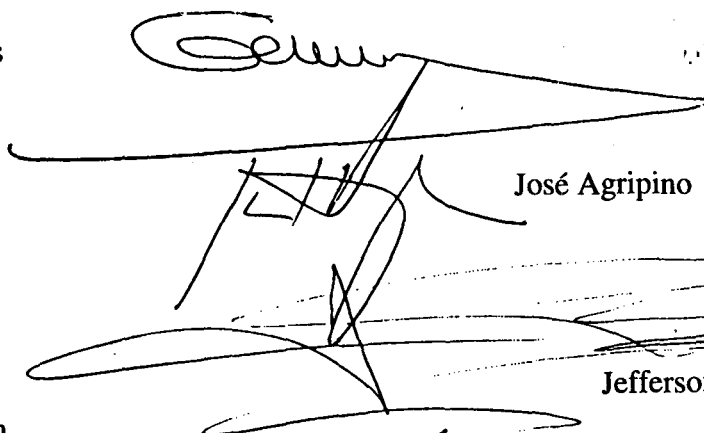
Benedita da Silva

Marluce Pinto

Elcio Alvares



Esperidião Amim



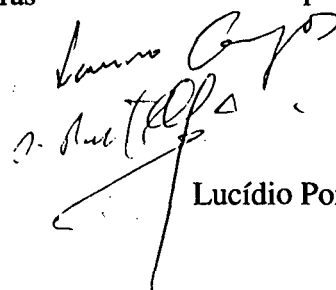
José Agripino

Jefferson Perés

Excelentíssimo Senhor
Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

Beni Veras

Lauro Campos



Lucídio Portella

RECURSO Nº 3, DE 1998

Senhor Presidente

Nos termos do art. 58 § 2º, I, da Constituição Federal, combinado com o artigo 91, § 3º e 4º do Regimento Interno, requiero que o PLS 215, de 1997, do Ilustre Senador Júlio Campos, que "acrescenta parágrafo ao art. 463 da CLT, assegurando ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregado

deverá depositar seu salário", seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal, em grau de recurso.

Sala das Sessões, 29 de março de 1998


Senador Beni Veras

Guilherme Palmeira

Leonel Paiva

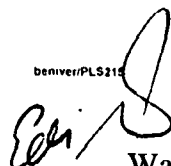
José Roberto Arruda



João Rocha

Edison Lobão

beniver/PLS215



Jefferson Pères

Waldeck Ornellas

Bello Parga



ATA DA 88ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE AGOSTO DE 1998

(Publicada no DSF, de 14 de agosto de 1998)

RETIFICAÇÃO

Trecho de ata, à página 13021, 1ª coluna, que se republica por haver saído com incorreção:

.....

Votação da prejudicialidade da expressão: "...e assegurada aos ocupantes a contagem do tempo de serviço no cargo ou função, para efeito da incorporação de que trata o art. 15", constante do art. 14, **in fine**, bem como do art. 15 e seus parágrafos.

.....

ATA DA 89ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE AGOSTO DE 1998
(Publicada no DSF, de 15 de agosto de 1998)

RETIFICAÇÃO

Na página 13021, 1ª coluna, no item 5 da Ordem do Dia, na fala da Presidência referente ao recebimento da Mensagem nº 220, de 1998 ...,

Onde se lê:

... Juan Carlos Wasmony,

Leia-se:

... Juan Carlos Wasmosy.

EMENDAS

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA, Nº 1.463-30**, DE 24 DE SETEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 25 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO PARA O PERÍODO DE 1º DE MAIO DE 1996 A 30 DE ABRIL DE 1997":

CONGRESSISTAS		EMENDAS NºS		
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.....	003	004	005.	
Deputado CHICO VIGILANTE.....	001	002.		
Deputado PAULO PAIM.....	006.			

TOTAL DE EMENDAS: 006

(*) EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.475-44**, adotada em 24 de setembro de 1998 e publicada no dia 25 do mesmo mês e ano, que "Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, que altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador".

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Deputado CHICO VIGILANTE	001.

TOTAL DE EMENDAS - 001

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.477- 53, ADOTADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE O VALOR TOTAL ANUAL DAS MENSALIDADES ESCOLARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

C O N G R E S S I S T A

EMENDAS NºS.

Deputado SEVERIANO ALVES

001, 002, 003, 004, 005, 006, 007,
008, 009, 010, 011, 012, 013, 014.

TOTAL DE EMENDAS: 014

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.579-25, ADOTADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 25.09.98, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 14, 18, 34, 44 E 49 DA LEI Nº 9.082, DE 25 DE JULHO DE 1995, DOS ARTS. 18, 19, 34, 35 E DO § 4º DO ART. 53 DA LEI Nº 9.293, DE 15 DE JULHO DE 1996, QUE DISPÕEM, RESPECTIVAMENTE, SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA OS EXERCÍCIOS DE 1996 E 1997.

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	001, 002.

Emendas recebidas: 02.

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.599-49**, ADOTADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 25 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI N.º 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.....	015.
Deputado CHICO VIGILANTE.....	002 003 005 006 008 009 013 016 017.
Deputado PAULO PAIM.....	001 004 007 010 014.
Deputado SÉRGIO MIRANDA.....	011 012.

Total de Emendas: 017

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA n.º 1.604-37**, adotada em 24 de setembro de 1998 e publicada no dia 25 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências".

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	002.
Deputado CHICO VIGILANTE	001, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010.

TOTAL DE EMENDAS - 010

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.605-28, ADOTADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1998, QUE DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 44 DA LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, E DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO INCREMENTO DA CONVERSÃO DE ÁREAS FLORESTAIS EM ÁREAS AGRÍCOLAS NA REGIÃO NORTE E NA PARTE NORTE DA REGIÃO CENTRO-OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

C O N G R E S S I S T A**E M E N D A S NºS.**

Deputado VALDIR COLATTO**001, 002.**

TOTAL DAS EMENDAS: 002

(*)EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.607-22, ADOTADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 25 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO QUE REGE O SALÁRIO-EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS		EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO	GERSON PERES	003.
DEPUTADO	PAES LANDIM	001.
DEPUTADO	SEVERIANO ALVES	002.

TOTAL DE EMENDAS: 03.

- (*) **EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.609-18, ADOTADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 25.09.98, QUE "DISPÕE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO PARA O PERÍODO DE 1º DE MAIO DE 1997 A 30 DE ABRIL DE 1998".**

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	001, 005.
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	002, 003, 006, 007.
DEPUTADO PAULO PAIM	004.

Emendas recebidas:.07.

- (*) **EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.614-23, ADOTADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1998, QUE DEFINE DIRETRIZES E INCENTIVOS FISCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

CONGRESSISTA	EMENDAS NºS.
Deputado CHICO VIGILANTE	001, 002, 003, 004, 005.

TOTAL DAS EMENDAS: 005.

(*) **EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.615-33, ADOTADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 25 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN DESTINADAS A AUMENTO DE CAPITAL DO BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	001,002,003,004.
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	005,006.

TOTAL DE EMENDAS: 06.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.640-7**, DE 24 DE SETEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 25 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "RESTAURA A VIGÊNCIA DA LEI N.º 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995, QUE DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI) NA AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS, DESTINADOS AO TRANSPORTE AUTÔNOMO DE PASSAGEIRO E AO USO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS		EMENDAS N.ºS
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.....	003.	
Deputado CUNHA LIMA.....	001.	
Deputado FEU ROSA.....	002.	
Deputado GERMANO RIGOTTO.....	004.	
Senador WELLINGTON ROBERTO.....	005.	

TOTAL DE EMENDAS: 005

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.656-5**, adotada em 24 de setembro de 1998 e publicada no dia 25 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre o salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 1998."

CONGRESSISTAS		EMENDAS N.ºS
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	001.	
Deputado CHICO VIGILANTE	002, 003.	

TOTAL DE EMENDAS - 003

(*)EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.662-4, ADOTADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 25 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 9º DA LEI Nº 8.723, DE 28 DE OUTUBRO DE 1993, QUE DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE EMISSÃO DE POLUENTES POR VEÍCULOS AUTOMOTORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO ERALDO TINOCO	001.

TOTAL DE EMENDAS: 01.

(*)EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.663-14, ADOTADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 25.09.98, QUE "DISPÕE SOBRE A RECUPERAÇÃO DE HAVERES DO TESOIRO NACIONAL E DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, A UTILIZAÇÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL, NA QUITAÇÃO DE DÉBITOS COM O INSS, ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS NºS 7.986, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989, 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990, 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, E 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993, E 9.639, DE 25 DE MAIO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SA	019, 031.
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	005, 007, 009, 010, 013, 017, 018, 020, 023, 025, 027, 029, 030, 032, 033.
DEPUTADO PAULO PAIM	004, 006, 008, 011, 012, 014, 015, 016, 021, 022, 024, 026, 028.
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	001, 002, 003.

Total de emendas: 33.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.672-33**, adotada em 25 de setembro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado CHICO VIGILANTE	001, 002, 003, 004, 005, 007, 008.
Deputado SIMÃO SESSIM	006,

TOTAL DE EMENDAS - 008

(*) EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.673-31, ADOTADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1998, QUE ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONGRESSISTA

EMENDA Nº.

Deputado MAX ROSENMAN

001.

TOTAL DAS EMENDAS: 001

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.674-56, ADOTADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE DISPÕE SOBRE A BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS DEVIDA PELAS PESSOAS JURÍDICAS A QUE SE REFERE O § 1º DO ART. 22 DA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONGRESSISTAS		EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO	CHICO VIGILANTE	001.
DEPUTADO	MAX ROSENMANN	002,003,004.
DEPUTADO	NELSON MEURER	005.

TOTAL DE EMENDAS: 05.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.675-42, ADOTADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 27.09.98, QUE "DISPÕE SOBRE MEDIDAS COMPLEMENTARES AO PLANO REAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS		EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO	ARNALDO FARIA DE SA	004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013.
DEPUTADO	CHICO VIGILANTE	015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027.
DEPUTADO	HUGO BIEHL	028.
DEPUTADO	JOÃO ALMEIDA	001, 002, 003.
DEPUTADO	WIGBERTO TARTUCE	014.

Emendas recebidas: 28.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.677-57**, adotada em 25 de setembro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e Orçamento Federal e de Controle Interno do Poder Executivo e dá outras providências".

CONGRESSISTA	EMENDAS NºS
Deputado CHICO VIGILANTE	001, 002, 003, 004, 005, 006.

TOTAL DE EMENDAS - 006

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.680-10**, ADOTADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 27.09.98, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RELATIVAMENTE À INCIDÊNCIA NA FONTE SOBRE RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS, INCLUSIVE DE BENEFICIÁRIOS RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR, À CONVERSÃO, EM CAPITAL SOCIAL, DE OBRIGAÇÕES NO EXTERIOR DE PESSOAS JURÍDICAS DOMICILIADAS NO PAÍS; AMPLIA AS HIPÓTESES DE OPÇÃO, PELAS PESSOAS FÍSICAS, PELO DESCONTO SIMPLIFICADO, REGULA A INFORMAÇÃO, NA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS, DE DEPÓSITOS MANTIDOS EM BANCOS NO EXTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	001, 002, 003, 004, 005, 007, 008, 009, 010.
DEPUTADO DELFIM NETTO	006.

Emendas recebidas: 10.

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.681-9**, ADOTADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A SIMPLIFICAÇÃO DO ARQUIVAMENTO DE ATOS NAS JUNTAS COMERCIAIS E DO PROTESTO DE TÍTULO DE DÍVIDA DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS		EMENDAS NºS	
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.....	001.		
Deputado AUGUSTO NARDES.....	003	004.	
Deputado SEVERINO CAVALCANTI.....	002	005.	

TOTAL DE EMENDA: 005

- (*) EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.683-5, ADOTADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1998, QUE INSTITUI O PROGRAMA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO PARA COMBATE AOS EFEITOS DA ESTIAGEM NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONGRESSISTA

EMENDA Nº.

Deputado AÉCIO NEVES

001.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.684-46, ADOTADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DOS MILITARES E DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, INCLUSIVE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, BEM COMO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS		EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO	ADYLSO MOTA	001,003.
DEPUTADO	CHICO VIGILANTE	004,006,007.
DEPUTADO	VALDIR COLATTO	002,005.

TOTAL DE EMENDAS: 07.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.697-58**, adotada em 25 de setembro de 1998 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria".

CONGRESSISTAS		EMENDAS NºS
Deputado	CHICO VIGILANTE	001, 002.
Senador	EDISON LOBÃO	003, 004.

TOTAL DE EMENDAS - 004

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DOZE DE AGOSTO, DE 1998, ÀS 11:30 HORAS.

As onze horas e trinta minutos do dia doze de agosto de mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Pedro Piva e com a presença dos Senadores: Vilson Kleinübing, Osmar Dias, Esperidião Amin, José Saad, Djalma Bessa, Pedro Simon, Janete Cardinal, Jefferson Peres, Gilberto Miranda, Carlos Bezerra, Bello Parga, José Eduardo Dutra, Casildo Maldaner, Leonel Paiva, Levy Dias, Jonas Pinheiro e Ney Suassuna. Deixaram de comparecer os Senadores: Francelino Pereira, João Rocha, Gilvan Borges, Fernando Bezerra, Ramez Tebet, José Fogaça, José Roberto Arruda, Eduardo Suplicy, Lauro Campos, Ademir Andrade e Odacir Soares. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 1996, NÃO TERMINATIVO**, que "Dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos Municípios da Amazônia Legal e dá outras providências". Autoria: Deputado Murilo Pinheiro. Relator: Senador Carlos Bezerra. Parecer: Favorável. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, DE 1995, NÃO TERMINATIVO**, que "Redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e dá outras providências". Autoria: Deputado Valdemar Costa Neto. Relator: Senador Eduardo Suplicy. Parecer: Favorável, com as Emendas nº 01 e 02, que apresenta. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 1994, NÃO TERMINATIVO**, que "Altera a Lei nº 7.998, de 11/01/90, que "Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, e dá outras providências". Autoria: Deputado Waldomiro Fioravante. Relator: Senador Carlos Bezerra. Parecer: Favorável. Resultado: é concedida vista ao senador Vilson Kleinübing. **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 1995 (Nº 4338-B, de 1993 - na CD), NÃO TERMINATIVO**, que "Altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971, que "dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da previdência social e dá outras providências". Autoria: Deputado Nilson Gibson. Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: Favorável. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 1998, NÃO TERMINATIVO**, que "Modifica a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995. Autoria: Senador Romero Jucá. Relator: Senador José Fogaça. Parecer: Favorável nos termos do substitutivo que apresenta". Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 1998, TERMINATIVO**, que "Dá nova redação ao Artigo 52 da Lei nº 8 171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola". Autoria: Senador Pedro Simon. Relator: Senador Ney Suassuna. Resultado: é concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, DE 1995, NÃO TERMINATIVO**, que "Denomina o Aeroporto Internacional do Galeão como Aeroporto Internacional Tom Jobim. Autoria: Senador Júlio Campos. Relator: Senador Gilberto Miranda. Parecer: Favorável nos termos da Emenda nº 01 (substitutivo). Resultado: Aprovado o Parecer do Relator. **MENSAGEM Nº 197, DE 1998, NÃO TERMINATIVA**, que "Encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao 3º trimestre de 1998. Relator: Senador Vilson Kleinübing. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. Segue a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador PEDRO PIVA
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) - Havendo quorum regimental, está aberta a 17ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Se os Srs. Senadores o permitirem, começarei pela pauta extra. (Pausa)

Item 1: Denomina o Aeroporto Internacional do Galeão de Aeroporto Internacional Tom Jobim. O autor é o Senador Júlio Campos, e o Relator, o Senador Gilberto Miranda.

O parecer é favorável nos termos da emenda.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, fizemos uma pequena mudança no projeto, para não haver custos ao Governo brasileiro, porque, toda vez em que mudamos o nome de um aeroporto, têm-se de mudar todas as cartas de aviação, havendo, conseqüentemente, um custo.

Para facilitar, o aeroporto do Rio de Janeiro continua sendo chamado de Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro Galeão — Maestro Antonio Carlos Jobim. Com isso, damos parecer favorável ao projeto do Senador Júlio Campos, atendemos a todos os pedidos da sociedade carioca, de intelectuais e de artistas, e prestamos uma homenagem efetiva ao Maestro Antonio Carlos Jobim, sem que haja custo.

Penso que essa deveria ser uma prática daqui para a frente; podemos homenagear qualquer personalidade brasileira sem que haja custos. Apesar de o Ministro Francisco Weffort ter-me ligado, colocando-se à disposição, e de a associação que está coordenando isso no Rio de Janeiro ter proposto pagar os custos, caso houvesse, tornar-se-la difícil, tendo em vista que é o Governo brasileiro quem tem de pagá-los.

Assim, achamos esta solução, com a colaboração do Senador Bello Parga e do Senador Leonel Paiva, do Distrito Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 2: Mensagem nº 197, não terminativa, que encaminha ao Senado Federal programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1998.

O Relator é o Senador Vilson Kleinübing.

O parecer é favorável nos termos em que se apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, o parecer é favorável. A Comissão de Assuntos Econômicos, pela lei, tem de examinar, aprovar ou rejeitar in totum esta programação.

O Banco Central e o Governo nos mandaram a programação do terceiro trimestre deste ano, ou seja, nós a estamos apreciando dentro do próprio trimestre. Não sei se o processo chegou a esta Casa antes que o trimestre começasse, mas, como só houve reunião em agosto, esta é a oportunidade de examiná-lo.

Não lerei o relatório, que é técnico, mas o importante é salientar que o Governo continua colocando, dentro dessa programação monetária, de acordo com a nossa perspectiva de inflação, o crescimento do PIB — que, para este ano, está sendo projetado em 2%, bem abaixo do que no ano passado —, das nossas exportações — que aumentaram — e da compra de moeda externa para fazer as reservas do Banco Central.

O único índice discrepante é o da base ampliada — 46,4% —, porque ele inclui os papéis estaduais que estão sendo passados para o Governo Federal no programa de reestruturação das dívidas dos Estados, que estamos aprovando no Congresso Nacional.

Então, segundo o quadro apresentado, para este ano, a previsão da base monetária é de 15,9% e da base ampliada, de 46%, porque inclui essa dívida pública.

O parecer é favorável.

Além das informações que constam dele, gostaria de destacar que temos uma grande preocupação — e devemos continuar a tê-la — com o déficit público, que ainda está um pouco sem controle tanto no Governo Federal como na própria Comissão de Assuntos Econômicos.

De qualquer forma, meu parecer é favorável à proposta que o Banco Central e o Governo apresentam.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passemos à pauta normal da reunião.

Item 1: Projeto de Lei não-terminativo, que dispõe sobre a uniformização de preços do asfalto de Municípios da Amazônia Legal e dá outras providências. A autoria é do Deputado Murilo Pinheiro, e o parecer, do Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, este projeto difere da atual política adotada no País com relação a preços. No entanto, no caso da Amazônia Legal, dadas as distâncias enormes e diante do pequeno impacto que este projeto terá sobre os preços, de um modo geral, resolvemos acolhê-lo e dar parecer favorável, para que a questão da distância seja inserida nos custo do asfalto para os Municípios da Região Amazônica.

Meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Opto pela abstenção, Sr. Presidente. Normalmente, abstenho-me em projetos autorizativos.

Aprovado, com a abstenção do Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) - Projeto de Lei não-terminativo, que relaciona recursos ao Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas — Sebrae, e dá outras providências. O autor é o Deputado Valdemar Costa Neto, e o Relator, o Senador Eduardo Suplicy.

Não estando presente o Relator, fica adiado o projeto.

Item 3: Projeto não-terminativo, que regula o Programa de Seguro Desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e dá outras providências. É autor o Deputado Waldomiro Fioravante e Relator, o Senador Carlos Bezerra.

O SR. VILSON KEINÜBING - Sr. Presidente, peço vista desse processo. O Governo tem interesse em dar uma posição mais clara sobre esse ele.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) - Concedida vista ao Senador Vilson Kleinübing.

Item 4: Altera a redação do art. 2º que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatentes segurados pela Previdência Social e dá outras providências. É autor o Deputado Nilson Gibson e Relator, o Senador Ney Suassuna.

O Senador Ney Suassuna não está presente. Assim, fica adiado o projeto.

Item 5: Projeto nº 82, complementar, não-terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá. O Relator é o Senador José Fogaça.

Não estando presente o Senador José Fogaça, a sua apreciação fica prejudicada.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, o Senador Abdias Nascimento está em condições de apresentar o parecer da matéria constante desse item.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) - Desculpe-me, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - O Relator chegou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) - Item 6:

Dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola. O autor é o Senador Pedro Simon, e o Relator, o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a importância da agricultura familiar na produção de alimentos, na geração e manutenção de empregos, bem como a necessidade de garantir aos assentados os níveis de desenvolvimento econômico e social compatíveis com o Programa Nacional de Reforma Agrária justificam a apresentação do referido projeto.

Do exposto, recomendamos a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 1998, que dá redação ao art. 52 da Lei nº 8.171, de 17.01.91, que dispõe sobre a política agrária nos termos em que foi apresentado.

Por força das disposições contidas na Lei Complementar nº 95/98, o projeto ora relatado requer alterações na forma em que permitimos apresentar a seguir:

Então, Sr. Presidente, apresentamos algumas modificações que não mudam o projeto do Senador Pedro Simon, mas dão-lhe uma melhor adequação. Nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) - Em discussão o projeto. (Pausa)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) - Concedo vista ao Senador José Eduardo Dutra.

Item 4: Dispõe sobre prestações devidas a ex-combatentes e dá outras providências. Projeto de autoria do Deputado Nilson Gibson, tendo como Relator, nesta Casa, o Senador Ney Suassuna, a quem concedo a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, este projeto refere-se aos ex-combatentes, que constituem hoje um número muito exíguo, e dispõe sobre prestações devidas a ex-combatentes segurados pela Previdência Social e dá outras providências.

Nosso voto é o seguinte: Os pontos levantados no projeto explicitam a efetiva discordância entre o ponto de vista adotado pelo Ministério da Marinha e o exposto pelo Ministério da Previdência e Assistência Social no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sr. Presidente, buscamos verificar se adequávamos uma solução ao problema. Acredito, contudo, que seria melhor não relatarmos esse projeto neste momento porque apenas hoje chegaram a mim mais algumas informações que mudam o entendimento anterior.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) - Está perfeito. O projeto, então, será colocado na pauta da próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Está encerrada a reunião e convocada a próxima para o dia 02 de setembro, de acordo com o Regimento Interno.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h44min.)

ATOS DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE

Nº 54, de 1998

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **JOSÉ AUGUSTO PARREIRAS DE OLIVEIRA**, matr. 446, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, símbolo FC-7, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor-Executivo

Adjunto, símbolo FC-8, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN.

Senado Federal, em 1.^a de SETEMBRO de 1998


Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

ATO DO PRESIDENTE **Nº 55, de 1998**

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar a servidora **CRISTINA MARIA DE LEMOS FERREIRA**, matr. 537, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Atendimento à Área Administrativa e Financeira, símbolo FC-7, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Diretor da Divisão de Atendimento Senatorial, símbolo FC-8, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN.

Senado Federal, em 1.^a de SETEMBRO de 1998


Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

ATO DO PRESIDENTE

Nº 56, de 1998

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **ARMANDO ROBERTO CERCHI NASCIMENTO**, matr. 487, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, para exercer a Função Comissionada de Diretor de Coordenação da Coordenação Especial do Programa Interlegis, símbolo FC-8, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN.

Senado Federal, 1º de setembro de 1998



Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

ATO DO PRESIDENTE

Nº 57, de 1998

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **IVAR ALVES FERREIRA**, matr. 093, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, para exercer a Função Comissionada de Diretor de Coordenação da Coordenação

Especial do Laboratório Vivo do Legislativo, símbolo FC-8, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN.

Senado Federal, 1º de setembro de 1998


Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.716, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

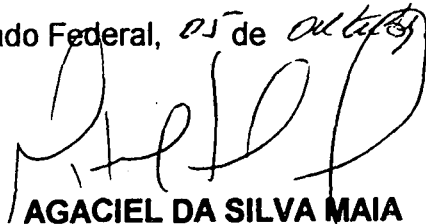
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 3245, e LUCIANO ARAÚJO SILVA, matrícula nº 4115, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 076/98, celebrado entre o Senado Federal e a empresa NOVOS TEMPOS COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de outubro de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.717, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

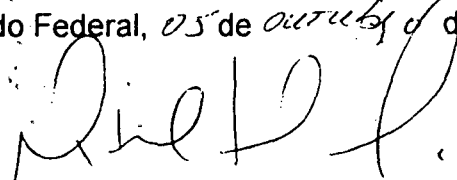
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARIA DO SOCORRO DE SANTA BRIGIDA PEREIRA, matrícula nº 3663, e HÉLIO DE LACERDA, matrícula nº 2944, como gestora titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 077/98, celebrado entre o Senado Federal e a RADIOLOGIA ANCHIETA S/C LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de outubro de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.718, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.816/98-8,

RESOLVE aposentar, por invalidez, com proventos integrais, a servidora **CYNTHIA TELES PETER SILVA**, Analista Legislativo, Área 8, Especialidade Comunicação Social, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil combinado com o artigo 186, inciso I, Parágrafo 1º, da Lei nº 8.112/90; com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 05 de outubro de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Aprovado pelo Conselho de Supervisão
do PRODASEN em reunião realizada
em


PRESIDENTE DO CONSELHO
CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN
ATA DA 156ª REUNIÃO

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e oito, às dezesseis horas, na sala de reuniões da Primeira Secretaria, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Senador RONALDO CUNHA LIMA, reuniu-se o Conselho de Supervisão do PRODASEN com a presença dos Conselheiros REGINA CÉLIA PERES BORGES, Diretora Executiva do PRODASEN, LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR, RUBEM MARTINS AMORESE e RAIMUNDO CARREIRO SILVA. Ausente, por motivo justificado, os Conselheiros AGACIEL DA SILVA MAIA, Vice-Presidente e HERZELEIDE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA. Compareceram, ainda, a convite, MARCUS VINICIUS GOULART GONZAGA, Assessor do PRODASEN, LOISIO JOSÉ DOS SANTOS, Chefe de Consultoria do PRODASEN e MÁRIO SÉRGIO S. MARTINS, Chefe de Gabinete da 1ª Secretaria. Inicialmente o Senhor Presidente coloca em votação a Ata da 155ª reunião que foi aprovada. Item 02 da pauta - Processo PD0302/97-0 Relator, RUBEM MARTINS AMORESE,

apresentou parecer favorável ao *referendum* da decisão do Presidente do Conselho pela homologação do resultado da Concorrência nº 01/97, tendo como objeto a aquisição, com instalação e assistência técnica, de microcomputadores Pentium que, após deliberação foi aprovado. Item 03 da pauta - Processo PD0531/97-9 Relator RUBEM MARTINS AMORESE, apresentou parecer favorável ao *referendum* da decisão do Presidente do Conselho pela homologação do resultado da Concorrência nº 02/97, tendo como objeto a aquisição, com instalação e assistência técnica, de impressoras laser de rede, monocromáticas que, após deliberação foi aprovado. Item 04 da pauta - Processo PD0563/97-8 Relator RUBEM MARTINS AMORESE, apresentou parecer favorável ao *referendum* da decisão do Presidente do Conselho pela homologação do resultado da Concorrência nº 03/97, tendo como objeto a aquisição, com instalação e assistência técnica, de impressoras coloridas de diversas tecnologias que, após deliberação foi aprovado. Item 05 da pauta - Processo PD000125/87-3 Relator LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR, apresentou parecer favorável a proposta de Projeto do Programa de atendimento aos escritórios regionais dos senadores - PROBASE que, após deliberação foi aprovado. Item 06 da pauta - Processo PD0749/97-4 Relator RUBEM MARTINS AMORESE, apresentou parecer favorável ao aditamento ao Contrato mantido com IIISis na forma de Termo aditivo ao Contrato de Cooperação Técnica entre o PRODASEN e o IIISis para disponibilização de recursos humanos especializados que, após deliberação foi aprovado. Item 07 da pauta - Processo PD0960/97-7 Relator RAIMUNDO CARREIRO SILVA, apresentou parecer favorável ao requerimento de servidores do PRODASEN cedidos à Presidência da república para que sejam mantidos seus patamares remuneratórios que, após deliberação foi aprovado o parecer e submetido à decisão da Mesa Diretora. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dezoito horas, declarou encerrada a reunião, e eu, RAQUEL PINHEIRO GARCIA, Secretária do Conselho de Supervisão do PRODASEN, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e demais membros do Conselho presentes à reunião. Brasília, 18 de fevereiro de 1998.



Senador RONALDO CUNHA LIMA
Presidente



RUBEM MARTINS AMORESE
Conselheiro



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora Executiva



LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Conselheiro



RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Conselheiro

Aprovado pelo Conselho de Supervisão
do PRODASEN em reunião realizada
em _____

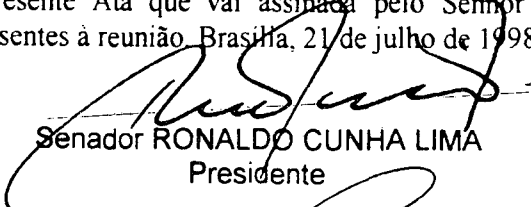
PRESIDENTE DO CONSELHO

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN
ATA DA 157ª REUNIÃO

SF-38

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e oito, às onze horas, no Gabinete da Primeira Secretaria, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Senador RONALDO CUNHA LIMA, reuniu-se o Conselho de Supervisão do PRODASEN com a presença dos Conselheiros AGACIEL DA SILVA MAIA, Vice-Presidente, REGINA CÉLIA PERES BORGES, Diretora Executiva do PRODASEN, RUBEM MARTINS AMORESE e RAIMUNDO CARREIRO SILVA. Ausente, por motivo justificado, o Conselheiro LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR. Compareceram, ainda, a convite, LOISIO JOSÉ DOS SANTOS, Chefe de Consultoria do PRODASEN, MARCUS VINICIUS GOULART GONZAGA, Assessor da Diretoria Executiva do PRODASEN e MÁRIO SÉRGIO S. MARTINS, Chefe de Gabinete da Primeira Secretaria. Dando início aos trabalhos a palavra é dada ao Conselheiro RUBEM MARTINS AMORESE, que apresenta parecer favorável aos seguintes processos: PD0193/98-4 - que trata de proposta de unificação dos critérios de cálculo da gratificação de membro de comissão do PRODASEN com o Senado Federal. O parecer é aprovado e assinado o Ato correspondente: SF010950/96-6 - que trata de proposta de assinatura de contrato com a Universidade de Brasília - UnB, para prestação de serviços na área de computação e capacitação técnico-profissional. O parecer é aprovado. A seguir, a palavra é dada à Diretora Executiva do PRODASEN que, antes de mais nada, comunica a intenção de substituir a Conselheira HERZELEIDE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA, em razão de sua aposentadoria, pela atual Advogada-Geral JOSEFINA VALLE DE OLIVEIRA PINHA, não havendo qualquer manifestação em contrário. Continuando, aborda os seguintes assuntos: 1º - O Conselho é informado sobre a fase em que se encontra o Programa Interlegis. As metas para este ano é a construção do prédio que abrigará a sede do Interlegis, que deverá ser construído em uma área situada entre o estacionamento e o prédio da SEEP, já destinada para este fim. Informa da possibilidade deste prédio ser construído por uma Fundação responsável pela construção dos Hospitais da Rede Sarah, alternativa já utilizada pelo próprio Tribunal de Contas da União. Além da construção desta Sede, faz parte ainda das ações previstas para este ano a instalação de Salas de Multiuso nas Assembléias Estaduais e a instrumentalização de cerca de seiscentos municípios sede para acesso ao Interlegis, e que poderão ser utilizados pelos demais municípios da região. Esclarece, ainda, que as Salas Multiuso serão fisicamente preparadas pelas Assembléias e equipadas pelo PRODASEN. Neste momento faz uso da palavra o Conselheiro AGACIEL DA SILVA MAIA, Diretor-Geral, para tecer importantes comentários sobre a estrutura de comunicações já instalada pelo Ministério das Comunicações, o que pode ser observado nas teleconferências realizadas pelo Senado Federal com o seu apoio. Sugere que, pelo menos num primeiro momento, até a completa instalação do Interlegis, que o PRODASEN utilize esta experiência. Novamente com a palavra, a Diretora Executiva do PRODASEN concorda com estes argumentos e não descarta esta possibilidade. Em seguida, informa que as negociações com o BID, que deverá financiar parte do programa, estão dentro do cronograma, já tendo o


PRODASEN recebido cinco missões daquele Banco. 3º - A Diretora Executiva refere-se à proposta de reestruturação do PRODASEN. Esta proposta, acompanhada de um quadro explicativo e das justificativas necessárias visa, basicamente, criar duas Coordenações destinadas a estruturar o Laboratório Vivo do Legislativo (Fábrica de Software) e o Programa Interlegis e de uma Divisão que será responsável pelo atendimento e desenvolvimento de sistemas para os Senhores Senadores. A Diretora Executiva informa que a criação de uma unidade organizacional para o Programa Interlegis é uma exigência do BID. O Conselheiro RAIMUNDO CARREIRO SILVA é designado para relatar esta matéria. 4º - A Diretora Executiva informou aos membros do Conselho sobre os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelo PRODASEN junto à Presidência da República para apoiar o projeto de racionalização do Ordenamento Jurídico do país, lembrando que o principal objetivo desta participação é criar as condições básicas, no que se refere ao processamento dos dados, para os desdobramentos deste projeto no Congresso Nacional. O Conselheiro RAIMUNDO CARREIRO FILHO também fez uma explanação a respeito e ressaltou a importância e dimensões do projeto de Racionalização do Ordenamento Jurídico para o país. Os itens 5, 6 e 8 da pauta, considerando serem apenas informativos, foram adiados para serem tratados em outra oportunidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, e eu, RAQUEL PINHEIRO GARCIA, Secretária do Conselho de Supervisão do PRODASEN, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e demais membros do Conselho presentes à reunião. Brasília, 21 de julho de 1998.


Senador RONALDO CUNHA LIMA
Presidente


AGACIEL DA SILVA MAIA
Vice-Presidente


RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Conselheiro


RUBEM MARTINS AMORESE
Conselheiro


REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora Executiva

ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

Nº 4, DE 1998

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - PRODASEN, no uso de sua competência definida no art. 22 do Plano de Carreira dos Servidores do PRODASEN, instituído pela Resolução nº. 51, de 1993,

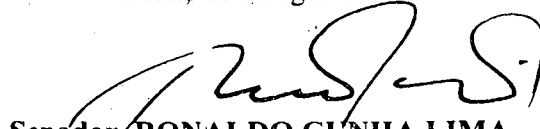
RESOLVE:

Art. 1º. Aplicam-se à promoção por mérito dos servidores do PRODASEN, do ano de 1998, os mesmos critérios estabelecidos no Ato do Presidente do Conselho de Supervisão do PRODASEN nº. 003, de 1996, referentes à promoção do ano de 1997, atualizadas as datas do interstício, da apuração dos pontos e da concessão da promoção.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 05 de agosto de 1998



Senador RONALDO CUNHA LIMA
Primeiro-Secretário e
Presidente do Conselho de Supervisão
do PRODASEN

ATOS DA DIRETORA-EXECUTIVA DO PRODASEN

ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA DO PRODASEN Nº 116, DE 1998

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **CUSTÓDIO SALATIEL DOS SANTOS DIAS**, matrícula 005, e **ANTONIO LUIS BARBOSA XAVIER**, matrícula 338, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 044/1998** **Processo: PD 342/98-0**
Contratado: CORBEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE BEBIDAS LTDA.
Objeto: Fornecimento de Água Mineral, marca Super Vida ou Seiva, acondicionada em garrações contendo 20 (vinte) litros cada (somente o líquido), devidamente lacrados, em perfeitas condições de conservação, não possuindo rachaduras ou remendas, os quais serão trocados por outros vazios.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 12 de agosto de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 117, DE 1998**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 14, inciso XIV do Regulamento do PRODASEN, aprovado pelo Ato nº 19 de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo PD-00628/98-0, **RESOLVE:**

- I - Constituir Comissão Técnica Especial, com a finalidade de proceder o levantamento dos bens do PRODASEN a serem alienados, com vistas ao Leilão promovido pelo Senado Federal.

II - Designar para integrar a referida Comissão Técnica Especial os servidores **PAULO FERNANDO DOS SANTOS MONIZ**, Analista de Informática Legislativa, **MIGUEL PEREIRA DA COSTA FILHO**, **JUAREZ DE OLIVEIRA**, **CLEOMENES PEREIRA DOS SANTOS**, **EDIMUNDO CRUZ PEREIRA**, **ANTONIO PEDRO DA SILVA** e **JOSÉ ALDERICO LIMA**, Técnicos de Informática Legislativa, do quadro de pessoal do PRODASEN.

III - Designar o servidor **MIGUEL PEREIRA DA COSTA FILHO** para Presidente da Comissão, e o servidor **PAULO FERNANDO DOS SANTOS MONIZ** para substituí-lo em seus impedimentos.

IV - Fixar o prazo de 120 (cento e vinte), para que a Comissão Técnica Especial conclua seus trabalhos, ou apresente novo cronograma que justifique sua prorrogação.

V - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Quadro de Avisos do PRODASEN.

Brasília, 17 de agosto de 1998.


REGINA CELIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA DO PRODASEN Nº 118, DE 1998

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **JOSÉ SALO REIMAN**, matrícula 497, e **SUSSUMU ERNESTO YAMADA**, matrícula 554, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 046/1998** **Processo: PD 965/97-9**
Contratado: NETWAY DATACOM COM. DE SISTEMAS PARA
INFORMÁTICA LTDA.

Objeto: Prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, para equipamentos de comunicação para rede local tipo Token Ring (padrão IEEE802.5/ISSO8802.5), de propriedade do PRODASEN.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 17 de agosto de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 119, DE 1998**

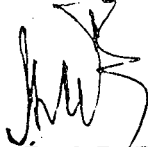
A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar as servidoras **CLÁUDIA HELENA MIRANDA GUIMARÃES**, matrícula 329, e **MIRIAN GASSENFERTH VELOSO INNECCO**, matrícula 460, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 045/1998** **Processo:** PD 355/98-4
Contratado: INFORMATIONAL IMPORTADORA DE REVISTAS E LIVROS TÉCNICOS LTDA.
Objeto: Fornecimento de livros estrangeiros, destinados ao acervo da Biblioteca do PRODASEN.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 17 de agosto de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 120, DE 1998**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, matrícula 559, e **MARCOS VALENTE RAMOS**, matrícula 485, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 052/1998** **Processo: PD 377/98-8**
Contratado: TBA INFORMÁTICA LTDA.
Objeto: Licença de uso de cópias de programas-produto.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 24 de agosto de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 121, DE 1998**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 14, inciso XIV do Regulamento do PRODASEN, aprovado pelo Ato nº 19 de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo PD-00638/98-6, **RESOLVE**:

I - Constituir Comissão Técnica Especial com a finalidade de dar continuidade aos procedimentos de aquisição do software *ALEPH* para automação da Biblioteca do Senado Federal, tendo as seguintes atribuições:

- refinar e traduzir proposta de contrato para compra do software *ALEPH*;
- viabilizar e acompanhar a compra (assinatura do contrato) do software *ALEPH* da *Ex-Libris*;
- elaborar proposta de procedimentos para realização e acompanhamento da implantação do software no Servidor do PRODASEN;
- elaborar proposta de procedimentos para realização e acompanhamento da implantação do software na Biblioteca do Senado Federal e demais bibliotecas da rede;
- elaborar proposta de procedimentos para realização e acompanhamento do treinamento (na manipulação software *ALEPH*) dos servidores do PRODASEN, Biblioteca do Senado Federal e demais bibliotecas da rede.

II - Designar para integrar a referida Comissão Técnica Especial os servidores **ANTONIO CARLOS FERREIRA DA SILVA, CRISTÓVÃO AUGUSTO SOARES DE ARAÚJO COSTA, EDUARDO MAGALHÃES DE LACERDA, MARCO ANTONIO MOTTA DE SOUZA, PAULO DE MORAES NUNES, SÍLVIO ARY TOMAZ NUNES, SIMONE MEDEIROS DE OLIVEIRA RIBEIRO** e **VALDIR ALVES DOS SANTOS**, Analistas de Informática de Legislativa, **CLÉZIO BORGES RABELO**, Técnico de Informática Legislativa e **DENISE MARIA DA SILVA**, Assessor, todos do Quadro de Pessoal do Prodasen.

III - Designar o servidor **VALDIR ALVES DOS SANTOS** para Presidente da Comissão, e o servidor **SÍLVIO ARY TOMAZ NUNES** para substituí-lo em seus impedimentos.

IV - Fixar a data de 30/09/1999, para que a Comissão Técnica Especial conclua seus trabalhos.

V - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Quadro de Avisos do PRODASEN.

Brasília, 24 de agosto de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 122, DE 1998**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 14, inciso XIV do Regulamento do PRODASEN, aprovado pelo Ato nº 19 de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo PD-00637/98-0, **RESOLVE**:

I - Constituir Comissão Técnica Especial com a finalidade de estudar e elaborar proposta para criação de novo NJUR, que deverá ter as seguintes características:

- sistema de alimentação e pesquisa via *WINDOWS*;
- disponibilidade da informação no *STAIRS*;
- disponibilidade da informação na *INTERNET* e
- uso do *FULL ACCESS*.

II - Designar para integrar a referida Comissão Técnica Especial os servidores **DEANA CATARINA COUTINHO DOS SANTOS GUEDES, DENIZE LOPES MENEZES, JOSÉ AURÉLIO PADILHA BATISTA, JÚLIO CÉSAR SOUSA LEITE, MARCUS FAVA CORSATTO, MARIA CRISTINA ANDRÉ DE MELLO, OTÁVIO DE MORAIS LISBOA, PAULO JULIANO**

TEIXEIRA, PEDRO HENRIQUE GUIMARÃES LEÃO VELOSO, SÍLVIO ARY TOMAZ NUNES, THALES AUGUSTO GUIMARÃES VIEIRA e WILSON PAULO FIALHO FELIX JÚNIOR, todos Analistas de Informática Legislativa do Quadro de Pessoal do Prodasen.

III - Designar o servidor **SÍLVIO ARY TOMAZ NUNES** para Presidente da Comissão, e o servidor **PEDRO HENRIQUE GUIMARÃES LEÃO VELOSO** para substituí-lo em seus impedimentos.

IV - Fixar a data de 30/08/1999, para que a Comissão Técnica Especial conclua seus trabalhos.

V - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Quadro de Avisos do PRODASEN.

Brasília, 24 de agosto de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 123, DE 1998**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 14, inciso XIV do Regulamento do PRODASEN, aprovado pelo Ato nº 19 de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo PD-00636/98-3, **RESOLVE**:

I - Constituir Comissão Especial com a finalidade de elaborar propostas visando à melhoria no Sistema de Votação Eletrônica do Senado Federal, com as seguintes atribuições:

- Analisar a infra-estrutura física do sistema atual, propondo as mudanças cabíveis;
- Avaliar os requisitos de *hardware* e *software* necessários ao melhor desempenho do referido sistema;
- Elaborar proposta e ações de solução para os problemas detectados e
- Acompanhar a implementação das soluções.

II - Designar para integrar a referida Comissão Especial os servidores, **CRISTÓVÃO AUGUSTO SOARES DE ARAÚJO COSTA**, **DENIZE LOPES MENEZES**, **EDUARDO MAGALHÃES DE LACERDA**, **FRANCISCO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO**, **MARIA CRISTINA ANDRÉ DE MELLO**, **PAULO DE MORAES NUNES**, **PEDRO HENRIQUE GUIMARÃES LEÃO VELOSO**, **SIMONE MEDEIROS DE OLIVEIRA RIBEIRO** e **THALES AUGUSTO GUIMARÃES VIEIRA**, Analistas de Informática Legislativa, **CLÉZIO BORGES RABELO**, **HEITOR LEDUR** e **HÉLIO FERREIRA LIMA**, Técnicos de Informática Legislativa, todos do Quadro de Pessoal do Prodasen.

III - Designar o servidor **CRISTÓVÃO AUGUSTO SOARES DE ARAÚJO COSTA** para Presidente da Comissão, e o servidor **THALES AUGUSTO GUIMARÃES VIEIRA** para substituí-lo em seus impedimentos.

IV - Fixar a data de 30/06/1999, para que a Comissão Especial conclua os trabalhos sob a sua responsabilidade.

V - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Quadro de Avisos do PRODASEN.

Brasília, 24 de agosto de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 124, DE 1998**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, em cumprimento ao disposto nos artigos 51, § 1º e 52 da Lei n.º 9.692, de 27 de julho de 1998 (Lei de

Diretrizes Orçamentárias). **RESOLVE** publicar, na forma do Anexo a este Ato, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro de pessoal, bem como os conjuntos de quadros demonstrativos de pessoal deste Órgão.

Brasília, 28 de agosto de 1998


REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva do PRODASEN

Artigo 51 § 1º

Tabela de Cargos Efetivos e Comissionados:

CATEGORIA/CARGO	EXISTENTE	OCUPADO		VAGO	VAGO 1999
		ESTÁVEL	NÃO ESTÁVEL		
Analista de Informática Legislativa	229	150	053	026	-
Técnico de Informática Legislativa	143	131	012	-	-
Auxiliar de Informática Legislativa	-	-	-	-	-
Cargo em Comissão	005	-	004	001	-
TOTAL	377	281	069	027	-

Artigo 52

I - Contingente de Servidores Efetivos:

- a) - Quantitativos de servidores civis ativos, estáveis e não estáveis, aposentados e instituidores de pensões, por cargo e carreira:

CATEGORIA/CARGO	ATIVO		APOSENTADO	INSTITUIDOR
	ESTÁVEL	NÃO ESTÁVEL		
Analista de Informática Legislativa	150	053	043	007
Técnico de Informática Legislativa	131	012	023	005
Assessor	-	004	003	001
TOTAL	281	069	069	013

b) - Quantitativos de servidores ativos estáveis e não estáveis, distribuídos, em termos de exercício, por unidade da Federação:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESTÁVEL	NÃO ESTÁVEL	Observação
DF	279	069	-
GO	001	-	mandato eletivo
-	001	-	Licença s/ vencimentos
TOTAL	281	069	-

c) - Quantitativos de servidores ativos, estáveis e não estáveis, distribuídos por nível de escolaridade de cargo (nível superior, nível médio e nível básico):

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	ESTÁVEL	NÃO ESTÁVEL
Cargo de nível superior (Analista)	150	053
Cargo de nível médio (Técnico)	131	012
Cargo de nível básico (Auxiliar)	-	-
TOTAL	281	065

d) - Quantitativos de servidores ativos, estáveis e não estáveis, distribuídos por faixa etária, com intervalo de 5 em 5 anos (iniciando em 15-20 anos), e por sexo:

FAIXA ETÁRIA	ESTÁVEL		NÃO ESTÁVEL		TOTAL	
	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM
15-20 anos	-	-	-	-	-	-
21-25 anos	001	-	-	-	001	-
26-30 anos	010	002	-	-	010	002
31-35 anos	027	008	003	008	030	016
36-40 anos	047	017	005	003	052	020
41-45 anos	062	038	014	004	076	042
46-50 anos	038	017	007	002	045	019
51-55 anos	014	009	002	001	016	010
56-60 anos	005	005	-	-	005	005
61-65 anos	001	-	-	-	001	-
TOTAL	205	096	031	018	236	114
						350

II - Lotação Efetiva:

a) - quantidade de servidores civis ativos, distribuídos por cargo e situação funcional em:

1. efetivos estáveis;
2. efetivos não estáveis;
3. requisitados;
4. cedidos;
5. Excedentes de lotação;
6. contratados no regime da CLT;
7. Sem vínculo com o serviço público, nomeados para cargos em comissão ou funções de confiança;
8. Ativos permanentes anistiados pela Lei n.º 8.878, de 11 de maio de 1994;
9. Anistiados pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

CATEGORIA/CARGO	SITUAÇÃO FUNCIONAL								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Analista de Informática Legislativa	150	053	-	002	-	-	-	-	001
Técnico de Informática Legislativa	131	012	-	-	-	-	-	-	-
Auxiliar de Informática Legislativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assessor (Cargo Comissão)	-	-	002	-	-	-	002	-	-
TOTAL	281	065	002	002	-	-	002	-	001

Observações: 1. O Senado Federal possui 5 (cinco) servidores em exercício no PRODASEN. 4 (quatro) dos quais exercendo Função Comissionada;

2. O PRODASEN possui 52 (cinquenta e dois) servidores em exercício no Senado Federal. 4 (quarenta e sete) dos quais exercendo Função Comissionada.

b) - quantitativos de servidores civis ativos, contratados com base no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, distribuídos por cargo em:

1. professores substitutos: (zero)

2. médicos residentes: (zero)

3. outros: (zero)

c) - quantitativo de servidores civis aposentados, instituidores de pensões e pensionistas:

CATEGORIA/CARGO	APOSENTADOS	INSTITUIDOR	PENSIONISTAS
Analista de Informática Legislativa	043	007	013
Técnico de Informática Legislativa	023	005	011
Assessor	003	001	001
TOTAL	064	013	025

ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA DO PRODASEN Nº 125, DE 1998

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores PAULO CESAR DE ARAÚJO REGO, matrícula 491, e JOSÉ SALO REIMAN, matrícula 497, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 047/1998** **Processo: PD 261/98-0**
Contratado: HITECH ELETRÔNICA INDUSTRIAL
COMERCIAL LTDA.
Objeto: Fornecimento de 02 (dois) conjuntos de analisadores de protocolos "Sniffer", com garantia de funcionamento.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 1º de setembro de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 126, DE 1998

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **JOSÉ CARLOS ABREU MURICY**, matrícula 496, e **JAMILSON PIRES SATHLER**, matrícula 347, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 062/1994** **Processo: PD 192/94-5**
Contratado: TV FILME BRASÍLIA SERVIÇOS DE
TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Objeto: Fornecimento de sinal da rede de Notícias CNN para 100 (cem) pontos simultâneos distribuídos nas dependências do PRODASEN e Senado Federal pelo Sistema VIP.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN, revogado o Ato 82/95.

Brasília, 02 de setembro de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 127, DE 1998

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores **ANTONIO JOSÉ BROCHADO DA COSTA**, matrícula 425, e **MÁRIO SÉRGIO PEREIRA MARTINS**, matrícula 423, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 051/1998** **Processo: PD 926/97-3**
Contratado: TOTAL ENGENHARIA LTDA.
Objeto: Prestação de serviço de infra-estrutura elétrica, de dados e telefonia para o galpão do Almoxarifado do PRODASEN, localizado no prédio de apoio, com fornecimento de todo o material necessário.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 04 de setembro de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 128, DE 1998**

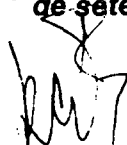
A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar as servidoras **CLÁUDIA HELENA MIRANDA GUIMARÃES**, matrícula 329, e **MIRIAN GASSENFERTH VELOSO INNECCO**, matrícula 460, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 049/1998** **Processo: PD 354/98-8**
Contratado: LIVRARIA EDIÇÕES JURÍDICAS LTDA.
Objeto: Fornecimento de livros nacionais, destinados ao acervo da Biblioteca do PRODASEN.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, ⁰⁹ de setembro de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 129, DE 1998**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições

regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **JOSÉ CARLOS ABREU MURICY**, matrícula 496, e **JAMILSON PIRES SATHLER**, matrícula 347, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 029/1997 Processo: PD 5212/97-9**
Contratado: TV VÍDEO CABO DO DISTRITO FEDERAL S/A .
Objeto: Prestação de serviços de canais de TV a cabo, além de outros que vierem a ser agregados à opção de 47 (quarenta e sete) canais, incluindo a prestação de serviços de assistência técnica.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 09 de setembro de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 130, DE 1998**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **JOSÉ CARLOS ABREU MURICY**, matrícula 496, e **JAMILSON PIRES SATHLER**, matrícula 347, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 054/1998** **Processo: PD 938/97-1**
Contratado: ZETHA COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA.
Objeto: Aquisição de 10 (dez) unidades de demodulador de TV e 07 (sete) unidades de amplificador, com garantia e assistência técnica através de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 10 de setembro de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 131, DE 1998**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **JOSÉ DE FÁTIMA DOS REIS**, matrícula 061, e **MARIA ABADIA VIEIRA DORNAS**, matrícula 062, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 024/1998** **Processo: PD 061/98-0**
Contratado: IBM BRASIL - INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.
Objeto: Aluguel, instalação e assistência técnica de equipamentos de processamento de dados.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN, revogado o Ato 88/98.

Brasília, 10 de setembro de 1998.


REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 132, DE 1998**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **JOSÉ DE FÁTIMA DOS REIS**, matrícula 061, e **MARIA REGINA DE CARVALHO**, matrícula 160, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 037/1998** **Processo: PD 680/97-4**
Contratado: MEMÓRIA INFORMÁTICA E SISTEMAS LTDA.
Objeto: Aquisição de equipamento para limpeza e análise de fitas magnéticas.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN, revogado o Ato 90/98.

Brasília, 10 de setembro de 1998.



REGINA DELIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 133, DE 1998**

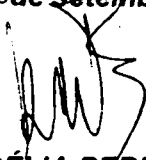
A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **JOSÉ CARLOS ABREU MURICY**, matrícula 496, e **JAMILSON PIRES SATHLER**, matrícula 347, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 053/1998 Processo: PD 938/97-1**
Contratado: LIFE INFORMÁTICA LTDA.
Objeto: Aquisição de 04 (quatro) unidades de modulador de áudio e vídeo e 70 (setenta) unidades de amplificador CATV, com garantia e assistência técnica através de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 10 de setembro de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 134, DE 1998**

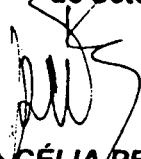
A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **RODRIGO BARBOSA DA LUZ**, matrícula 544, e **DANIELLE BELGA SEDLMAIER**, matrícula 566, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 053/1997** **Processo: PD 596/95-7**
Contratado: DK INFORMÁTICA S/C LTDA.
Objeto: Prestação de serviços de manutenção, suporte e assistência técnica adicional aos Programas e Módulos do Aplicativo HOS/800, licenciados ao PRODASEN.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 10 de setembro de 1998.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
(Criado pela Lei n.º 4.284/63)


PORTARIA Nº 32/98

O LIQUIDANTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS - IPC, (em liquidação), no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 9.506/97 e a Resolução nº 001/97-CN,


RESOLVE:

Desligar, a pedido, da função de Chefe da Seção de Análise e Orçamento, o servidor **ADEMIR NEPOMUCENO BARBOSA**, Técnico Legislativo, Matrícula 3044, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, à disposição do Instituto de Previdência dos Congressistas, em liquidação, a partir desta data.

Brasília, 01 de outubro de 1998.


OSMÁRIO LUCIANO MARTINS
Liquidante

Ciente: _____



CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares		Suplentes
	PFL	
1. Elcio Alvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas (1)		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. (Vago)
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PSDB	
1. Lucio Alcântara		1. Jefferson Pêres
2. (Vago)		2. José Ignácio Ferreira
	PPB (Ex-PPR + Ex-PP)	
1. Eptacio Cafeteira		1. Lucidio Portella
2. Osmar Dias		
	PTB	
1. Emilia Fernandes		1. Arlindo Porto
	PP	
1. Osmar Dias		1. Antonio Carlos Valadares
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. (Vago)		1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 13-4-98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7-4-98

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC -2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/74
JÓAO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
ZANETE CARDINAL	MT - 4064/65	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
SÉRGIO MACHADO	CE- 2281-82	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDÍAO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO	

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 13/08/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRÉSIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA (3)	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOEL DE HOLANDA	PE-3197/98	5-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
ZANETE CARDINAL	MT-4064/65	8-VAGO	
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- PEDRO SIMON	RS- 3230/31
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCANTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-VAGO (2)	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(3) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 1º/07/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRÉSIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRÉSIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA (1)	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/15	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-BELLO PARGA	MA-3069/72
FRANCISCO BENJAMIM	BA-3173/74	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
ROBERTO RÉQUIÃO	PR-2401/07	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-GILVAM BORGES	AP-2151/52
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-VAGO	
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BENI VERAS	CE-3242/43	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIAO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 1º/07/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS (2)	BA
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
VAGO (3)		2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 24/06/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES**SUPLENTEs**

PFL			
GUILHERME PALMEIRA (2)	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32

PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33

PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228

PTB			
ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

(2) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 1º/07/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO****(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	3- GUILHERME PALMEIRA (5)	AL-3245/3247
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	4- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ELÓI PORTELA (cessão)	PI - 2131/37	7- WALDECK ORNELAS (2)	BA
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5- VAGO	
RENAN CALHEIROS (3)	AL	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-VAGO (4)	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLYCY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(3) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

(4) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(5) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607****SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)****FAX: 311-3286****(*)** Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 1º/07/98

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA**VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON****(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
ZANETE CARDINAL	MT-4064/65	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	TO-4070//71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
VAGO (2)			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-VAGO (3)	
PEDRO PIVA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060****(*)** Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6**Atualizada em: 24/06/98**

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINUBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- WALDECK ORNELAS (2)	BA
PMDB			
VAGO (3)		JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	VAGO (4)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16		
VAGO			
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(3) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

(4) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES:

SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 25/06/98

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

(7 TITULARES E 4 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
1-ZANETE CARDINAL	MT-4064/65	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
2-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
PMDB			
1-JOSÉ SAAD	GO-3148/50	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46		
PSDB			
1-BENI VERAS	CE-3242/43	2-VAGO (1)	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT+PDT+PSB+PPS)			
1-EDUARDO SUPLY-PT	SP-3215/16		
PPB + PTB			
1-ERNANDES AMORIM	RO-2251/55		

(1) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax: 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 6 - Telefone: 311-3254

ATUALIZADA EM: 25-6-98

ANDAMENTO

EM 29-4-98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de Honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTEs)

TITULARES	SUPLENTEs
SENADORES	
PMDB	
1 - JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
2 - CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
1 - VILSON KLEINÜBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
2 - DJALMA BESSA	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
1 - LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
1 - LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PTB	
1 - JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT / PSB / PDT / PPS)	
1 - BENEDITA DA SILVA	1 - EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTEs
DEPUTADOS	
PFL / PTB	
1 - PAULO BORNHAUSEN	1 - VALDOMIRO MEGER
2 - JOSÉ CARLOS ALELUIA	2 - BENITO GAMA
PMDB	
1 - EDISON ANDRINO	1 - CONFÚCIO MOURA
2 - GERMANO RIGOTTO	2 - ROBSON TUMA
PSDB	
1 - FRANCO MONTORO	1 - NELSON MARCHEZAN
2 - CELSO RUSSOMANO	2 - RENATO JOHNSON
PPB	
1 - JÚLIO REDECKER	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PT / PDT / PC do B	
1 - MIGUEL ROSSETO	1 - LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318-7436 318-7186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 318-2154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 5-5-97



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

CD-ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.

Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admss.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela sequencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997

Números 133-136

RS 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Orgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB SEEP**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS